



**ECONOMIA DOS
SETORES POPULARES**

**SUSTENTABILIDADE E
ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO**

Gabriel Kraychete
Katia Aguiar
(Orgs.)

Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação

**Gabriel Kraychete
Katia Aguiar
(Orgs.)**



2007

© CAPINA
Rua Evaristo de Veiga, 16
Sala 1601
20031-040 Rio de Janeiro/RJ

Colaboradores: Aída Bezerra, José Luis Coraggio, Francisco C. de
Oliveira, Marcos Arruda, Débora Nunes e Inaiá Carvalho

Capa: Angela Santibanez e Eric Robert

Arte-finalização: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Con-Texto Gráfica e Editora

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Caixa Postal 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
www.oikoseditora.com.br
contato@oikoseditora.com.br

E19 Economia dos setores populares: sustentabilidade e es-
tratégias de formação / Organizadores: Gabriel
Kraychete, Katia Aguiar. – São Leopoldo: Oikos, 2007.

176 p.

ISBN 978-85-89732-72-7

1. Economia solidária – Sustentabilidade. 2. Eco-
nomia – Setor popular. 3. Educação popular. I. Título.
II. Kraychete, Gabriel. III. Aguiar, Kátia.

CDU 334.7

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

O problema não é afirmar
o fim do trabalho nem, ao contrário,
anunciar que todo mundo trabalha,
mas mudar os princípios de avaliação,
modificar a maneira de conceber
“o valor do valor”(…).

Maurizio Lazzarato

É sobre esses aspectos que
nossa análise se deterá – sobre
essa novidade, que transforma
a teoria do valor “a partir de baixo”
– a partir da vida.

Antônio Negri

Sumário

Apresentação – <i>Gabriel Kraychete</i>	7
Introdução – <i>Ricardo Costa e Gabriel Kraychete</i>	9
Educação Popular e Economia dos Setores Populares: preocupações e indagações – <i>Aída Bezerra</i>	19
Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social – <i>Gabriel Kraychete</i>	32
Questões debatidas – <i>Gabriel Kraychete</i>	61
Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária – <i>José Luis Coraggio</i>	67
Questões debatidas – <i>José Luis Coraggio</i>	90
Análises divergentes ou complementares? – <i>Francisco José C. de Oliveira</i>	100
Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação – <i>Katia Aguiar</i>	106
Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares – <i>Marcos Arruda</i>	122
Formação: um outro mundo é possível e está em construção – <i>Débora Nunes</i>	161
Destacando algumas questões – <i>Inaiá Maria M. de Carvalho</i>	170
Sobre os autores	175

Apresentação

Os textos que compõem este livro se originaram do seminário *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*, realizado entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2006, na Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Alguns textos foram previamente preparados para subsidiar as discussões e foram revistos pelos seus autores; os demais, resultaram de intervenções que foram gravadas, transcritas, submetidas aos respectivos autores e incluídas sob essa forma no livro.

A organização do seminário foi uma iniciativa da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA e do Núcleo de Estudos do Trabalho/Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL, com o apoio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE.

A idéia de um encontro semelhante vinha sendo acalentada desde 2003, quando a CAPINA e a UCSAL passaram a realizar o curso de extensão em *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*. Ocorreram seis edições deste curso, com a participação de 149 pessoas, de 16 estados, todas integrantes ou assessoras de empreendimentos da economia dos setores populares. Foram elas que inspiraram e incentivaram a realização deste seminário.

Segundo a programação, os trabalhos ficaram divididos em dois blocos: *Sustentabilidade dos empreendimentos associativos e Estratégias de formação na economia dos setores populares*. Após a apresentação dos palestrantes e os debates em plenária, concernentes a cada um destes blocos, o aprofundamento e a sistematização de

questões foram realizados em grupos e seus resultados socializados.

Durante aqueles dois dias, representantes de organizações econômicas populares, técnicos de ONGs, de órgãos governamentais, estudantes e professores participaram, com vivo interesse, das sessões do seminário. A estas pessoas dirigimos, em primeiro lugar, os nossos agradecimentos. E, além da alegria do reencontro, agradecemos também a participação no seminário de vários “ex-alunos” dos cursos de *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*, procedentes de todas as regiões do país.

A equipe de coordenação do curso – Aída Bezerra, Gabriel Kraychete, Katia Aguiar e Ricardo Costa – assumiu a responsabilidade da realização do seminário. No âmbito do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania/Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSAL, as professoras Ângela Borges e Elsa Sousa Kraychete também participaram dos trabalhos para a realização do seminário, cuja organização contou com a dedicação de Anne Guiomar e Francisco Mariano – colaboradores do NET-UCSAL e da CAPINA –, além do apoio de Camille Argolo, Camila Veloso e Patrícia Simões, estagiárias do programa de pesquisa e extensão *Economia dos setores populares* da UCSAL.

Somos gratos, especialmente, à professora Marize Marques, que, de forma generosa, aceitou realizar a revisão final dos textos.

Por fim, agradecemos a confiança e o apoio da CESE e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA que viabilizaram a realização do evento; e, igualmente, reiteramos os nossos agradecimentos à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSAL pelo amplo apoio oferecido.

Gabriel Kraychete

Introdução

*Ricardo Costa
Gabriel Kraychete*

Em novembro de 1999, quando o tema da economia solidária não tinha a visibilidade de hoje, a CAPINA, a UCSAL, a CESE e o CEADE organizaram o seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Nessa oportunidade, reuniram-se, de forma pioneira, os principais agentes, as instituições e os pesquisadores vinculados ao tema emergente.

Tínhamos, então, por objetivo debater propostas e conceitos concernentes à economia dos setores populares e as suas perspectivas face aos processos de exclusão social. O que almejávamos era ir além dos encontros para a troca de experiências, mais comuns à época, e projetar a reflexão sobre as potencialidades, os impasses e os desafios à construção de empreendimentos econômicos populares ancorados na cooperação e na busca da eficiência através de processos democráticos e solidários.

A extensa e fecunda multiplicidade de ações ocorridas em diferentes espaços – organizações econômicas populares, entidades de apoio e fomento, universidades, instâncias governamentais etc – ao longo desses últimos sete anos, remodelaram e renovaram os cenários e abriram novas interrogações e desafios.

Se é grande a vitalidade política do movimento da economia solidária, indicando mudanças nesse percurso, os seus empreendimentos, quando observados de perto, apresentam grandes dificuldades e fragilidades ainda pouco analisadas e situam-se, por razões históricas, num contexto reconhecidamente adverso. Assim, se no

seminário anterior discutíamos a economia dos setores populares, entre a realidade e a utopia, neste, os debates deslocaram-se para a sustentabilidade e as estratégias de formação.

Porém, convém um esclarecimento conceitual. A exemplo do seminário anterior, mantivemos, neste, a denominação *Economia dos setores populares*. Isto porque acreditamos que, num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem de ocupações precárias que, em seu conjunto, envolvem mais de 55% da população ocupada. Neste cenário, qual a perspectiva dos 8,2 milhões de desempregados e do contingente de mais de 1 milhão de pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano? Se é verdade que o emprego assalariado regular é uma possibilidade cada vez mais remota e se o discurso da empregabilidade se constitui numa miragem, o futuro dessas pessoas, agora, seria a chamada economia solidária, entendida como empreendimentos associativos?

Nestes termos, designamos por economia dos setores populares as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares, convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo – aí incluídos os empreendimentos da chamada economia solidária. Essa designação pretende, assim, expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, *sem idealizar os diferentes valores e práticas* que lhe são concernentes. Portanto, não se trata de adjetivar esta economia, mas de reconhecer que os atores nela inscritos são vinculados principalmente aos setores populares.

Os textos contidos neste livro refletem o esforço de análise para captar as novas questões que emergem da prática social vigente, e apontam para novas pistas e sentidos capazes de responder aos de-

safios do presente. Com o risco de simplificar a riqueza dos conteúdos abordados, destacaríamos algumas questões que permeiam os diferentes textos. Quais as principais características dos empreendimentos da economia popular solidária, tal como eles existem hoje? A análise destas características permite quais conclusões? O que se entende por sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária e quais os seus fatores condicionantes? Como construir estratégias de formação direcionadas para a sustentabilidade destes empreendimentos? Numa realidade como a brasileira, quais as perspectivas dos empreendimentos da economia solidária no âmbito de uma prática social transformadora?

Há uma convergência entre os diferentes autores na compreensão de que a sustentabilidade dos referidos empreendimentos econômicos populares possui uma lógica peculiar. Não podem ser avaliados nem projetados copiando ou tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista, como indica Gabriel Kraychete no texto *Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social*. No dizer de Coraggio – em *Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária* – a sustentabilidade destes empreendimentos é um problema cultural, político e de valores. A sustentabilidade exige que o trabalho dos empreendimentos associativos seja valorizado socialmente, não apenas do ponto de vista estritamente comercial, mas também do ponto de vista cultural e ideológico. Eles devem ser reconhecidos e valorizados pela sociedade. Não é um tema técnico e nem se resolve com critérios técnicos. Não se reduz, portanto, à garantia de que os empreendimentos venham a obter receitas que sejam suficientes para cobrir seus custos. Entre outros condicionantes, Coraggio assinala que “a sustentabilidade requer uma sociedade que apóie estas atividades e que as reconheça; requer um setor público que produza bens públicos e que tenha políticas públicas orientadas nesse sentido; requer a auto-percepção e a subjetividade de que estamos fazendo história e, não, que estejamos apenas sobrevivendo.” Indica que o

desenvolvimento de uma economia social requer a captação de recursos do modo de produção capitalista e isso não é coisa que se possa fazer sem política, e sim, com poder.

Gabriel também observa que, num horizonte mais amplo, a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos populares depende, dentre outros fatores, de transformações políticas, econômicas e culturais. Nestes termos, “a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas *pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social.*” O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham *direitos sociais como princípios reguladores da economia.*

Destas análises, Katia Aguiar – em *Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação* – infere que “as iniciativas de busca pela sustentabilidade dos empreendimentos populares se inscrevem no tensionamento entre as forças de manutenção e conservação das condições que estão postas e as forças de ruptura que procuram a transformação do existente.”

Desenvolvendo uma análise que considera *as condições internas* aos empreendimentos, o texto de Gabriel acrescenta que um pressuposto primordial à sustentabilidade dos empreendimentos associativos é que os seus integrantes conheçam as condições necessárias para que a atividade que desenvolvem, ou pretendam implementar, tenha maior chance de êxito. E, se isto é verdade, conclui que um instrumento essencial a ser utilizado é o estudo de viabilidade adequado à *lógica peculiar* de funcionamento destes empreendimentos.

Tomando por referência a experiência das atividades de formação realizadas pela CAPINA, Gabriel indica que o estudo de viabilidade constitui-se num *processo de aprendizado* de todos os participantes do empreendimento direcionado para o conhecimento de todos os aspectos da atividade que realizam. “É um dispositivo que instiga os integrantes do grupo a refletir sobre a organização e o pro-

cesso de trabalho, sobre o que cabe a cada um fazer e por que, sobre as relações de cada um com os outros e sobre as relações com o seu entorno – seja a comunidade local, a família, o mercado, as entidades de apoio e fomento, o Estado e as diferentes esferas do governo.” Entendido desta forma, o estudo de viabilidade não se restringe aos aspectos econômicos e tem um caráter *essencialmente político*. Assim, o que se pretende com o estudo de viabilidade é aumentar a *capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que se situa*.

Neste passo, aparecem as possíveis contradições entre as análises de Coraggio e Gabriel, indicadas por Francisco José de Oliveira (*Análises divergentes ou complementares?*). Para Coraggio, situar a sustentabilidade apenas ao nível micro é irrelevante quando se tem em vista um projeto de transformação. “Porque, senão, estaríamos aplicando o critério do chamado individualismo metodológico, pelo qual, se cada unidade é eficiente e cada unidade se sustenta, então o todo vai se sustentar”. E coloca a hipótese de que se não há um todo que sustente as unidades, não há sustentabilidade.

Para Coraggio, a idéia de que a pequena empresa solidária tem que contabilizar todos os custos é uma idéia utópica. Isto é algo que não pode ser feito pelos pequenos empreendimentos porque os preços, para o cálculo dos custos e das receitas, estão mudando o tempo todo e os pequenos empreendimentos não têm nenhuma capacidade de fixar preços. Além disso, conforme Coraggio, os estudos empíricos indicam que, mesmo quando aqueles empreendimentos realmente fazem os cálculos para registrar os resultados ou para poder antecipá-los, o que se constata é que eles não calculam quase custo nenhum. O que incluem no cálculo são somente aqueles itens que eles têm que comprar no mercado. Se for um empreendimento que está alugando um local para funcionar, eles incluem esse aluguel em seus cálculos. Mas não calculam este custo se o empreendimento funciona na própria casa. Também não incluem o seu próprio trabalho, porque não estão comprando a força de trabalho no mercado. Do

ponto de vista das receitas, o que eles incluem é só o que entra como dinheiro. Mas se há autoconsumo, isto não entra na conta.

Oliveira entende que não há uma contradição entre os discursos de Gabriel e Coraggio. Talvez tenha razão. Mas, certamente existem diferenças que instigam a nossa reflexão, e nos remetem para novas formulações e indagações em busca de respostas cada vez mais adequadas voltadas para a sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária. Um dos méritos do seminário que deu origem ao presente livro foi exatamente esse: proporcionar o desenvolvimento de um profícuo diálogo entre diferentes abordagens, análises, dúvidas e hipóteses. Este rico conteúdo também pode ser percebido na leitura das questões debatidas após cada exposição, referentes aos temas do consumo ético e solidário, cadeias produtivas, processos de capacitação etc.

Se o que buscamos não são apenas alternativas ao desemprego, mas o desenvolvimento de relações de trabalho que sejam, ao mesmo tempo, economicamente viáveis e emancipadoras, como implementar estratégias de formação adequadas à sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária?

Aída Bezerra, com sua extensa experiência em educação popular, indica – em *Educação popular e economia dos setores populares: preocupações e indagações* – que, no âmbito da economia dos setores populares, o campo da formação ainda é recente. Há muito a pesquisar, experimentar e criar em termos de dispositivos de apoio à intervenção pedagógica, pois a bagagem acumulada é insuficiente e ainda pouco socializada para o tamanho do desafio. Observa que, para muitos de nós, a confiança no sucesso de um trabalho está na escolha da metodologia e no uso de técnicas aparentemente adequadas. Mas a educação não é uma técnica, um instrumento. “Não existem metodologias em prateleiras, completamente ajustadas aos nossos empreendimentos educativos, nem manuais de receitas técnicas que garantam o resultado esperado.”

Katia Aguiar enfatiza que não se trata de encontrar e aplicar o

melhor método, mas de colocar em questão o processo de trabalho e as condições nas quais ele acontece, incluindo sua organização. “O maior ilusionismo que a crença no bom método promove talvez seja o de supor que as pessoas envolvidas nos processos de trabalho e de conhecimento cheguem vazias e que se limitem a ser meras executoras do que lhes é exigido.”

No caso da economia dos setores populares, assinala Aída, estamos presentes num campo de atuação de proteção institucional precária, não dispomos de um currículo como roteiro e o nosso público é diverso e disperso. “Temos que tecer nossa própria rede de apoio e depender de nossa capacidade de leitura e interpretação das condições em que o nosso trabalho vai se desenvolver. Os espaços de intervenção se confundem: estamos, ao mesmo tempo, num campo de aprendizagem e de luta.”

Deparamo-nos, segundo Aída, com o desafio de inovar no campo das práticas educativas vinculadas às transformações na esfera da economia que, em última análise, devem traduzir-se em transformações políticas. Mas os processos que tentamos implementar são, na maioria das vezes, de resultados inseguros. Os grupos deixam aparecer todas as seqüelas que o sistema produziu: a baixa escolaridade, os vícios das práticas de dominação, a falta de credibilidade em seu próprio potencial, a fragilidade da experiência de associação/organização, as marcas da submissão etc. O ritmo com que esses grupos se deslocam é lento, e não poderia ser diferente. Mas pedem, em nome da sobrevivência, uma urgência nos resultados de seu esforço.

Concretizar uma pedagogia que priorize o fortalecimento da economia dos setores populares é, exatamente, garantir uma perspectiva de restabelecimento das conexões entre economia e política, trabalho e gestão. O poder, sublinha Aida, sempre foi matéria de aprendizado e não há prática educativa que não se situe como uma prática política.

Katia Aguiar, em lugar de tratar do problema da gestão, propõe

um *modo de colocar a gestão como problema*. Indica que o entendimento do que é a gestão tem uma variabilidade bastante importante, sendo fonte de interferências nas relações entre técnicos e trabalhadores, entre os próprios trabalhadores e entre os técnicos e as entidades de apoio e fomento. E não são raros os estranhamentos gerados entre os próprios produtores quando a questão é a organização do trabalho. “Daí a importância de interrogarmos a atividade, a forma como se organiza o trabalho, e é essa a proposta quando, no estudo de viabilidade, se faz o convite à elaboração das questões associativas.”

Katia observa que a dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Inclui as normas produtivas, as relações do trabalhador consigo mesmo, com os outros, com os “*usos que faz de si* – suas aspirações, desejos, crenças; ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a tendência ou dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.” Observa que “podem ser criados dispositivos que favoreçam processos de autogestão mas, a autogestão entendida como tomada de poder não é passível de ser ensinada ou transmitida. Ela é eminentemente uma atitude de recusa e de insurgência.”

Nestes termos, Katia pondera que “quando falamos de um estudo apropriado à realidade dos grupos e empreendimentos populares estamos nos referindo à construção de instrumentos que favoreçam a potencialização das práticas em sua dimensão inventiva e nos afastando de um necessário ajustamento tecnicista. Menos a reprodução de modelos do que o uso da técnica como dispositivo, para com ela, a partir dela e apesar dela, verificar seus efeitos, sempre políticos.”

Nesta mesma linha, Aída indica que o estudo de viabilidade econômica e gestão democrática, feito pelos participantes do grupo, com o apoio do educador, na perspectiva colocada pela CAPINA, é um instrumento de muita riqueza pedagógica. Considerando o seu caráter processual, “os associados terão oportunidade para deixar

claro o que eles já sabem e podem a respeito do que querem, a experiência que acumularam em trabalhos coletivos e, ao mesmo tempo, vão descobrir o que ainda precisam saber e fazer para, concretamente, emprestar sentido ao seu trabalho e abrir espaço para as relações que justificam o seu pacto de convivência.” Trata-se de um processo que não é programático. Ou seja, as situações de aprendizagem e de vivência democrática que surgem ao longo do processo não são previsíveis nem pelo educador nem pelos grupos. Desse confronto entre saberes e não saberes diferentes, imaginários e práticas sociais diversificadas, emergem outros elementos que vão retemperar a sensibilidade de todos, inclusive a do educador. “É essa resultante do confronto que nos interessa, em termos educativos. Portanto, o centro das preocupações não é mais a emissão e recepção de mensagens, mas sim, aquilo que podemos reinventar coletivamente a fim de ampliar a nossa liberdade de ser e de estar no mundo.”

Marcos Arruda – em *Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares* – desenvolve uma ampla análise sobre o processo de *educação solidária*, e o seu papel crucial para o desenvolvimento de uma economia responsável, plural, solidária e sustentável. “Trata-se de ajudar o ser humano a tornar-se sujeito pleno do seu próprio desenvolvimento, enquanto pessoa e coletividade”. Defende que a formação, enquanto *Educação da Práxis*, fator essencial para a passagem “do senso comum ao bom senso, da solidariedade espontânea à solidariedade consciente, da alienação relacionada com o mundo das necessidades materiais ao reino da liberdade. Esta educação forma uma tríade indissociável com o trabalho na esfera cotidiana, e a luta social, na esfera utópica”.

A *Educação da Práxis*, ou caminho emancipador de formação para os setores populares, diferencia-se da formação homogeneizadora que o sistema do Capital promove. “Assim como os sistemas são antinômicos, as respectivas educações também o são. Um coloca na fôrma e treina para a competição, a predação e a cobiça, o outro educa para a liberdade, para a autogestão, para a criatividade e para a

solidariedade consciente. Um treina para o pensamento único. O outro libera a mente e o espírito para apreender, pesquisar, observar participativamente, criticar, recriar, num movimento de crescente autopeiose, em que o outro é meu indispensável complemento, a quem respeito e acolho como outro, e não como projeção de mim.”

Débora Nunes destaca – em *Formação: um outro mundo é possível e está em construção* – a preocupação em associar o tema da economia solidária a outros temas e movimentos sociais, particularmente o ambientalista. Constata que, embora a simpatia e o interesse pelo tema da economia solidária estejam crescendo, ainda é algo que se limita a determinados setores. Indica a necessidade de o movimento da economia solidária interagir com outros movimentos, e propõe que associemos a discussão de uma nova forma de produção à questão do consumo consciente e da responsabilidade que cada indivíduo no planeta tem com relação a esse problema global – a questão ambiental – causado pelo modo de produção capitalista. E Débora ainda nos interpela sobre a necessidade de estratégias de formação que, sem se restringir a um modelo, sejam capazes de dar conta de uma política nacional de formação em economia solidária.

Inaiá Carvalho – *Destacando algumas questões* – desenvolve, de forma primorosa, a reflexão que lhe foi solicitada como atividade de encerramento do seminário, e nos estimula a refletir não apenas sobre as indagações que ficaram, contextualizando-as, mas também sobre as que ela mesma foi se fazendo no percurso. Deixamos ao leitor o exame destas indagações, esperando que a leitura dos textos aqui contidos seja um caminho vivo e palpitante, através do qual as respostas e as indagações fluam, se elucidem e se refaçam, compondo uma prática educativa transformadora, voltada para a economia dos setores populares.

Educação Popular e Economia dos Setores Populares: preocupações e indagações

Aída Bezerra

As armadilhas do nosso imaginário

A intenção deste escrito não é definir caminhos ou apresentar alternativas de atuação, mas aproveitar a oportunidade para formular algumas indagações e partilhar preocupações com os educadores que se encontram envolvidos, por escolha própria ou em decorrência de seus vínculos institucionais, com as atividades econômicas dos setores populares. Na maioria das vezes, essas atividades encontram apoio nas convocações dirigidas às comunidades como parte de um programa de trabalho comprometido com propostas institucionais ou com os seus financiamentos. Outras vezes, surgem do esforço de organização dos próprios trabalhadores manifestando, assim, suas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento das estruturas de um sistema que descuida das suas condições de vida.

A nossa inserção nesse universo, enquanto educadores, vem carecendo de uma caracterização atenta que nos permita identificar com maior segurança o nosso espaço de intervenção e o lugar que ocupamos nessa trama de relações. Estamos nos colocando, portanto, numa posição de quem explora os elementos que a prática já nos oferece e, ao mesmo tempo, estamos elegendo referências que nos ajudem a interpretar as nossas necessidades frente às demandas do nosso campo de trabalho.

Inicialmente, é preciso reconhecer que, pelos diferentes caminhos de nossa atuação junto aos empreendimentos populares, depa-

ramo-nos sempre com os desafios postos nesse cenário, seja aos trabalhadores, consideradas as enormes dificuldades de consolidação de suas iniciativas, econômicas e associativas, seja aos educadores, apontando a insuficiência de nosso preparo específico para que possamos, efetivamente, apoiar a dinamização desses processos. Seria, portanto, muita ingenuidade tentar responder já a questões que somente agora, e ainda muito timidamente, começamos a detectar nas experiências econômicas dos setores populares, no que se refere à especificidade de uma contribuição educativa a esse campo de intervenção social.

Considerando que os desafios não estão postos para nos imobilizar, mas para convocar a nossa vontade de responder aos mesmos, podemos traduzir essa energia em termos de deslocamento, de movimento, na direção de identificar o que nos interroga. Precisamos, para isto, de um ponto de partida e de um horizonte para nos mover. O ponto de partida, sem dúvida, é constituído pelas indagações que já nos cercam. Podemos fazer várias escolhas para eleger uma indagação inicial mas, como estamos preocupados com a nossa formação, parece que a primeira pergunta se debruça sobre nós mesmos, sobre os nossos próprios percursos: como fomos formados? O que povoa as nossas idéias? Quer dizer, em que referências nós, educadores, nos apoiamos para interpretar esse campo de necessidades ou para propor caminhos que abram espaço à manifestação efetiva dos grupos populares e ao fortalecimento de sua presença política?

A grande tentação é anunciar, na esperança de que tomemos como uma sinalização, que o nosso imaginário, produzido com os temperos de nossa formação histórica e social, está cheio de armadilhas. Por exemplo, por mais que nos alinhemos à vanguarda da luta por igualdade, justiça social e solidariedade, não conseguimos apagar de nossa bandeira, de nossa memória, e talvez da nossa lógica, os princípios de *ordem e progresso* aí inscritos pelo Estado. Discursar simplesmente sobre o anacronismo dessa herança positivista não desfaz a sombra, em nossa mente, de um progresso que se projeta em

linha reta no tempo, em direção a um horizonte infinito de sucessos; e de uma ordem que, perpendicularmente, pretende garantir as condições de tranqüilidade política para que o trem do progresso não sofra nenhum atraso com paradas desnecessárias. Não podemos deixar de nos perguntar: quem estaria no comando da locomotiva desse progresso e a quem ameaçaria a alteração de sua velocidade? Sobre isso, sem dúvida, todos nós temos alguma clareza.

A supremacia da razão, como fonte de iluminação daquilo que deve ser desvelado pelo conhecimento humano, empresta uma hierarquia aos saberes: os saberes superiores que buscam a verdade, e que por isto mesmo se legitimam, e os outros saberes, aparentemente menos confiáveis, que se apóiam em outras lógicas de acumulação da experiência e de verificação da procedência de suas descobertas.

Assim, confunde-nos a idéia de que a ciência detém o carimbo da verdade. Quando alguém diz que uma afirmação é científica, ela aparece como indiscutível e definitiva. A questão não está na maior ou menor consistência de um conhecimento dito científico, essa não é a nossa discussão, mas na apropriação que dele se fez. Por decorrência das conjunturas históricas, o progresso se assentou sobre o seqüestro dos saberes produzidos pelos trabalhadores e sobre os avanços da ciência. A inquietação dos homens por desvelar os mistérios da vida que os cerca para reconhecer, com mais clareza, o que rege o seu dinamismo e para se relacionar com as suas possibilidades, reside na sua sede de apreender para transformar. Mas, quando a apropriação e o uso desses saberes se traduziram em concentração de poder, o progresso não se deu em favor de todos e de tudo. As seqüelas disto estão aí, explícitas.

A nós importa relativizar a produção científica, embora reconhecendo que há lugar para as instâncias que devem, necessariamente, trabalhar a excelência desses conhecimentos com a justificativa da universalização de seus benefícios. Mas, ao mesmo tempo, isto não significa que esta seja a única fonte de produção de saberes,

como uma refinaria, que depois distribui o seu produto pelos diversos postos de gasolina, onde se abastecem todos os veículos. Este seria o caminho do pensamento único. Há uma diversidade de saberes sendo produzidos nas práticas sociais e os trabalhadores teóricos deveriam, em princípio, apreender e interpretar a demanda dessas práticas para vincular a sua produção às necessidades sociais. A identificação dessas necessidades vem se fazendo, em geral, de modo seletivo e é vinculada aos interesses hegemônicos. A fragilidade desse vínculo com o todo da sociedade é claramente denunciada pela insuficiência de estudos comprometidos com os interesses dos setores populares.

A ciência nos legou, também, como parte de seus procedimentos, a supervalorização dos instrumentos, dos métodos e das técnicas. Para muitos de nós, a confiança no sucesso de um trabalho está na escolha da metodologia e no uso de técnicas aparentemente adequadas. Não é por acaso que somos apresentados como técnicos disso, técnicos daquilo, e, em nosso caso, como técnicos em educação. Ora, educação não é uma técnica, um instrumento. O instrumental de que lançamos mão para ampliar as condições pedagógicas de atuação num determinado contexto é, por sua vez, construído pela articulação de alguns fundamentos; e o uso desse conjunto articulado de recursos expressa as referências em que essa atuação se baseia. Se não nos apropriamos desses fundamentos, estamos nos colocando em posição de meros executores do pensamento de outros. E nós, sem dúvida, nos situamos entre os que batalham pela autonomia dos sujeitos sociais. A margem de flexibilidade e reinvenção das metodologias, e mais ainda das técnicas, é ampla. No confronto com os diversos contextos temos que nos perguntar, a cada vez, se o instrumental de que dispomos é apropriado à situação que se apresenta. Não existem metodologias em prateleiras, completamente ajustadas aos nossos empreendimentos educativos, nem manuais de receitas técnicas que garantam o resultado esperado.

Outra marca que carregamos é a culpa. Mas não vamos nos

embrenhar nos mistérios do pecado original nem do sangue de Cristo derramado em reparação à nossa desobediência inata. O lugar da nossa solidariedade efetiva, aqui e agora, é o que temos que avaliar. Às vezes, podemos dar a impressão de que somos culpados por não ser tão pobres ou ficamos confusos com a remuneração que recebemos por nosso trabalho diante da enorme miséria que nos cerca e com que trabalhamos etc, etc. Definitivamente, não somos solidários nem cúmplices com o desvio histórico do capitalismo que engendrou estruturas injustas e que resultaram nessa calamidade mundial, ou planetária, se considerarmos as exatas dimensões do desastre em que nos encontramos. Nós não queremos contribuir para que essa situação se perpetue. Temos direito, sim, a sobreviver do nosso trabalho e queremos que todos possam ser incluídos, igualmente, nessa condição de dignidade. É nessa perspectiva que procuramos dar sentido e justificar a nossa existência pelo alinhamento à tendência histórica de reinvenção das relações de trabalho e de convivência humana pelas quais todos possamos nos reconhecer e reconhecer o mundo em que vivemos. É esse o nosso campo de luta e de solidariedade.

Se continuássemos nessa linha, conseguiríamos, ainda, identificar um bom número de elementos que confundem as nossas escolhas. Mas, o mais importante agora é descongelar essas velhas imagens, dando maior nitidez aos novos apelos que compõem a moldura do cenário que estamos construindo.

Os desconfortos de nossa tarefa

De onde vem esse sentimento incômodo de que a nossa ação pedagógica tem mais gosto de descontinuidade e de desconstrução do que sabor da gratificação que vem da positividade de uma luta emancipatória da qual participamos?

Aí começa uma conversa que ainda não conseguimos aprofundar, sobre o nosso distanciamento do perfil do educador cuja missão

está confinada ao recinto escolar, para nos descobrirmos presentes num campo de atuação de proteção institucional precária. Não dispomos de um currículo como roteiro e o nosso público é diverso e disperso. Temos que tecer nossa própria rede de apoio e depender de nossa capacidade de leitura e interpretação das condições em que o nosso trabalho vai se desenvolver. Os espaços de intervenção se confundem: estamos, ao mesmo tempo, num campo de aprendizagem e de luta. Lidamos com forças em potencial e buscamos as suas alternativas de expressão. O nosso lugar não é confortável mas é de onde conseguiremos abrir passagens para a transição rumo a um outro tempo histórico.

Nesse sentido estamos, de fato, ajudando a descontinuar e a desconstruir as bases do que está posto. O que está posto é a exploração, a submissão, a expropriação em todas as esferas e, para que isso funcione, foi necessário separar o inseparável: economia e política, trabalho e gestão. Diríamos que pensar e concretizar uma pedagogia que priorize o fortalecimento da economia dos setores populares é, exatamente, garantir uma perspectiva de restabelecimento dessas conexões.

Os processos que, a duras penas, tentamos implementar são, na maioria das vezes, de resultados inseguros. Os grupos, as pessoas, deixam aparecer todas as seqüelas que o sistema produziu: a baixa escolaridade, os vícios das práticas de dominação, a falta de credibilidade em seu próprio potencial, a fragilidade da experiência de associação/organização, as marcas da submissão etc. Enfim, apresentam, ainda, um grande despreparo para ocupar seus lugares, enquanto sujeitos sociais, para os quais nunca foram realmente convocados. O ritmo com que esses grupos se deslocam é lento, e não poderia ser diferente. A consolidação dos seus ganhos pede um acompanhamento cuidadoso e, além disso, é indispensável a criação de dispositivos de controle do processo de modo a que eles mesmos possam se apropriar de seus percursos. Mais: a faixa da população com que estamos comprometidos pede, em nome da sobrevivência,

uma urgência nos resultados de seu esforço. E sabemos, ao mesmo tempo, que são muitos os fatores condicionantes para nos assegurarmos da sustentabilidade desse empreendimento coletivo (do grupo e nosso). Mas não desistimos.

A nossa experiência política, ainda recente e de custo muito alto, já comprovou a insuficiência dos discursos salvacionistas, mobilizatórios, politicamente corretos, para mudar, fundamentalmente, as estruturas que sustentam o funcionamento do sistema. No entanto, não podemos negar que, ao longo desse período, conseguimos algumas alterações no campo das forças em presença na sociedade atual. Senão não estaríamos agora justamente empenhados na elaboração de ferramentas mais adequadas e dotando-nos de uma dose de realismo considerável para identificar estratégias de ação mais viáveis. No momento, no plano teórico, tentamos atualizar a nossa análise para apreender com maior clareza o acontecimento global e escolher a nossa direção. Mas, juntamente com esse esforço de leitura, deparamo-nos com o desafio de inovar no campo das práticas educativas e, desta vez, deliberadamente vinculadas às transformações na esfera da economia que, em última análise, devem traduzir-se em transformações políticas.

Se o cerne da tarefa educativa é a socialização de saberes e poderes, devemos estar convencidos de que, no fundo, o que nos importa, prioritariamente, é a qualidade das relações que se estabelecem entre os diversos sujeitos envolvidos nesse processo educativo. Trata-se, parece simples, de um jogo de apreensão, partilha, usos e exercício dos poderes e saberes que se confrontam numa mesma aventura de mais ser e mais estar. Mas isso não acontece sem a negociação da proposta e das regras de convivência necessárias.

A pergunta é: de que proposta se trata e que regras de convivência vão direcionar a sua concretização? Nessa viagem, tanto podemos fazer o caminho, nesses tempos de guerras, dos que se atêm à construção da paz universal – e o que fazemos tem seu rebatimento nessa amplitude. A luta por uma economia partilhada deve também

criar condições concretas para que os interesses de uns não sufocem a vida de outros, semeando a violência. Assim como podemos delimitar nossa esfera de atuação ao território deste país e à zona dos que se movem, e sempre se moveram, no andar de baixo da economia capitalista.

Objetivamente, estamos, junto com os trabalhadores, nos propondo a impulsionar uma mudança radical nas relações sociais e no significado do trabalho que podem dar consistência a uma qualidade de poder diferente da que nos fizeram crer como sendo a única expressão viável da democracia. Não estamos sozinhos: são muitos, além de nós, os que se reconhecem na convergência dessa direção. A aliança que tecemos é com aqueles que, deliberadamente, ou pressionados pelas circunstâncias, rejeitaram ser submetidos à mera condição histórica de mercadorias, vendendo o que restava de sua força de trabalho, e tomaram a iniciativa de produzir os seus próprios meios de vida. Como nós, eles também têm expectativas quanto aos resultados de suas ações, mas não sabem muito, com segurança, do que lhes pode acontecer. Em termos estratégicos, o que mais importa num primeiro momento é construir bem, e juntos, o ponto de partida. Não se trata de um projeto com começo, meio e fim, como aqueles com que burocraticamente estamos acostumados a lidar, presos ao tempo e às contas que temos a prestar. Interessa-nos organizar, o melhor possível, as condições necessárias para dar os primeiros passos da caminhada. Porque, no fundo, o que queremos mesmo é participar do plantio das raízes de um novo modo de sentir, pensar e agir. Precisamos de tempo e cuidado com o terreno para que as raízes adquiram profundidade e viço.

É necessário, porém, lembrar que não é só por “eles” que mergulhamos nessa tarefa. Também nós sofremos as limitações impostas pelos interesses hegemônicos. Estamos igualmente expostos à cultura difundida pelas grandes empresas de comunicação. Lutamos para sobreviver num mercado de trabalho que sabe remunerar bem as tarefas prioritárias ao sistema e submete, por exemplo, os traba-

lhadores da educação e da saúde a condições injustas de trabalho. Convivemos da mesma forma com um Estado dimensionado para servir à economia dos grandes capitais que, sendo assim privatizado, subverte a ordem das suas atenções para com as questões públicas. Também nós temos que assumir nossa impotência face ao estreitamento das liberdades de opção. Com uma contundência menor, somos circunscritos pelo mesmo modelo. Então, estamos exatamente na mesma luta. Só que descobrimos, muito devagar, que não é ocupando os postos de decisão do poder de Estado centralizado que conseguiremos criar as condições necessárias de mudança. Giordano Bruno descobriu, por experiência própria, que o poder não transforma o poder. A força de mudança só pode vir de um outro lugar. Aí é onde nós queremos estar.

No âmbito da economia dos setores populares, pelo menos para os nossos tempos atuais – porque já houve um tempo em que os trabalhadores cuidavam de sua própria formação – o campo da formação ainda é recente. Na perspectiva em que nos colocamos, a pedagogia e as metodologias têm uma bagagem acumulada insuficiente para o tamanho do desafio e, além disso, a experiência que conseguimos reunir ainda é pouco socializada. Há muito a pesquisar, experimentar e criar em termos de dispositivos de apoio à intervenção pedagógica. Da sistematização das práticas, do acompanhamento dos trabalhos e da indispensável contribuição de todos os interessados podem surgir inúmeras indicações. Sem dúvida, o fervor da militância nos alimenta, mas não basta. É indispensável ir mais longe, criar instrumentos que apoiem o andamento dos empreendimentos coletivos e que se prestem também à coleta dos resultados para análise e avaliação das experiências em nome de uma maior eficácia das ações. Como este terreno ainda é pouco explorado, precisamos assegurar-nos da trilha que percorremos. Essa é a parte construtiva de nossa intervenção. No fundo, o que está em jogo é uma mudança de paradigma.

A nossa aposta está, sem dúvida, assentada no desejo das pes-

soas. Se a subjetividade dos participantes dos empreendimentos não for tocada pelo sonho de se ampliar, se não for instigada pela necessidade de ocupar um lugar atuante na sociedade, que é único para cada pessoa, se não for movida pela dignidade de se sentir capaz de escolher e decidir seus destinos, como parte de um coletivo responsável, ainda estaremos nadando no raso, agitando as águas, sem tomar uma direção.

O poder como matéria de aprendizagem

A importância da transmissão de conhecimentos, devidamente ordenados e dosados para serem difundidos entre ouvintes quase passivos, definiu, durante muito tempo, o lugar e o espaço de atuação do educador. Caricaturando: a relação que se administrava era a que deveria se estabelecer entre o sujeito da aprendizagem e o objeto de conhecimento. Facilitar o acesso entre esses dois pólos era a grande arena de desempenho do educador. Os recursos mais importantes para isto eram uma didática que facilitasse a emissão e a recepção dos conteúdos e uma pitada de psicologia que ajudasse a apreender o movimento dessa cognição. Mas a educação não estaria completa se não se cuidasse da disciplina e dos comportamentos, socialmente convenientes, que deveriam ser adquiridos. Essa era a moldura pedagógica. O clima da aprendizagem era dado por uma ordem disciplinar. O reconhecimento da hierarquia das autoridades e a desejável submissão aos seus estatutos constituíam o campo de exercício de poder dos aprendizes. Tudo ficava muito visível: o educador concentrava o poder disciplinar e detinha o poder dos saberes. Para qualquer insurgência, havia um código de repressão, para recolocar a pessoa no bom caminho da educação. Alguns educadores sempre foram mais doces e permissivos (porque tiveram a intuição do principal) e ficaram, por isto mesmo, guardados entre as nossas boas lembranças. Outros se compraziam com a regência de todos os tempos da partitura autoritária. Tentamos esquecê-los, mas também nos ajudaram porque despertaram a nossa capacidade de insurgência.

O que queremos dizer, com esse rascunho de memória, é que o poder já era, desde então, matéria de aprendizado e que não há prática educativa que não se situe como uma prática política. É a perspectiva em que se ordenam as ações pedagógicas que faz a diferença. Uma coisa é pensar o poder centrado na ocupação de lugares, a partir dos quais se organiza o tecido social e se submete a dinâmica da sociedade a um controle calculado. Numa sociedade conservadora, esses lugares tendem a se reproduzir. Eles são atribuídos em função de uma missão previsível. Quando o controle tende a enfraquecer-se, por alterações conjunturais (ou mesmo estruturais), é a força da repressão ou da persuasão que bloqueia os desvios possíveis. Outra coisa é o poder como inscrição de possibilidades nas relações sociais. As relações sociais são criativas porque pressupõem uma complementaridade inventiva dentro das circunstâncias concretas em que se estabelecem. O jogo de interesses, os desejos, as diferenças se confrontam porque é normal que assim ocorra uma vez que nem somos iguais nem acabados. Estamos em construção e reinventando nossos caminhos de aproximação uns dos outros. Mas para que o confronto se dê numa perspectiva produtiva, é necessário negociar um pacto coletivo que possa reger esse movimento em mutação permanente.

A ocorrência de conflitos não é, portanto, estranha à convivência entre diferentes. O que não podemos é deixar de explorá-los, no plano educativo, fazendo com que os seus motivos venham à tona para que, uma vez explicitados, possam ser trabalhados pelo coletivo como elementos de fortalecimento do grupo. Ao invés do medo das fragilidades, o seu enfrentamento. Abafar, esconder o conflito é um apelo ao faz de conta; ou seja, o retorno às velhas dinâmicas de grupo que perseguiram o consenso, a paz aparente. Identificar as tensões é um tipo de exercício que torna as relações mais reais, mais sintonizadas com as suas possibilidades, ampliando o espaço de expressão de cada um e do grupo; são ganhos de liberdade. Poderíamos dizer que o que sustenta a permanente negociação das regras de con-

vivência é o reconhecimento do outro como indispensável ao crescimento do conjunto.

Considerando que estamos tratando principalmente com empreendimentos econômicos de formato associativo, tudo isso tem muito a ver com as nossas tarefas. Uma grande preocupação, em termos de formação, recai sobre a constituição dos processos decisórios, a montagem da estrutura de funcionamento e de seus dispositivos de controle, enfim, tudo que envolve a distribuição de tarefas, os lugares de exercício da responsabilização. Tradicionalmente, as instâncias organizacionais desses empreendimentos sempre estiveram atreladas a um arcabouço jurídico que formalizava, de maneira quase definitiva, as atribuições dos associados. Assim, uma vez reconhecido o seu estatuto, a associação passava a ter uma existência institucional, mas nunca foi a partir desse documento que se instaurou alguma dinâmica associativa. Na maioria das vezes, esse instrumento legal se impõe como alguma coisa externa à vida do grupo, mantendo até mesmo uma linguagem pouco acessível para a maioria dos associados. São pouquíssimos os grupos que têm uma prática de gestão mais coletiva e, nesse sentido, carecem de autonomia para instituir a sua própria formalidade de modo a refletir as especificidades de seus empreendimentos.

Para dar organicidade ao potencial sócio-econômico que guardam, os associados precisam saber com clareza o que querem, conhecer muito bem a atividade produtiva que escolheram, para conseguir identificar as estratégias que possam abrir caminho à consolidação de seu empreendimento. O estudo de viabilidade econômica e gestão democrática, feito pelos participantes do grupo, com o apoio do educador, e na perspectiva em que o colocamos, é um instrumento de muita riqueza pedagógica. Se levarmos em conta o seu caráter processual, os associados terão oportunidade para deixar claro o que eles já sabem e podem a respeito do que querem, a experiência que acumularam em trabalhos coletivos e, ao mesmo tempo, vão descobrir o que ainda precisam saber e fazer para, concretamente, em-

prestar sentido ao seu trabalho e abrir espaço para as relações que justificam o seu pacto de convivência.

É bom desconfiar que não é o educador que vai levar aos grupos um saber novo, a partir do qual eles vão reorientar suas vidas. O saber do educador vai servir para que os saberes e os não saberes dos participantes do empreendimento venham à tona, possam ser apropriados por eles mesmos de uma forma articulada. As situações de aprendizagem e de vivência democrática que surgem ao longo do processo não são previsíveis nem pelo educador nem pelos grupos. Este processo não é programático. Desse confronto entre saberes e não saberes diferentes, imaginários e práticas sociais diversificadas, uma série de outros elementos vão surgir e vão retemperar a sensibilidade de todos (inclusive a do educador). É essa resultante do confronto que nos interessa, em termos educativos. Portanto, o centro das preocupações não é mais a emissão e recepção de mensagens, mas sim, aquilo que podemos reinventar coletivamente a fim de ampliar a nossa liberdade de ser e de estar no mundo.

Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social*

Gabriel Kraychete

Projetando-se no âmbito de uma prática social transformadora, o tema da economia solidária vem despertando o interesse de diferentes instituições. Cresce, sensivelmente, o número de organizações não-governamentais, universidades e de órgãos governamentais que se voltam para este assunto. Além de inúmeros fóruns municipais e regionais, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, universidades desenvolvem pesquisas e implantam incubadoras de cooperativas populares e o governo federal criou, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho. Tudo isto ocorre, sobretudo, a partir do final da década de 1990.

Apesar dos avanços conquistados pelo movimento da economia solidária, os empreendimentos associativos, quando observados de perto, quase sempre revelam grandes dificuldades e fragilidades ainda pouco analisadas. Considerando-se a atividade em si, e para além de indicadores meramente econômicos, pode-se dizer que um empreendimento associativo adquire condições de sustentabilidade quando os seus associados se encontram habilitados para assumir a sua condução.

* Este texto tem por referência as reflexões efetuadas no âmbito da equipe da CAPINA (Ricardo Costa, Aida Bezerra e Katia Aguiar), responsável pelo curso de extensão em *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*, promovido em parceria com a UCSAL, e os debates com os integrantes do programa *Economia dos setores populares* vinculado ao Núcleo de Estudos do Trabalho (NET-UCSAL).

Num horizonte mais amplo, entretanto, a sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária depende de transformações políticas, econômicas, culturais etc.¹, envolvendo a natureza dos investimentos, o sistema tributário, o acesso à habitação, os serviços básicos de saneamento e infra-estrutura, o financiamento, a pesquisa etc. Ou seja, dadas as condições atuais, aqueles empreendimentos enfrentam, por razões históricas, um contexto reconhecidamente adverso. Nestes termos, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas *pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social*. O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, compensatórias, filantrópicas, caritativas, ou de empresas denominadas socialmente responsáveis, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, *imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia*².

Do ponto de vista interno aos empreendimentos, entretanto, um pressuposto primordial à sua sustentabilidade é que os seus integrantes conheçam as condições necessárias para que a atividade que desenvolvem ou pretendam implementar tenha maior chance de êxito. Ou seja, uma das condições indispensáveis à sustentabilidade das organizações econômicas populares reside no conhecimento,

1 Ainda mais quando se considera que, como indica Coraggio (2006) a sustentabilidade não pode ser pensada de forma estática, mas dinamicamente. Ou seja, não se trata apenas de os empreendimentos associativos resolverem problemas particulares que estejam enfrentando, mas de ampliarem continuamente o alcance de suas práticas.

2 A viabilidade de um empreendimento não significa que ele tenha que dar conta, desde o primeiro momento, de todas as condições necessárias à sua sustentação, o que não ocorre nem mesmo ou, sobretudo, com as grandes empresas. Como indica Braudel (1996), o entendimento entre capital e Estado atravessa os séculos da modernidade. Para o capital, o Estado é uma fonte ressurgente de recursos da qual nunca se mantém muito longe. Mas, no “andar inferior da economia”, os empreendimentos populares, em sua maior parte, estão reduzidos aos seus próprios recursos, à exceção do apoio pontual e localizado das atuais instituições de assessoria e fomento, com alcance reconhecidamente limitado.

por parte dos seus integrantes, das condições necessárias à viabilidade econômica e associativa das atividades que realizam. É à análise deste aspecto que eu vou me deter.

Desde já deve estar claro que os empreendimentos da economia popular solidária possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliados nem muito menos projetados copiando ou tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão e os estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, notadamente a concentração do conhecimento pleno sobre a atividade nas mãos da alta administração e a hierarquia nas relações de gestão. Essa perspectiva se distancia das realidades encontradas nos empreendimentos econômicos populares e de uma proposta de *transformação política nas relações de trabalho*, que, no caso das iniciativas populares, se impõe como condição necessária à sua sustentabilidade.

Neste sentido, é grande a responsabilidade das instituições de apoio e fomento em estimular a reflexão sobre a viabilidade dos empreendimentos associativos. Trata-se da sistematização de um *conhecimento novo* que permita equacionar, de forma apropriada, as condições que, uma vez atendidas, aumentem as possibilidades de êxito destes empreendimentos. Contribuir para esta percepção é o objetivo do presente texto, e deste seminário.

Tendo por ponto de partida alguns dilemas enfrentados pelos empreendimentos associativos relacionados à formação e aos apoios que vêm recebendo, apresento, em seguida, um perfil destes empreendimentos a partir dos dados disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, referentes à pesquisa nacional em economia solidária realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.³ No item seguinte, apresento uma metodologia de

³ No final de 2003, a SENAES constituiu o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento) que, a partir do consenso estabelecido em torno das concepções básicas sobre a Economia Solidária, elaborou um instrumento de pesquisa

estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos, tomando por referência o acervo acumulado pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA no campo da formação. Por fim, busco fornecer alguns elementos para se examinar, numa realidade como a brasileira, o lugar e as possibilidades dos empreendimentos da economia solidária no âmbito de uma prática social transformadora.

Para iniciar, convém formular as seguintes indagações: quais as principais características dos empreendimentos associativos, tal como eles existem hoje? A análise destas características permite quais conclusões?

1. Empreendimentos da economia popular solidária: constatações iniciais

Em geral, a grande maioria dos grupos enfrenta dificuldades para tocar os seus próprios negócios e os seus integrantes não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa das atividades que realizam. No mais das vezes, é superficial o conhecimento sobre os diversos aspectos práticos que compõem (ou que deveriam compor) a atividade. Se é verdade que um grande desafio enfrentado pelas organizações econômicas populares é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras, são relativamente poucos os grupos que vêm conseguindo desenvolver tais relações.

É comum os empreendimentos contarem com o apoio de alguma assessoria: são agentes de pastorais, técnicos de ONGs, de órgãos governamentais etc. Trata-se de profissionais extremamente

abrangendo questões relativas a: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso ao crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental. O trabalho de campo foi realizado durante o ano de 2005, e os seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006.

dedicados ao seu trabalho mas que, em sua grande maioria, não receberam qualquer formação que os preparasse para lidar com questões econômicas e gestonárias peculiares aos empreendimentos associativos.

As atividades de formação, descoladas da organização e dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento, constituem-se numa abstração. Em geral, as atividades de formação para o associativismo atêm-se aos princípios do cooperativismo e do trabalho associativo. Estes princípios são uma declaração do *dever ser*. Expressam uma meta, um ponto de chegada, um enunciado com o qual todos concordam, mas que vale tanto para as primeiras cooperativas na Europa do século XIX, para um empreendimento associativo de grande porte, como para um pequeno grupo de mulheres que se organiza numa associação de costureiras. As condições concretas do processo de trabalho e das condições em que ele ocorre são muito diferentes em cada um destes empreendimentos, com evidentes implicações para a gestão cotidiana dos mesmos.

Se nos atemos apenas aos princípios e não nos deixamos *interpelar pela realidade*, podemos enfrentar problemas incontornáveis. Por exemplo: o primeiro princípio do cooperativismo é a associação livre e voluntária. Mas sabemos que, numa realidade como a brasileira, a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego se constitui na principal motivação para a organização dos empreendimentos associativos.

Deve-se considerar também que, geralmente, os empreendimentos são formados por pessoas que já se conhecem. Em princípio, ninguém manda em ninguém – todos são iguais. Produzir quase todos sabem, mas é comum uns saberem mais do que outros. Se há diferença de saberes, há diferença de poderes. Mas se todos são iguais, como lidar com isso?

É insuficiente, portanto, afirmar que a gestão democrática se caracteriza pela ausência de separação entre os que decidem e os que executam. Há decisões que podem resultar de uma discussão

coletiva. Mas existem outras que precisam se tomadas na hora, sob o risco de um prejuízo maior. Um exemplo ilustra o que quero dizer: um empreendimento associativo do setor mecânico produzia peças que, antes de serem entregues ao cliente, necessitavam passar por um controle de qualidade para ter a garantia de que não estavam com defeito. Como fazer este controle de qualidade? Todos são responsáveis? Haverá uma pessoa responsável? Uma equipe? Este grupo decidiu que haveria uma pessoa responsável. Ora, o trabalho desta pessoa expressa um ato de poder sobre os demais associados encarregados da produção. E, ao vetar uma peça, poderia gerar tensões ou conflitos com os outros trabalhadores. A decisão do grupo foi que o encarregado de controle teria o poder de vetar ou liberar a peça, mas a sua decisão estaria sujeita à avaliação nas reuniões semanais do conjunto dos trabalhadores.

Esta foi a “regra do jogo” do trabalho associativo estabelecida por aquele grupo. O que quero acentuar é exatamente o fato de que não existem receitas e de que é inócua uma declaração de princípios descolada do processo de trabalho peculiar a cada grupo.

Se o que buscamos são formas de trabalho economicamente viáveis e emancipadoras, a eficiência econômica e o modo de gestão não podem ser pensados separadamente. A eficiência econômica não é um fim em si mesmo, não é uma meta que se autovalide, mas pressupõe a indagação: eficiência econômica para quais objetivos? Nestes termos, nos deparamos com o seguinte desafio: como implementar estratégias de formação em que os integrantes dos empreendimentos associativos construam, *simultaneamente*, a compreensão das condições necessárias à viabilidade econômica e autogestionária dos empreendimentos, considerando as relações técnicas e sociais de produção peculiares a cada empreendimento?

Recentemente tem se expandido o número de instituições, inclusive empresas, que destinam recursos para a implementação de atividades voltadas para a geração de trabalho e renda de forma associativa. Em relação a este apoio, pode-se constatar que:

- em sua maioria, os empreendimentos não são precedidos do estudo de viabilidade, mas apenas de uma “lista de compras” referente ao valor dos investimentos. Ou, então, quando realizados, estes estudos nem sempre consideram a lógica peculiar de funcionamento dos empreendimentos associativos. Desta forma, o grupo não se apropria dos conhecimentos necessários para conduzir, com segurança e maior chance de êxito, a atividade a ser implementada. Quando o estudo é realizado exclusivamente por um técnico, sem a participação do grupo, cria-se uma relação de dependência do grupo em relação ao saber do técnico. Além disso, o estudo tem grandes chances de ter pouca utilidade prática, mesmo porque, quem vai tocar o projeto é o grupo e não o técnico. O estudo, desta forma, transforma-se em mais um documento a ser muito bem guardado e esquecido em alguma prateleira;

- em alguns casos, este apoio financeiro prevê a contratação de encarregados de produção e/ou administração. Por um período, o empreendimento parece funcionar bem, inclusive com resultados econômicos aparentemente positivos. Enquanto dura o projeto, os recursos permitem pagar as despesas e garantem uma remuneração aos associados. Durante algum tempo, como usualmente se diz, parece que “o projeto contribuiu para elevar a auto-estima do grupo”. A instituição financiadora publica fotos e folders e divulga em seu site os resultados alcançados. Infelizmente, não são poucos os exemplos em que esta situação termina por estabelecer, no interior do grupo, relações de hierarquia que reforçam antigos e novos laços de dependência, comprometendo, com o passar do tempo, os objetivos inicialmente declarados, inclusive em termos econômicos;

- são conhecidos também os exemplos de projetos muito bonitos e teoricamente viáveis, às vezes envolvendo uma soma relativamente elevada de recursos, mas concebidos sem a participação das pessoas para as quais se destina. Esta situação é tanto mais preocupante quando as pessoas a serem convocadas para participar do projeto, denominadas de “beneficiárias”, possuem um baixo nível de

escolaridade, não têm experiência anterior na atividade proposta, nem experiência prévia em alguma outra atividade associativa. E, o mais grave: em geral, a execução destes projetos prevê um cronograma que desconsidera as condições necessárias para que o público ao qual se destina obtenha o mínimo de conhecimento e de informações para que possa decidir, com segurança e um mínimo de conhecimento de causa, sobre as implicações da atividade que está sendo proposta.

Nestes termos, *mesmo recebendo um apoio financeiro*, muitos empreendimentos apresentam *resultados frustrantes* – para si e para as instituições financiadoras –, pois o grupo não é estimulado a refletir, de maneira apropriada, sobre o conjunto das condições necessárias ao êxito da atividade. Mas atenção: situações como estas não devem obscurecer o fato de que, em geral, os grupos se ressentem exatamente da ausência do apoio de diferentes instituições e de assessores educadores que contribuam para superar questões difíceis de serem enfrentadas pelo grupo sozinho.

Outra grande fragilidade dos empreendimentos associativos é a ausência de conhecimentos e práticas adequadas à comercialização dos seus produtos e serviços. É comum, sobretudo no caso dos agricultores familiares, os trabalhadores falarem que entendem da produção, mas não sabem como comercializar da melhor forma. Nos empreendimentos associativos, é muito comum as pessoas pensarem que, para iniciar uma atividade produtiva, basta saber produzir bem. Quando o produto está pronto para ser vendido, todos os gastos necessários à sua produção já foram realizados. Portanto, se a comercialização não for bem sucedida, as perdas, nesta fase, saem muito caras e têm sido motivo de muita frustração.

Uma grande dificuldade é que, ao realizar a comercialização, o empreendimento associativo estabelece, simultaneamente, dois tipos de relações: externamente, com o mercado (diferentes tipos de compradores) e suas exigências em relação ao produto (qualidade, classificação, quantidade mínima, preços etc.); e internamente, en-

tre os associados, na definição das “regras do jogo”, ou seja, as implicações, os ganhos, os riscos e as responsabilidades que cabem a cada um no processo de comercialização.

Assim, a comercialização promovida pelo empreendimento associativo envolve relações mais complexas do que aquelas realizadas por uma empresa privada. Ou seja, ao realizar a comercialização, o grupo deve conhecer os caminhos do mercado e, simultaneamente, promover novas relações entre os associados. A relação com o mercado mais amplo não é o mais difícil de ser alcançado. É nas relações internas entre os associados que residem os maiores desafios para o êxito da comercialização coletiva.

2. Um perfil dos empreendimentos da economia solidária

Uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária foi proporcionada pela pesquisa realizada pela SENAES. Conforme o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária⁴, foram considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuam as seguintes características:

a) organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), supra-familiares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;

b) organizações permanentes (não são práticas eventuais). As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;

4 MTE-SENAES. Sistema nacional de informações em economia solidária. Termo de referência. 2004. Disponível no site www.mte.gov.br

c) organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

As primeiras tabulações deste levantamento, disponíveis do site do MTE, permitem delinear as seguintes características dos empreendimentos associativos:

- foram identificados quase 15.000 empreendimentos em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% do total de municípios), envolvendo mais de 1,2 milhão de pessoas;

- a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%) e cooperativas (11%). A recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu foi citada por apenas 1% dos empreendimentos;

- a maior parte dos grupos se estruturou a partir dos anos 1990, tendo por principal motivação a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego (citado por 45% dos empreendimentos), seguida pela busca de uma fonte complementar de renda (44%) e pela possibilidade de obter maiores ganhos através de um empreendimento associativo (39%). Desenvolver uma atividade onde todos são donos foi citado por 31% dos empreendimentos;⁵

- predominam os empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural (50%). Os empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 33% do total, e 17% atuam tanto na área rural como na área urbana;

- predominam as atividades de produção e comercialização de produtos da agropecuária, extrativismo e pesca (mais de 40%), seguidas pela produção e serviços de alimentos e bebidas e produção de artesanatos;

- os recursos para iniciar a atividade provêm, sobretudo, dos

⁵ A resposta ao formulário de pesquisa admitia um mesmo grupo apresentar mais de um motivo para a organização do empreendimento

próprios associados (71%) e de doações (34%). Boa parte dos empreendimentos (41%) também funciona em espaços emprestados;

- os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se, predominantemente, aos espaços locais, e apenas 6% produzem exclusivamente para o auto-consumo dos sócios. A maior parte dos empreendimentos vende a sua produção no comércio local e municipal. Apenas 7% dos empreendimentos afirmaram que o destino de seus produtos é o território nacional e 2% que realizam transações com outros países;

- quanto à forma de comercialização, predomina a venda direta para o consumidor, citado por 69% dos empreendimentos. A troca e a venda com outros empreendimentos solidários ocorre em apenas 9% dos empreendimentos;

- em 64% dos empreendimentos a matéria-prima provém de empresas privadas e, em 30%, a matéria-prima é adquirida dos próprios associados. Apenas 6% adquirem de outros empreendimentos solidários;

- do total de empreendimentos, 8.870 (59,3%) informaram a remuneração dos sócios que trabalham no empreendimento. Deste total, 50% apresentam remuneração com valor até meio salário-mínimo (SM). Em 26,1%, a remuneração é de meio a um SM, totalizando 76,1%;

- apenas 38% dos empreendimentos obtiveram uma receita capaz de pagar as despesas e ter alguma sobra. 33% conseguiram pagar as despesas sem obter sobras e 16% não conseguiram pagar as despesas. 13% dos empreendimentos não são organizados com vistas à obtenção de resultados financeiros ou não informaram;

- a maior parte dos grupos já recebeu algum tipo de assessoria (73%), voltadas, sobretudo, para os aspectos técnicos dos empreendimentos e para os princípios do cooperativismo e do associativismo. As assessorias sobre viabilidade econômica, entretanto, situam-se entre as de menor incidência (apenas 8% dos grupos receberam este tipo de assessoria);

- Em geral, os grupos exercitam, de alguma forma, princípios democráticos de participação, com prestação de contas aos associados e renovação das coordenações ou diretorias; e

- 60% dos empreendimentos têm alguma relação ou participam de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares;

Além disso, as informações disponíveis no banco de dados da CAPINA-UCSal⁶ e da pesquisa sobre *Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia*⁷, indicam que:

- a quase totalidade dos grupos não realiza qualquer tipo de reserva destinada à manutenção ou depreciação das máquinas e equipamentos que possuem;

- são relativamente poucos os grupos que conhecem o ponto de equilíbrio da atividade que realizam (quantidade mínima a ser produzida e vendida para que a atividade não apresente prejuízo); e

- em quase todos os empreendimentos os associados já se conheciam antes de iniciar a atividade, sobretudo através das relações de família /vizinhança.

As informações fornecidas por estas pesquisas permitem afirmar que:

- parece existir uma maior tradição e facilidade de organização dos empreendimentos associativos no meio rural, que possuem características peculiares em relação aos tipicamente urbanos. Se,

6 Informações armazenadas em banco de dados referente aos empreendimentos associativos assessorados pelos participantes do curso de extensão em *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*, promovido conjuntamente pela CAPINA e pela UCSal. O formulário de pesquisa que capta o perfil dos empreendimentos foi respondido pelos alunos das seis turmas do curso, realizadas no período de 2003 a 2006, compondo um total de 96 empreendimentos em 16 estados do país.

7 Pesquisa promovida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, em parceria com o Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSal, em julho de 2003, e publicada pela SEI, Série Estudos e Pesquisas, n° 69, 2004.

por exemplo, uma atividade de agricultores familiares voltada para a comercialização coletiva ou para o beneficiamento de seus produtos não obtém êxito, os mesmos têm a opção de retornarem à forma tradicional em que se inseriam no mercado, mesmo que isto signifique vender para o atravessador local. No caso dos empreendimentos urbanos, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados, sobretudo na situação em que os mesmos não possuem outra fonte de renda;

- o trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores, que já se conheciam através das relações de família ou vizinhança. Estas relações pré-existentes de conhecimento certamente traspassam os mecanismos de gestão cotidiana do grupo, manifestando-se nas relações de poder, gênero etc;

- a dependência de recursos dos próprios associados e de doações constitui-se numa grande limitação e revela a ausência de um sistema de financiamento adequado ao fomento dos empreendimentos associativos. Embora recentemente venha se expandindo o micro-crédito, este se destina ao trabalhador por conta própria e não aos empreendimentos associativos;

- pode-se supor que a dependência de doações ou de recursos dos próprios associados cerceia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos associativos e compromete as condições necessárias à sustentabilidade dos mesmos. Vários grupos se organizam mas não conseguem os recursos necessários para o início da atividade. Ou, então, conseguem recursos para os equipamentos, mas não dispõem de capital de giro. A longa demora na obtenção dos recursos necessários ao início da atividade certamente dilui a capacidade do grupo se manter coeso. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação constitui-se numa *travessia no deserto*, na qual é plausível supor a existência de iniciativas que sucumbem durante o percurso;

- a ausência de reservas para a manutenção e depreciação pode suscitar a ilusão de uma rentabilidade aparente que, com o correr do tempo, pode comprometer ou criar sérias dificuldades para a continuidade do empreendimento. É provável que a maior parte dos empreendimentos desconheça o cálculo dessas reservas, considerando qualquer sobra como sendo um resultado positivo;

- se as principais razões que motivam a criação dos empreendimentos associativos são a busca de alternativas de trabalho diante do desemprego, a obtenção de maiores ganhos e de uma fonte complementar de renda, os resultados obtidos revelam-se extremamente frágeis, como demonstram os dados referentes ao número de empreendimentos que obtêm sobras e o valor da remuneração dos sócios que trabalham no empreendimento;

- é arriscado supor que o reduzido ganho econômico dos sócios deve ser relativizado pelo fato de muitos empreendimentos terem declarado que a razão de sua existência reside na possibilidade de obtenção de uma fonte complementar de renda para os seus associados. É plausível supor que esta renda seja a complementação de outra igualmente precária;

- as assessorias recebidas abordam mais os aspectos técnicos dos empreendimentos e os princípios do cooperativismo e do associativismo, o que, certamente, contribui para a formação inicial do grupo e para o aperfeiçoamento das atividades realizadas. Parece claro, entretanto, que os grupos se ressentem de um maior apoio de instituições e agentes que estimulem a elaboração e o entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos, considerando, simultaneamente, os aspectos econômicos e associativos. Se isto é verdade, o desenvolvimento e a sustentabilidade dos empreendimentos associativos colocam-se diante do seguinte desafio: como promover, no âmbito de políticas especialmente dirigidas ao fomento da economia popular solidária, a preparação de instituições públicas e de ensino visando à formação de educadores ou agentes de desenvolvimento desta economia aptos a pres-

tares uma capacitação apropriada a este tipo de organização social?

Neste ponto, entretanto, cabe uma indagação: se o emprego regular se apresenta como uma possibilidade cada vez mais remota, o que levaria, sobretudo nos espaços urbanos, à opção pelo trabalho associativo, em vez da atividade individual ou familiar, que já é mais extensivamente utilizada como uma alternativa de trabalho? Ainda mais considerando que o trabalho associativo pressupõe um aprendizado e relações mais complexas do que aquelas requeridas pela atividade por conta própria. Certamente é possível encontrar várias respostas. Embora a busca de trabalho face ao desemprego se constitua numa forte motivação para a organização dos empreendimentos associativos, existem outras motivações. Ou seja, é possível identificar a busca de alternativas que permitam ganhos econômicos através de práticas e relações sociais que viabilizem uma reapropriação pelos trabalhadores das condições de existência do seu trabalho. Até agora, entretanto, esta busca acontece em condições extremamente adversas aos objetivos que pretende alcançar.

3. A viabilidade dos empreendimentos associativos populares

Do exposto, parece evidente a necessidade de se pensar as condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária de forma adequada, posto que a lógica destes empreendimentos é mais complexa do que a busca do lucro.

Partimos do pressuposto de que a produção, fora do seu contexto, é uma abstração. Qualquer processo de trabalho, seja de uma empresa privada, de um agricultor familiar ou de um empreendimento associativo da economia solidária, possui os mesmos elementos constitutivos, ou seja: i) a força de trabalho; ii) o objeto de trabalho (matérias-primas) sobre o qual o trabalho atua; e iii) os meios de trabalho (instrumentos de trabalho) através dos quais o trabalho atua. Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que

supõem uma determinada combinação de relações técnicas e relações sociais de produção. Concretamente, um mesmo conteúdo técnico assume diferentes formas sociais de produção, que expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho. As relações técnicas descrevem o processo de produção em seu sentido formal, como inter-relações entre o ser humano e a natureza, para mudar a forma desta. As relações sociais de produção dão conta da trama que se estabelece entre seres humanos no processo produtivo, como resultado da maneira como estão distribuídos os meios de produção (Foladori, 2001).

Na empresa capitalista o processo de trabalho manifesta-se como um meio do processo de valorização do capital. É o local onde o capital produz e é produzido e, por isso mesmo, requer o controle, abusivo ou refinado, sobre os trabalhadores.

Para os empreendimentos associativos, conceitos típicos da economia capitalista, como salário e lucro, tornam-se inapropriados e perdem o seu significado, pois não expressam as relações sociais de produção que caracterizam aqueles empreendimentos. A racionalidade da economia dos setores populares⁸ está ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital.⁹ Numa empresa capitalista, é o empresário que decide sobre as técnicas de produção e de gestão que vai utilizar. Ele realiza os investimentos (instalações, máquinas e equipamentos pertencem a ele) e contrata os trabalhadores, que recebem um salário. Assim, a própria força de trabalho é

8 No âmbito dessa *economia dos setores populares* convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo. Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhe são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar esta economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares.

9 O capital aqui entendido não como a existência de máquina e equipamentos, mas como uma relação social, caracterizada pelas relações de trabalho assalariado.

uma mercadoria, cujo uso o empresário compra em troca de um salário. O lucro pertence ao empresário. As normas de gestão e administração são estabelecidas pela empresa. A avaliação das alternativas e as decisões são tomadas visando ao maior lucro.

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. As relações que eles estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa empresa. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos envolvidos assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento.

Se é verdade que um pressuposto primordial à sustentabilidade dos empreendimentos associativos é que os seus integrantes conheçam as condições necessárias para que a atividade que desenvolvem ou pretendam implementar tenha maior chance de êxito, um instrumento essencial a ser utilizado é o estudo de viabilidade.

Para que este estudo tenha uma utilidade prática e contribua efetivamente para uma maior consistência dos empreendimentos da economia popular solidária é necessário que o mesmo considere a *lógica peculiar* de funcionamento destes empreendimentos. Nestes termos, sintetizo, a seguir, uma metodologia que resulta da sistematização dos conhecimentos proporcionados pela atividade de assessoria desenvolvida pela CAPINA, nos últimos 18 anos, nas áreas de viabilidade econômica, comercialização e gestão democrática, abrangendo mais de 120 empreendimentos associativos em 20 estados do país¹⁰. A partir de 2003, esta metodologia vem sendo aperfeiçoada com a contribuição dos alunos do curso de extensão em *Viabilidade*

10 Uma sistematização inicial deste conhecimento encontra-se nos fascículos “Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I” e “Retomando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos II”, disponíveis no site www.capina.org.br. Sua leitura oferece uma boa avaliação sobre a aplicabilidade de seu conteúdo e a efetividade da metodologia adotada.

econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos, promovido pela CAPINA em parceria com o Núcleo de Estudos do Trabalho da Universidade Católica do Salvador.

Na perspectiva aqui apresentada, a realização do estudo de viabilidade envolve, necessariamente, a participação dos integrantes dos empreendimentos associativos. Ou seja, não se trata de um trabalho tecnocrático, realizado por especialistas externos ao grupo, mas de uma construção coletiva de conhecimentos em que os integrantes dos grupos e assessores descobrem juntos as condições necessárias à sustentabilidade do empreendimento. Nestes termos, a realização do estudo de viabilidade assume uma perspectiva totalmente distinta de um trabalho exclusivamente técnico, hierarquicamente superior, realizado por terceiros e que desconsidera o contexto cultural e a lógica peculiar de funcionamento dos empreendimentos populares.

O que é e para que serve o estudo de viabilidade e gestão democrática? O estudo é um *processo de aprendizado* de todos os participantes do empreendimento, direcionado para o conhecimento de todos os aspectos da atividade que realizam. É um dispositivo que instiga os integrantes do grupo a refletir sobre a organização e as peculiaridades do processo de trabalho, sobre o que cabe a cada um fazer e por que, sobre as relações de cada um com os outros e sobre as relações com o seu entorno – seja a comunidade local, a família, o mercado, as entidades de apoio e fomento, o Estado ou as diferentes esferas do governo. Ele não se restringe, portanto, aos aspectos estritamente econômicos. Entendido desta forma, o estudo de viabilidade tem um caráter *essencialmente político*. O que se pretende, através do estudo, é aumentar a *capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que se situa*. Nestes termos, o estudo de viabilidade permite: identificar e fortalecer as condições necessárias para que a atividade tenha êxito; e que todos os participantes conheçam a fundo a atividade que realizam ou estão por iniciar, para que possam se comprometer, com conhecimento de causa, com as suas exigências e implicações. Por si

só, não é uma garantia de êxito da atividade, mas indica as condições necessárias para que a mesma tenha maior chance de êxito.

No caso dos empreendimentos da economia popular solidária, todos precisam ter todas as informações necessárias para avaliar e decidir, com segurança, sobre a atividade que pretendem implementar. Este é o maior desafio para o sucesso do projeto. O estudo de viabilidade, realizado de forma apropriada, constitui-se num instrumento indispensável ao enfrentamento deste desafio.

A análise de viabilidade de empreendimentos associativos, para ser eficaz, envolve, necessariamente, as questões gestionárias. São estas questões que definem as relações que as pessoas envolvidas no projeto vão estabelecer entre si, as tarefas, os compromissos e as responsabilidades a serem assumidas por cada um, tomando por referência o processo de trabalho peculiar a cada atividade. Ou, em outras palavras, as condições para a gestão democrática do empreendimento. O bom tratamento dessas questões é uma condição essencial para o sucesso do empreendimento. Mesmo quando o projeto é viável do ponto de vista estritamente econômico, surgem muitas tensões e conflitos pelo fato de as “regras do jogo” não terem sido previamente combinadas.¹¹

Do exposto, pode-se concluir que é de extrema importância elaborar o estudo de viabilidade antes de se iniciar a atividade. Mas isso é o ideal. Na realidade, o que se pode constatar é a existência de muitos empreendimentos que iniciam as suas atividades sem o estudo de viabilidade. O fato de a atividade encontrar-se em operação não reduz a necessidade do estudo, ao contrário, torna-a mais urgente, na medida em que o mesmo contribui para fortalecer o que já está funcionando bem, identificar os aspectos desfavoráveis ao êxito da atividade e promover os ajustes necessários.

11 A construção coletiva destas regras não suprime os conflitos, mas facilita o equacionamento das inevitáveis tensões, através da sua avaliação e dos ajustes necessários a partir da vivência cotidiana do grupo. Agradeço esta observação a Anne Guiomar e Francisco Mariano, colegas do NET-UCSal e que desenvolvem um belo trabalho de assessoria junto aos empreendimentos associativos populares.

O que se busca com o estudo é conferir, sistematizar e aperfeiçoar o conhecimento do grupo sobre a atividade que realizam. Um caminho para isso é o grupo formular, para si mesmo, todas as perguntas que devem ser respondidas, pelos próprios associados, sobre os diversos aspectos necessários ao bom funcionamento da atividade. Estas perguntas envolvem tanto as relações técnicas como as relações sociais de produção. O ponto de partida, portanto, é o conhecimento sobre o processo de trabalho peculiar a cada atividade.

Para não esquecer nenhuma pergunta importante, elas podem ser classificadas considerando os vários aspectos do empreendimento. Não basta, por exemplo, o grupo saber o que quer produzir, mas indagar sobre a quantidade a ser produzida, os investimentos, o processo de produção, a matéria-prima a ser utilizada, os custos de produção, a comercialização, a administração e as questões financeiras. Na prática, cada grupo deve formular as perguntas mais adequadas ao seu tipo de atividade.

Respondendo a essas perguntas, o grupo estará identificando boa parte das condições necessárias para que a iniciativa tenha êxito. O importante é saber escolher bem as perguntas. E, depois, buscar as respostas. Este procedimento força o grupo a conferir e, se for o caso, aperfeiçoar o seu conhecimento sobre a atividade.

É da resposta a estas perguntas que surgirão os números que serão utilizados, num segundo momento, nas contas que devem ser feitas. Ou seja, trata-se de ordenar e interpretar os números encontrados. Por isso o conhecimento proporcionado por esta primeira parte é essencial. Sem ele não será possível dar os passos seguintes. Feito desta forma, o estudo de viabilidade também desmistifica a aparente complexidade das contas. *O bom termo do estudo de viabilidade depende mais do profundo conhecimento sobre a própria atividade do que de contas complicadas.*

É claro que, ao listar as perguntas e buscar as respostas, podem surgir algumas dúvidas. Mas, ao localizar essas dúvidas, o grupo estará conferindo o seu próprio grau de conhecimento sobre o projeto

e poderá, antes de iniciá-lo, buscar os meios para aperfeiçoar esse conhecimento.

Nesta fase, é muito importante visitar e conhecer a experiência de outros grupos que já estejam trabalhando com um empreendimento semelhante ao que se pretende iniciar. Para ser proveitosa, essa visita deve ser muito bem preparada. É importante, por exemplo, que antes o grupo faça um roteiro de observação bem adequado, envolvendo todos os aspectos do projeto.

Como já indicado, o outro componente do estudo de viabilidade é a discussão e construção das “regras do jogo”, ou das relações associativas do projeto, vislumbrando não apenas os benefícios esperados da atividade econômica, mas antevendo o trabalho, as exigências e as responsabilidades que dela emanam.

Um caminho para que estas regras de convivência sejam coletivamente construídas é o grupo também formular algumas questões para serem discutidas entre todos os seus membros. Por exemplo: quem vai participar do projeto? Participam sócios e não sócios? Em que condições? Quem vai ser o responsável pela manutenção dos equipamentos? Qual o critério para remuneração dos sócios? No caso de beneficiamento de produtos agrícolas, a matéria prima vai ser fornecida pelos próprios sócios? Como será o pagamento? Somente após o beneficiamento e a venda do produto final ou antecipadamente? Quem vai cuidar das vendas: uma pessoa ou o grupo todo? Se tiver uma pessoa responsável, ela será remunerada? De que forma? Quais são as tarefas de administração? Quem vai cuidar delas? Que anotações e registros físicos e financeiros são necessários? Quem vai fazer e como serão feitas essas anotações? Como repassar os resultados para todos de forma compreensível? Qual será o destino das sobras? Serão distribuídas entre os sócios? Serão destinadas à formação de um fundo? Com que objetivo? E no caso de haver um prejuízo? Como serão tomadas as decisões?

Estes procedimentos contribuem para que a percepção e a implementação dos procedimentos necessários a uma gestão democrá-

tica do empreendimento sejam tratadas de forma prática, o que parece ser mais eficiente do que discussões isoladas e abstratas sobre os princípios do cooperativismo e do associativismo.

Estes procedimentos também contribuem para a reflexão sobre o lugar do assessor como educador, em contraposição ao assessor exclusiva ou essencialmente técnico, não por um ato de vontade ou mera declaração de princípios, mas pelos procedimentos e dispositivos inerentes à própria execução do estudo. A formulação das perguntas e a busca das respostas conduz à sistematização de um conhecimento novo, que resulta de saberes diferentes. Nestes termos, os procedimentos adotados marcam uma diferença entre uma simples transferência de conteúdos e uma atividade formativa mais ambiciosa, na qual os sujeitos do processo se descobrem mais fortalecidos no que são, no que fazem e no que podem.

4. Economia solidária e transformação social

Num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem de ocupações precárias e, sobretudo, do trabalho realizado de forma individual ou familiar. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande contingente de trabalhadores e, nos tempos que correm, torna-se uma possibilidade cada vez mais remota. Diferentemente do que ocorreu durante o período desenvolvimentista, a força de trabalho no Brasil está se deslocando do pólo dinâmico e moderno para outras formas de inserção, precarizadas e que trazem menores rendimentos ou, então, simplesmente, para o desemprego aberto.

Em 2004 – segundo dados do IBGE-PNAD –, o Brasil possuía uma população economicamente ativa (pessoas trabalhando ou procurando trabalho) de 92,8 milhões. Deste total, 84,5 milhões estavam ocupadas e 8,2 milhões desempregadas. Os trabalhadores com carteira assinada correspondiam a apenas um terço do total da população ocupada. Ou seja, de cada dez trabalhadores ocupados apenas

três possuíam um emprego regular assalariado¹². Os trabalhadores por conta própria somavam mais de 18,5 milhões, correspondendo a 22% da população ocupada. Contrastando com o discurso do empreendedorismo¹³, as informações disponíveis sobre o trabalho por conta própria revelam uma realidade marcada pela precariedade. O rendimento médio proporcionado por este tipo de trabalho é inferior ao do trabalhador assalariado com carteira assinada¹⁴. Cerca de 21,6% dos trabalhadores por conta própria auferiam uma renda de, no máximo, até meio salário-mínimo e 22,1% entre mais de meio a 1 SM. Em grande parte, o trabalho por conta própria é realizado no próprio domicílio e os clientes são os moradores do próprio bairro, constituindo *um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres*. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores, o trabalho por conta própria é o lugar onde vai sendo despejada uma parcela crescente da população, num quadro marcado pela escassez do emprego regular assalariado.

Considerando-se como trabalho precário o conjunto formado pelos empregados sem carteira assinada, pelos trabalhadores por conta própria, pelos não remunerados e pelos que produzem para o próprio consumo, tem-se um total de 48 milhões de trabalhadores, correspondendo a 57% da população ocupada. Neste cenário, qual a

12 Isto significa que a maior parte da população não possui nenhum amparo frente ao desemprego. Uma condição para o acesso ao seguro-desemprego é ter trabalhado durante o mínimo de seis meses com carteira assinada. Em muitas famílias, a obtenção de alguma renda depende exclusivamente de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa-família.

13 Face às possibilidades cada vez mais distantes do emprego regular assalariado, uma certa visão, compatível com a crença ultraliberal, propõe aos desgarrados do mercado regular de trabalho que adquiram uma tal de “empregabilidade”; que montem os seus próprios empreendimentos. Tudo dependeria do esforço, do grau de instrução e do espírito empreendedor de cada um. Se não conseguem empregos, que sejam empresários de si mesmos!

14 Em 2004, o rendimento médio do trabalhador por conta própria era de R\$ 421,00 e dos assalariados (inclusive os sem carteira) era de R\$ 652,00 (IBGE, PNAD, 2004).

perspectiva dos 8,2 milhões de desempregados e do contingente de mais de 1 milhão de pessoas que ingressa no mercado de trabalho a cada ano?

Até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo a situação das pessoas não-integradas ao mercado capitalista de trabalho. Três décadas depois, cresceu o número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia, do qual já nos falava Milton Santos (2004), abrangendo modalidades de trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos¹⁵. Por sua magnitude e caráter estrutural, o crescimento dessas formas de trabalho já não pode ser explicado como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. Em outras palavras, parece que não se trata de um contingente que, algum dia, será engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no “circuito superior” da economia, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

Se é verdade que o emprego assalariado regular é uma possibilidade cada vez mais remota e se o discurso da empregabilidade se constitui numa miragem, o futuro dessas pessoas, agora, seria a chamada economia solidária? Os empreendimentos associativos projetados pelo(s) ideário(s) da economia solidária seriam, agora, um novo ponto de chegada, o horizonte que se vislumbra, ou uma iniciativa, ao lado de outras, que converge para a promoção de práticas sociais transformadoras?

Os dados do mapeamento nacional em economia solidária registram a existência de quase 15.000 empreendimentos, envolvendo

15 Este circuito inferior da economia possui raízes históricas e foi amplificado, como um fenômeno urbano massivo, pelas políticas econômicas implementadas a partir da década de 90.

mais de 1,2 milhão de trabalhadores. Certamente estes números são maiores, pois o mapeamento não abarcou todos os municípios. Mesmo admitindo-se este fato, as características dos empreendimentos associativos anteriormente analisadas sugerem conclusões cautelosas sobre o lugar atualmente ocupado por estes empreendimentos como uma alternativa em larga escala para os mais de 8 milhões de desempregados e 48 milhões de trabalhadores que exercem trabalho precário.

Neste passo, pode-se chegar à seguinte indagação: o movimento da economia solidária representaria, como indicam alguns analistas críticos da economia capitalista, um simples modismo, usado para amortecer esperanças impossíveis de ser satisfeitas pelo mercado capitalista de trabalho?

Sobre esta indagação, deve-se observar que:

- até o início da década de 1990, atribuía-se pouca importância política às iniciativas populares que se dedicavam à produção/comercialização de bens e serviços. Pode-se dizer que existia um certo preconceito, como se os grupos populares se maculassem ao entrar em contato com o mercado. Ou, então, eram vistos como uma expressão das ações assistencialistas destinadas a amenizar o aumento da pobreza. É possível que a forma de se olhar para estes grupos tenha sido eclipsada pela relevância conferida à luta sindical, ou pela perspectiva de que somente as mudanças políticas nas relações de poder permitiriam pensar um mundo melhor. Nesta ótica, a responsabilidade pela geração e pela gestão dos investimentos econômicos seria de competência dos empresários e do Estado. Isto está mudando. Ou seja, não é mais plausível supor que as formas e as possibilidades de trabalho sejam ditadas exclusivamente pelos investimentos no “circuito superior da economia”;

- a recente expansão do movimento da economia popular solidária contém uma novidade: mesmo que de forma ainda incipiente e não explícita, a percepção dos mercados pelos movimentos sociais como uma realidade simultaneamente econômica e social contesta a

visão liberal do mercado como um regulador sem reguladores, e aponta para a resistência e proposições, desde o interior da economia de mercado, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista. São práticas que se vinculam aos mercados e enfrentam temas como trabalho, renda e políticas públicas; e

- deve-se admitir que os empreendimentos associativos, hoje denominados de economia solidária, *antecedem a qualquer esquema teórico*¹⁶, nem sempre ou apenas parcialmente claro ou avocado pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos¹⁷ buscam denominar ou projetar. Trata-se, portanto, de uma *forma social de produção* que historicamente se desenvolve contestando a organização capitalista do trabalho. Nestes termos, não existem razões para rejeitar o movimento da economia solidária, sob o argumento de tratar-se de um novo devaneio concebido para abrandar uma inexorável exclusão social.

Com o risco de reafirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia popular solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituiriam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão cotidianas destes empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária se assentam num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de

16 Como se sabe, as experiências cooperativistas surgem no século XIX como uma resistência à produção capitalista.

17 Economia solidária, economia popular solidária, sócio economia solidária, economia do trabalho, etc.

aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens.¹⁸

Para concluir, pode-se formular algumas hipóteses concernentes à sustentabilidade e ao lugar dos empreendimentos associativos num processo de transformação social:

- dadas as condições atuais, os empreendimentos associativos, por si sós, não dispõem de condições para superar as principais dificuldades e fragilidades que enfrentam. A sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplas instituições e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais etc.;

- num plano mais imediato, o enfrentamento de muitas das atuais dificuldades das organizações econômicas populares pressupõe um trabalho educativo diferenciado e permanente junto às mesmas, voltado para a construção de um conhecimento, por parte dos seus integrantes, sobre as condições necessárias à viabilidade econômica e gestonária destas organizações. O processo de constução deste conhecimento, nos termos aqui descritos, é um ato essencialmente político, que contribui para potencializar a compreensão e a capacidade de intervenção dos empreendimentos populares sobre a realidade em que se situam. Trata-se, portanto, de formar assessores educadores ou agentes de desenvolvimento da economia popular solidária aptos a prestarem uma capacitação apropriada aos empreendimentos. Isto requer o desenvolvimento e a amplificação de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreen-

18 Além disso, como observam ASSMANN e SUNG (2000, p.158) “Quando se busca a ‘solidariedade perfeita’, ou ‘soluções definitivas’, impõe-se sobre as pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para se carregar”

dimentos da economia solidária, para que se transforme num saber coletivo o que alguns grupos já conseguiram. É evidente que isto implica um esforço em larga escala, que permita ir além da ação pontual e localizada que vem sendo atualmente desenvolvida por algumas instituições de apoio e assessoria; e

- em termos de perspectivas, não se trata de discutir se a chamada economia solidária, entendida como os empreendimentos associativos populares, se constitui numa alternativa não capitalista ao desemprego, como afirmam alguns autores. É cedo ainda para dizer qual a trajetória e o espaço que esta forma social de produção poderá alcançar, num processo de transformação de uma sociedade como a brasileira, face às mudanças centrais do capitalismo nestes tempos que correm. Mas talvez seja possível afirmar que, num país como o Brasil, onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a expansão consistente dos empreendimentos da economia popular solidária pode somar-se ao processo mais amplo de transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania. Representaria, portanto, um passo e uma forma de caminhar, ao lado de outros, no itinerário pela desmercantilização da força de trabalho. É no âmbito desse processo maior que é mais plausível antever as potencialidades emancipadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia popular solidária, não como algo que expresse um novo ponto de chegada ou que se revele como um novo demiurgo que recria e remodela a sociedade, mas convergindo com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela vivência de práticas sociais transformadoras.

Referências

- ASSMANN, H. e SUNG, J.M. *Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000
- BRAUDEL, F. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CORAGGIO, J. *Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria*. Disponível em < <http://www.coraggioeconomia.org>>. Acesso em 20/05/2006.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2004*. Disponível em <[http//www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 20/05/2006.
- _____. *Economia Informal Urbana – 2003*. Disponível em <[http//www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 20/05/2006.
- KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.
- MTE-SENAES. *Sistema nacional de informações em economia solidária. Termo de referência*. 2004. Disponível em <[http//www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em 20/07/2006.
- MTE-SENAES. *Sistema nacional de informações em economia solidária. Relatório nacional 2005*. Disponível no site <[http//www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em 20/07/2006.
- SANTOS, M. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SEI. *Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e Litoral Norte da Bahia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Série Estudos e Pesquisas, n. 69, 2004.

Questões debatidas

Gabriel Kraychete

Consumo ético e solidário e cadeias produtivas

Qual a importância do consumo ético e solidário para a sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária? Sabemos que as decisões de consumo envolvem a produção e a reprodução de valores, ou seja, envolvem a forma como vemos (ou não vemos) o mundo. Comportamentos diários e decisões cotidianas de consumo podem resultar, por exemplo, em maior ou menor agressão à natureza, numa atitude de protesto contra as empresas que utilizam o trabalho infantil, no reconhecimento de empresas que realizam atividades filantrópicas – ou toda uma série de atividades tidas como “socialmente responsáveis” –, e podem afirmar, também, a preferência pelos bens e serviços da economia solidária. Neste último caso, a compra de um produto ou serviço se traduziria num estímulo ao desenvolvimento de *novas relações de trabalho*, nas quais a força de trabalho não se constitui numa mercadoria, ao contrário do que ocorre nas empresas capitalistas (mesmo nas “socialmente responsáveis” ou “ecologicamente corretas”).

As decisões dos consumidores, portanto, não são irrelevantes e podem exercer diferentes impactos. Mas convém *problematizar o real alcance destas decisões num processo mais amplo de transformação social*. Os consumidores, por exemplo, podem incluir a variável ambiental em suas decisões de compra, dando preferência aos produtos e serviços que não agridam o meio ambiente o que, sem dúvida, pode pressionar as empresas para uma produção mais limpa em termos ambientais. Várias empresas, sem deixarem de ser capitalis-

tas, passaram a oferecer produtos para pessoas com um certo poder aquisitivo e que têm a preocupação com o impacto ambiental do consumo, percebendo-as como uma nova fonte para realizarem os seus lucros. Em resposta à maior sensibilidade dos consumidores às questões sociais e ambientais, as empresas buscam vincular as suas marcas ao desenvolvimento de ações “socialmente responsáveis”, mesmo que estas ações não sejam tão verdadeiras ou consistentes. Assim, até mesmo instituições financeiras ou empresas poluidoras buscam aparecer aos olhos do consumidor como “empresas verdes” ou “socialmente responsáveis”.

Valorizar demasiadamente a responsabilidade dos consumidores como meio de mudança social pode eclipsar a necessidade insubstituível de políticas públicas direcionadas para a produção, distribuição e para o consumo. Existem mudanças essenciais que não dependem das decisões dos consumidores individuais. Por exemplo: é importante que existam políticas públicas orientadas para as compras governamentais de produtos da agricultura familiar. Mas isto pressupõe a existência de programas governamentais que melhorem a inserção dos agricultores familiares no mercado (reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica etc). Sabemos que o beneficiamento de produtos agrícolas realizado pelas cooperativas de agricultores familiares também encontra barreiras, porque os padrões da legislação sanitária não são adequados ao porte destes empreendimentos. Ou seja, o problema não reside na decisão dos consumidores, mas em ações que envolvem opções políticas, inclusive de mudanças na legislação.

Outro exemplo: vamos admitir que os consumidores com poder de compra para adquirir automóveis optem por tecnologias e combustíveis menos poluentes. Isso não substitui os investimentos em políticas públicas visando à melhoria dos transportes coletivos e o incentivo ao uso desse meio de transporte e não do transporte individual.

Vamos admitir, agora, que a maior parte dos consumidores opte

pelos produtos da economia solidária. O que nos diz o mapeamento nacional em economia solidária? Os empreendimentos desta economia apresentam uma reduzida escala de produção concentrada em poucas atividades e produtos: predominam as atividades de produção e comercialização de produtos da agropecuária, extrativismo e pesca, seguidas pela produção e serviços de alimentos e bebidas e produção de artesanato.

Ou seja, de forma resumida, eu diria que, dadas as condições atuais, o *problema prioritário não reside no consumo, mas no investimento*. A *questão primeira e determinante* não é mudar a *estrutura* do consumo, mas da produção. Quais são as condições de investimento e produção dos empreendimentos da economia solidária? Os recursos para iniciar a atividade provêm, sobretudo, dos próprios associados e de doações. Boa parte dos empreendimentos funciona em espaços emprestados. São problemas que não se resolvem a partir de uma decisão individual dos consumidores nem, tampouco, por um desejo dos trabalhadores em produzirem de forma associada. Por si sós eles não têm condições de mudar esta situação. Em minha exposição eu me detive nas condições de sustentabilidade interna aos grupos, mas a minha primeira observação foi que a sustentabilidade dos empreendimentos solidários depende de fatores e condições externas, enfatizadas pelo Coraggio em toda a sua fala. Nem mesmo as empresas investem com recursos próprios, mas beneficiam-se de auxílios, empréstimos, pesquisas, infra-estrutura e isenções proporcionadas pelo Estado. O desenvolvimento do agrogócio no Brasil, por exemplo, foi ancorado em pesquisas e tecnologias desenvolvidas por alguns órgãos públicos. Aos empreendimentos da economia popular solidária faltam condições mínimas das quais usufruem as empresas capitalistas: financiamento, pesquisa, infra-estrutura básica (saneamento, urbanização adequada, segurança, vias de acesso etc), que impedem, inclusive, o acesso dos consumidores a estes empreendimentos.

Mas existe uma outra razão para não valorizarmos demasiada-

mente a decisão dos consumidores como meio de transformação social: o *poder de consumo* não é uma variável independente, *não é algo que levite no espaço descolado de estruturas sociais e econômicas*. Ele depende, por exemplo, da renda das pessoas. Sabemos que o Brasil, por razões históricas, possui uma estrutura de repartição da renda extremamente concentrada. Em nosso país, do total de 87 milhões de pessoas ocupadas, 70% recebem, no máximo, uma renda equivalente a até 2 salários-mínimos (SM) e 41% recebem, no máximo, até 1 SM. Menos de 1% têm renda equivalente a mais de 20 SM. Apenas 17% se situam na faixa de 3 a 20 SM. Isto significa que a maior parte da população brasileira não tem renda suficiente para um consumo adequado. Os pobres têm um consumo insuficiente e fragmentado. Acreditar em mudanças significativas através do consumo seria depositar as nossas esperanças nas decisões de uma pequena parcela da população com poder de consumo suficiente, inclusive para fazer escolhas. O *nó da questão*, portanto, não reside no consumo, mas na estrutura extremamente injusta e desigual de repartição da renda. Em outras palavras, mudanças efetivas, através das decisões de consumo, pressupõem que todos tenham o mesmo poder, caso contrário o *poder de mudança* estará concentrado nas mãos dos que têm renda suficiente para influir no padrão de consumo.

Quando falamos em cadeias produtivas dos empreendimentos da economia solidária, temos que ter a mesma cautela. Apenas 6% dos empreendimentos econômicos solidários adquirem matérias-primas de outros empreendimentos solidários. O funcionamento das redes, portanto, pressupõe mudanças estruturais nas condições de investimento e produção dos empreendimentos solidários. Não se trata apenas do consumo individual/doméstico, mas do consumo de bens e serviços intermediários (matérias primas, insumos, máquinas e equipamentos etc) entre os próprios empreendimentos da economia solidária. Ou seja, o funcionamento das redes não depende essencialmente das decisões dos consumidores finais, mas de mudanças estruturais nas condições de investimento e produção daqueles empreendimentos.

Existem algumas iniciativas que podem ilustrar as possibilidades de integração das cadeias produtivas. Um exemplo sempre citado é o da Justa Trama, integrando vários processos produtivos, desde o algodão orgânico produzido no Ceará até a produção de confecções no Rio Grande do Sul. Para tirarmos ensinamentos destas experiências é preciso ir além da descrição da forma como funcionam e dos resultados que vêm obtendo. Uma análise das condições que estão permitindo o desenvolvimento destas redes, confrontando-a com as condições vivenciadas pela maior parte dos empreendimentos associativos, pode contribuir para elucidar as condições necessárias para que se transforme numa realidade extensiva a todos, o que alguns grupos já estão conseguindo.

Às vezes, criamos a ilusão de soluções fáceis, recorrendo a certos termos: cadeia produtiva é um deles. Certa vez, presenciei um técnico de uma instituição de fomento às pequenas empresas propor a “integração da cadeia produtiva do geladinho” como solução para os baixos rendimentos das mulheres que vivem, há anos, da produção e venda deste produto, com uma renda mensal de R\$70,00 num bairro popular de Salvador.

Mas, saindo da periferia da cidade do Salvador e olhando para o cenário internacional, o que vemos? 1,4 bilhão de pessoas ganham menos de um dólar por dia. Dois bilhões de pessoas têm dificuldade de acesso até mesmo à água potável. Estima-se que 800 milhões de pessoas sejam afetadas pela fome¹⁹. E, certamente, estes números podem ser ampliados, pois, como nos ensina Milton Santos, ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada, mas participar de uma situação estrutural com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo. Qual o poder de decisão destas pessoas sobre o consumo?

A maior parte do comércio internacional é realizada não ape-

19 Cf. Santos, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

nas entre os próprios países desenvolvidos, mas entre as empresas sediadas nestes países. Os 47 países menos avançados participam apenas com 0,3% do comércio internacional. Os grandes atores deste mercado são as empresas globais. O faturamento de uma única empresa (General Motors) é superior à soma do PIB de 11 países da América Latina.²⁰ Conclusão: convém ponderar e colocar no seu devido lugar as possibilidades de mudanças globais através do consumo. Caso contrário, estaremos depositando nossas expectativas nas intenções das empresas e nas decisões de consumo (consciente, ético, solidário) de uma pequena parcela – os mais ricos – da população mundial. Os pobres seriam expectadores ou atores passivos desta mudança. Resta saber se isto é possível...

20 Cf. Beinstein, Jorge. *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária*

José Luís Coraggio

Estou muito feliz por estar aqui, de volta, oito anos depois... Não só pela qualidade das instituições e das pessoas que fizeram esta convocação, mas, especialmente, pelo tema proposto. Creio que é muito oportuno debater o tema da sustentabilidade: a sustentabilidade dos empreendimentos na economia popular, ou na Economia dos Setores Populares conforme o título deste seminário. Creio que este é um tema crítico.

Dentro do tempo de que disponho, vou procurar fazer uma síntese dos pontos principais, para que possamos perceber as convergências e também as diferenças que temos na maneira de encarar a questão proposta, de modo a que possamos abrir um debate fecundo sobre esse tema.

I - Introdução

Não podemos idealizar a economia popular solidária

O texto de convocação deste seminário fala em uma “economia popular solidária”. Ora, sabemos todos que este não é o único nome ou o único título que, aqui na América Latina, nos convoca a fazer nascer uma outra economia, a fazer pensar uma outra economia. De qualquer forma, ao aceitar esta convocação, estamos já fa-

* Tradução: Francisco Lara.

lando das atividades econômicas dos setores populares. Assim, teríamos, então, que definir o que sejam esses “setores populares”.

Em princípio, quando nos referimos a “setores populares”, estamos falando daqueles setores que são trabalhadores, ou seja, daqueles que têm como meio principal para reprodução de suas vidas apenas o seu próprio trabalho. Não se trata, portanto, dos que são proprietários de meios de produção e que usam desses meios para explorar o trabalho dos outros; mas de setores que até podem dispor de algum meio de produção como seu meio de vida, mas que não são ricos, que não podem viver de renda, que não podem viver da mais-valia extraída do trabalho alheio.

Quando falamos em uma economia dos setores populares, queremos dizer que há uma outra economia que é aquela dos setores “não populares”. É muito importante que tenhamos sempre presente que a economia dos setores populares se desenvolve dentro desta outra economia, que é mais ampla, e que, sobretudo, é uma economia hegemonicamente capitalista. Na verdade, poderíamos nos contentar com estar apenas dizendo estas coisas ou, então, podemos incorporar isto à nossa análise, o que, acredito, é o que devemos fazer.

Há uma economia que é pública e há a economia do capital. A economia popular é parte dessa economia capitalista. É preciso afirmar que o sistema econômico capitalista não é um sistema homogêneo, formado apenas por empresas de capital. Nele se incluem também as formas todas que, um dia, foram chamadas de informais; todas aquelas formas populares de reprodução da força de trabalho. Neste momento, o sistema capitalista não está mais precisando do trabalho de toda a população e, por isso, ele vem excluindo as pessoas de forma massiva. Entretanto, para que se realize a função de reprodução da população, faz-se necessária a utilização de várias outras formas de produção, e todas essas formas fazem parte desta mesma sociedade capitalista.

Não podemos idealizar a economia popular existente hoje. É

verdade que, nela, podemos encontrar atores que são solidários, mas isso não quer dizer que ela seja solidária. Pois vamos encontrar também, no meio dela, vários atores que são altamente competitivos; podemos encontrar, dentro da própria economia popular, setores que são altamente destrutivos da vida dos outros.

Quero crer que devemos olhar as atitudes e os valores dos membros da nossa sociedade, e dos setores populares em particular, como resultado de uma construção histórica, como resultado do processo civilizatório capitalista: e não como se fosse a expressão da “natureza humana”. Vendo as coisas por aí, por este critério, não poderíamos chegar a explicar o comportamento atual dos setores populares. E nem eu mesmo compartilho com essa idéia, de que haveria uma “verdadeira” natureza humana, que seria por si mesma solidária e voltada à reciprocidade e ao espírito de doação.

Creio que devemos nos referir sempre a uma construção histórica. Assim, deste ponto de vista, hoje nós enfrentamos uma economia popular subordinada, que traz valores que são próprios de uma sociedade capitalista particular, com variações entre as diversas culturas e países, mas que participam todos de uma mesma cultura basicamente impregnada pela civilização capitalista. E o que nós estamos implantando é uma luta para construir uma outra economia, uma outra sociedade, outros valores. E isso contradiz a, pelo menos, boa parte da economia popular atualmente existente.

Assim, com esta visão da economia popular, que tem um setor solidário e um não solidário, dentro de uma economia efetivamente não solidária, estamos falando – como se mencionou aqui – de empreendimentos que apresentam solidariedade interna; ou seja, que têm as regras de jogo internas baseadas na reciprocidade e na solidariedade para com os outros; mas que estas características são apenas internas a cada empreendimento. Cada empreendimento, internamente, pode ser mais ou menos solidário, pode apresentar um maior ou menor grau de reciprocidade interna, mas, ao enfrentar o mercado, ao enfrentar outros empreendimentos, pode ser muito pouco so-

lidário. Isto pode acontecer, por exemplo, com uma Unidade Doméstica, que pode ser muito solidária internamente, pode apresentar uma grande dose de reciprocidade entre seus membros, mas pode estar disputando com outras Unidades Domésticas por um posto de trabalho ou por um lugar no mercado.

O conceito de “empreendimento”

Nesta apresentação da economia popular, apareceu o conceito de “empreendimento”, palavra que é diferente de “empresa”, mas que muitas vezes quer dizer a mesma coisa. Quando falamos em empreendimento, estamos falando em obtenção e organização de recursos a fim de se conseguir uma entrada de receitas, ou um determinado resultado. Se comparados com uma definição de empresa mais sociológica, como aquela de Max Weber, um empreendimento desses, que chamamos de empreendimento popular, seria uma espécie de empresa subdesenvolvida; uma empresa que não sabe bem como fazer as contas, que então nem procura fazer os cálculos e que, por isso, não pode ter indicadores claros para controlar seus resultados, como se disse aqui. São empreendimentos que estão expostos às imposições das condições externas muito além do que seria “o normal”; que têm poucas possibilidades de chegar a ter e a desenvolver um projeto próprio, de trabalhar um projeto próprio de modo a que se antecipem os diversos resultados nos diversos cenários possíveis, permitindo que se tomem decisões conforme essa racionalidade instrumental.

Essa idéia, de se ver um empreendimento a partir da perspectiva da “verdadeira” empresa econômica – que seria aquela empresa do capital –, é algo que vai estar o tempo todo ameaçando o nosso pensamento e a nossa compreensão; vamos estar o tempo todo introjetando os valores da empresa de capital ou, senão, lutando para que eles não nos invadam. Esta é uma luta contínua. E não adianta tentar chegar a um acordo quanto a uma definição mais correta, porque

isso, na prática, vai estar sempre à espreita, como se fosse um senso comum derivado do sistema capitalista.

Uma característica desses empreendimentos de trabalhadores associados (como foi dito aqui muito bem, e que encontramos também em recente estudo que acaba de ser feito na Argentina, chegando à mesma constatação) é que um percentual majoritário desses trabalhadores, antes de se associarem, mantinham já, previamente, relações entre si. No caso da Argentina, em que trabalhamos com um conjunto selecionado por corte – porque são empreendimentos associados; porque tiveram os melhores promotores; porque têm durado ao menos três anos (estão se sustentando) – todos eles tinham relações prévias, ou porque foram trabalhadores numa fábrica que faliu e que agora é uma empresa recuperada, ou porque eram camponeses, ou eram vizinhos, familiares, ou eram membros de grupos étnicos.

Isto quer dizer que, nas periferias de nossos países, apesar de tudo, a economia capitalista não conseguiu desencaixar a economia da sociedade. Em nossos países, uma parte muito importante da economia ainda não se separou da sociedade, como pretende a proposta de mercado auto-regulado que o liberalismo e o neoliberalismo implementaram. O que é muito importante, porque, às vezes, reivindicamos a necessidade de re-encaixar a economia na sociedade, quando, no entanto, setores da economia ainda seguem mantendo esse encaixe.

Mas esta não é necessariamente a boa sociedade. Esta é a sociedade capitalista que inclui a família como instituição, que inclui as associações como instituições, mas que, muitas vezes, nem essas instituições e nem a família mesma podem ser vistas como ideais. Elas têm que ser criticadas: são lugar de exploração de gênero, de exploração infantil, e de muitas coisas mais. Não dá para idealizar, mas constatar esta relação me parece importante.

II - Sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária

O conceito de sustentabilidade no mundo do capital

Agora, vou entrar no tema específico a que fomos convocados. Venho de uma experiência que, na Argentina, ao que me parece, não se dá tal e qual no Brasil. Aqui, vocês têm o programa Fome Zero, de assistencialismo que, creio, não é ainda universal, colocado como um direito de todo cidadão; implica superar ainda o problema da fome. E quero crer que esse programa não impõe condições, no sentido de que – ainda que receber este subsídio possa vir acompanhado de demandas de lealdade política e clientelismo – haja necessidade de alguma contrapartida econômica.

No caso da Argentina, desde a crise de 2001, houve um programa chamado *Chefas e chefes do lar desempregados* que distribuiu subsídios equivalentes a 45 dólares para cada chefe de lar, sob condição de que ele desse uma contrapartida laborativa, uma contrapartida econômica, ou seja, que trabalhasse. Isto, que é como se fosse uma espécie de “*Workfare*” (‘estado de trabalho’) e que pode ser visto como uma forma de exploração adicional, eu não estou vendo assim. Como temos em vista um projeto de construir uma outra economia, estamos vendo isso como uma oportunidade. Caso conseguíssemos redirecionar esta atividade laboral no sentido do desenvolvimento de formas associativas, de formas mais autônomas, de formas pelas quais não se reproduzisse a relação patrão-trabalhador, poderíamos, então, fazer algo numa escala para a qual, normalmente, não teríamos como fazer.

Quando me falam da história da CAPINA, que é uma instituição conhecida, com 17 anos de atividade, e que vem trabalhando com 120 associações, não podemos deixar de reconhecer que esta é uma escala muito reduzida, mesmo que sua intervenção seja de qualidade extraordinária; mas a quantidade também importa. Do con-

trário, como fazemos para poder encarar um programa com a magnitude do que se exige para se enfrentar o resultado da atual exclusão do mercado de trabalho, se não contamos com a participação do Estado, redistribuindo recursos e impulsionando com sua força um tal projeto? Em sociedades como as nossas, sem o concurso de políticas públicas que redistribuam recursos, podemos ter muitos mais operadores, como CAPINA, mas não conseguiríamos resolver a problemática social da exclusão.

Então, no caso da Argentina, temos uma política pública que não tem a intenção de desenvolver a economia associada solidária, mas sim, de atender uma emergência, não tendo outra estratégia senão a da governabilidade. Mas, desde que a sociedade tenha a possibilidade de ver se afirmar, nesse contexto de mobilização de recursos, a proposta dos empreendimentos associativos (os trabalhadores que ocuparam as fábricas, as frações do movimento dos trabalhadores desempregados que preferiu juntar os planos de subsídio e gerilos coletivamente, etc.), não temos porque não fazê-lo.

Foi assim que se conseguiu fazer passar a seguinte advertência: de que o programa não poderia ser efetivo se não fosse acompanhado de um programa de subsídios de insumos para ferramentas, para máquinas, assessoramento, crédito para “capital” de trabalho etc., com a condição de que as pessoas se organizassem em associações de pelo menos três pessoas. E ainda se pede que, dentro de uma mesma associação, essas pessoas não sejam familiares, ou seja, convém que se trate de uma cooperação entre indivíduos livres que decidam se associar para trabalharem juntos.

E este não é um valor fundamental que o Estado Argentino tenha reivindicado, porque seus valores são capitalistas. Mas o sistema não é monolítico: ele tem contradições. E, às vezes, as políticas abrem espaços para iniciativas que, mesmo não sendo um desafio ao sistema, permitem que se possa criar, desde as bases, um impulso para uma outra coisa, ainda que de dentro do mesmo marco das políticas públicas.

Então, ao mesmo tempo em que a figura do empreendimento associativo aparece, aparece também a figura do empreendedor: que tem que ser um pequeno empresário, que ele tem que ter um projeto, que queira implementá-lo, e que tem que se sustentar. É assim, portanto, que aparece aqui o critério da sustentabilidade, que não foi uma invenção dos solidaristas. Ele foi tomado da ideologia dominante. Por isso, quando tomamos algum critério ou algum conceito da ideologia dominante, temos que resignificá-lo.

É óbvio que há um conceito de sustentabilidade no mundo do capital. As empresas que têm competência, que são competitivas, que inovam, que acumulam, que, por ganharem as competições, ganham também sempre mais competência, essas se sustentam. Por outro lado, são também muitíssimas as que fracassam... E nós temos que levar isto em conta. Porque, às vezes, caímos no erro de achar que as empresas são eficientes, enquanto os empreendimentos com os quais trabalhamos são ineficientes. E, no entanto, as empresas não são eficientes. Certamente que, nas empresas, há um critério de eficiência, mas elas têm muitos problemas para cumprirem com aquela utopia weberiana de empresa de capital e para se sustentarem no mercado. De toda maneira, este é o mundo da competição, o mundo dos negócios e dos intercâmbios, o mundo do dinheiro, que é aquilo de que têm que se sustentar as empresas de capital.

Temos que ter muito cuidado quando trazemos esse conceito de sustentabilidade para o mundo da economia associativa solidária, quando trazemos os critérios teóricos ideais da boa empresa de capital e os queremos aplicar aos empreendimentos associativos. Uma coisa é fazer isso como um exercício, para poder comparar as possibilidades diferenciais que tem a economia associativa, a economia popular. Outra coisa é pretender que a economia popular cumpra o mesmo princípio que nem as próprias empresas capitalistas conseguem cumprir.

Uma questão cultural, política e de valores

Estamos falando particularmente da sustentabilidade de formas não capitalistas que, mesmo se estão dentro de uma sociedade capitalista, essas formas micro-socioeconômicas não são capitalistas. Não vamos encontrar nelas ninguém que seja o dono dos meios de produção, que contrate força de trabalho e que extraia mais-valia através desse processo, como fazem os capitalistas.

No entanto, estes empreendimentos vão estar submetidos a todas as formas de intercâmbio desigual que existem no mercado e vão estar submetidos à hegemonia do sistema capitalista; mas, como forma econômica, eles não tomam a forma de uma empresa capitalista.

Discutir sustentabilidade não é um tema técnico e nem se resolve com critérios técnicos: é um problema cultural, é um problema político, é um problema de valores. Sem dúvida, para discutir a sustentabilidade temos que levar em conta a questão técnica, relativa à racionalidade instrumental, a buscar os melhores meios para determinados objetivos e a produzir tecnicamente um produto, de uma maneira ou de outra. Mas isso não quer dizer que se possa reduzir o problema da sustentabilidade a uma questão de técnica, o que quanto a isso, provavelmente, é o menos importante.

Mas, como nós temos que discutir com o pensamento hegemônico, temos que fazer aqui, então, um jogo astuto: aquele de assumir a agenda do outro para mostrar a irracionalidade de sua proposta.

Nossa análise tem que ser crítica: propositiva, mas crítica. Quer dizer, temos que estar o tempo todo iluminando nossas propostas com a crítica ao sistema existente. Não pode ser apenas, creio, uma proposta alternativa ao desemprego. Eu, ao menos, não participaria de um programa que tivesse por objetivo buscar apenas integrar os excluídos no mesmo sistema que os exclui. Se fazemos tudo isso somente como se fosse uma resposta ao desemprego, à precarização e à alienação, e se estamos, através de empreendimentos associati-

vos, querendo incorporar as pessoas ao sistema, então, não é esse o meu programa.

A economia solidária, quando mal entendida, pode se pôr como um programa de integração social que trata de minimizar e reduzir a falta de coesão da sociedade. Mas, assim, estaríamos querendo integrar os excluídos na mesma sociedade capitalista que os excluiu; agora, como micro empreendedores, mas com as mesmas regras de jogo do sistema, que vai continuar reproduzindo essa exclusão e reproduzindo, sobretudo, a desigualdade extrema. Isso sim, é o que temos que discutir.

Superar a análise micro econômica

A pergunta da sustentabilidade pode ser feita no nível microeconômico e creio que é como normalmente se faz. Por exemplo, quando Gabriel fala em ponto de equilíbrio, é preciso dizer que este é um cálculo que se faz para uma empresa e que se propõe a um micro empreendimento: quanto temos que produzir e a que preço (não somente o quanto, mas a que preço) para se poder ter um balanço entre o que se gasta e o que se recebe. E, daí em diante, supõe-se que tudo vai estar melhor (porque qualquer receita acima deste ponto de equilíbrio representa “lucro”).

Esta é uma análise microeconômica. Uma das coisas que vou reivindicar discutir é que temos que superar a análise microeconômica. Temos que pensar em termos de conjuntos completos de empreendimentos. Temos que pensar que situar a sustentabilidade apenas ao nível micro é irrelevante quando se tem em vista um projeto de transformação. Dentro de um projeto de transformação, um conjunto amplo de empreendimentos pode estar organizado de tal maneira que alguns deles não sejam sustentáveis do ponto de vista de seu equilíbrio financeiro, mas que outros produzam um excedente que subsidie os demais. Porque, senão, estaríamos aplicando o critério do chamado “individualismo metodológico”, pelo qual, se cada

unidade é eficiente e cada unidade se sustenta, então o todo vai se sustentar. Só que não é bem assim: se não há um todo que sustente as unidades, não há sustentabilidade. Esta é uma hipótese para ser discutida.

Portanto, não apenas a nossa análise, mas também as nossas intervenções têm que superar o micro e têm que se colocar no nível meso econômico.

Sustentabilidade, então, não é só um conceito, mas é também um valor. E um valor que faz parte também da ética do mercado. A sustentabilidade implica que alguém, que é proprietário privado de meios de produção de bens, vá ao mercado, participe do mercado e consiga produzir todas aquelas coisas que os outros desejam. E, a partir daí, que contratos se estabeleçam e que sejam cumpridos, para que, através deles, cada um possa reproduzir a si mesmo nesse intercâmbio.

Assim, a sustentabilidade depende muito do que os outros possam decidir a respeito do que eu produzo. Por isso, o problema da comercialização aparece sempre como o grande problema dos empreendimentos. E acredito que esta é também – se tivermos tempo de debatê-lo – uma forma equivocada de se colocar o tema da articulação.

Olhar a sustentabilidade como valor, implica uma mudança de esquema mental. Ou seja, exige uma re-significação do conceito de sustentabilidade e isso vai implicar que mudemos o esquema mental e a visão que temos da economia social, solidária. E vai implicar também que os outros nos vejam de uma outra maneira. A sustentabilidade vai exigir que o trabalho dos empreendimentos associativos seja valorizado socialmente, não apenas do ponto de vista estritamente comercial e do desejo de que as coisas sejam compradas, mas também do ponto de vista cultural e do ponto de vista ideológico. Não é suficiente que se façam as contas e que elas tenham um resultado positivo, para que haja sustentabilidade. Temos que ser reconhecidos pela sociedade e, como tais, valorizados pela sociedade.

No caso da Argentina (não posso falar do Brasil), muito dessa economia que se vai gestando, a partir desta política pública, está já estigmatizado pela sociedade. Ela é vista como uma economia de pobres, como uma economia pobre, é vista como um programa de assistência, disfarçado de “economia” dos pobres. Isto marca muito a auto-percepção e o tipo de relações sociais que se podem estabelecer. Então, desse ponto de vista, no que se refere à sustentabilidade, o que está em jogo não é apenas um critério técnico.

A racionalidade instrumental

Bom, se procuramos ver em Max Weber, ou em outros autores, o que é uma empresa, Weber coloca que, para o mundo moderno, a racionalidade de uma empresa é dada pela sua capacidade de cálculo, pela sua capacidade de calcular os custos, de calcular as receitas, calcular tudo o que tem que ser calculado, e ter rentabilidade. Ter o que aqui se mencionou como um excedente, digamos, um saldo positivo resultante da conta de entradas menos saídas, ou o resultado monetário entre receitas e despesas.

Portanto, isto supõe capacidade de cálculo. Sem capacidade de cálculo, se estaria comprando, vendendo, fazendo coisas, mas sem saber que resultado esperar. O pior é que só se vai dar conta disso à medida que se vá fracassando. Mas essa é a idéia da antecipação racional, a idéia do projeto que está sendo colocada aqui, ou seja, que haja uma antecipação, que haja um cálculo etc., como condição da racionalidade. Aliás, a racionalidade se define por isso mesmo: essa é a racionalidade instrumental de que estamos falando.

Lamentavelmente, nós tomamos muitas vezes este conceito e o aplicamos aos nossos empreendimentos. O raciocínio parece correto. Não podemos ser irresponsáveis a ponto de propor às pessoas que sejam empreendedoras, trabalhando por conta própria ou de modo associado, e que se ponham a projetar um produto, a produzir algo para o mercado, sem que estejam seguras de que vão poder se sustentar no mercado. Ora, se fazemos com que as pessoas iniciem

atividades que estão fadadas ao fracasso, estamos sendo irresponsáveis. Então, temos que passar a elas algum conhecimento, de modo que não fracassem. E este conhecimento parece ser a capacidade de cálculo, parece ser exatamente que possam calcular bem os custos, que possam calcular o ponto de equilíbrio, que possam calcular o tamanho de seu mercado, que possam, enfim, antecipar seus resultados futuros. Não vou querer discutir isso aqui. Não porque seja inútil. Mas porque seria extremamente difícil, senão impossível, fazê-lo.

Então, estamos propondo algo que não pode ser feito, porque qualquer cálculo de custos é um cálculo das quantidades de insumos multiplicadas por seus preços. E qualquer cálculo das receitas é o cálculo das quantidades dos bens ou dos serviços que vou vender, multiplicadas por seus preços. Só que os preços estão mudando o tempo todo. E nossos pequenos empreendimentos, por si sós, não têm nenhuma capacidade de fixar preços.

No entanto, a capacidade que se espera que alguém possa ter para poder demonstrar seriamente a factibilidade do negócio é praticamente infinita. Ora, nem as empresas – exceto algumas grandes empresas, com muita capacidade de cálculo, com muitos computadores – podem fazê-lo. E os cálculos que se fazem são sempre probabilísticos, nunca são exatos. É preciso ter em conta que, para alguns empreendimentos solidários, conforme este critério, pequenas diferenças podem significar a falência, porque eles são muito vulneráveis. Eles não têm a capacidade, que pode ter uma grande empresa, de perder durante um certo período de tempo, inclusive por uma questão de estratégia, de tal modo que se venha a ganhar mais depois.

Então, vamos ter que considerar aqui a incerteza e teremos que considerar também o que já se mencionou: os determinantes externos. Ainda que do ponto de vista micro econômico se tenha feito todo o cálculo e que o resultado me diga que vou me dar bem, isso tem uma tal quantidade de pressupostos de comportamentos dos outros que não podem ser controlados. Só vamos poder começar a controlá-los se trabalharmos com a comunidade, se o “externo” esti-

ver dentro da unidade de intervenção, se estamos calculando, estimando não apenas o resultado de uma unidade micro em relação a um mundo desconhecido, mas se estamos trabalhando com uma comunidade local. Aí sim, vou poder internalizar uma boa quantidade desses fatores: por exemplo, se aquilo que eu produzo vai ser comprado ou não.

Se, para vender o que eu faço, eu dependo da vontade livre dos demais, então, o tema da comercialização já está presente antes mesmo que eu venha a oferecer o meu produto. Mas, se eu decido produzir algo simplesmente porque é só aquilo o que eu sei fazer, ou porque me disseram que isso deve ter mercado e depois descubro que não tem, então, é que o problema está mal colocado. Temos que voltar a unir produção e reprodução; quer dizer, vamos ter que fazer encaixar as necessidades e também os desejos, em alguns casos, com as nossas capacidades de produção.

Se nós trabalhamos apenas a partir das capacidades que as pessoas têm para produzir, então, depois vamos ter problemas com relação aos desejos que os outros vão querer ver satisfeitos. Já, se eu parto daquelas que são as nossas necessidades em uma comunidade, daquilo que nós mesmos estamos priorizando – se estamos precisando de alimentos, se estamos precisando de uma infra-estrutura melhor –, se produzimos o que estamos dizendo que necessitamos, então esse equilíbrio entre produção e reprodução estará muito mais assegurado (e esse “nós” que existe aqui é muito importante).

A caixa preta dos empreendimentos

A idéia de que a pequena empresa solidária tenha que contabilizar todos os custos é uma idéia utópica. Em nossos estudos empíricos, quando queremos abrir a caixa preta da lógica e das decisões dos empreendimentos, e perguntamos a eles o que incluem nos custos e como calculam os preços, a que conclusões nós chegamos? Que, mesmo quando eles realmente fazem os cálculos para registrar os resultados ou para poder antecipá-los, o que constatamos é que eles

não calculam quase custo nenhum. Se entendemos por custos tudo aquilo que realmente é necessário e é utilizado para produzir o produto, eles, na verdade, não estão calculando custo quase nenhum. O que incluem no cálculo são somente aqueles itens que eles têm que comprar no mercado: incluem o preço da madeira, porque têm que comprar fora; incluem o preço dos pregos e da tinta porque têm que comprar fora, no mercado.

Eles calculam o que tem que ser comprado fora, mas não estão calculando, por exemplo, o valor da habitação onde se desenvolve a atividade. Se for um empreendimento que está alugando um local para funcionar, eles vão incluir esse aluguel em seus cálculos porque é um dinheiro que pagam no mercado. Mas, se o empreendimento funciona na própria casa, então, já não incluem. E mais, não incluem a eletricidade, porque a conta de luz vem para a residência; não incluem nem o gás, mesmo se vão gastar mais gás quando se tem uma produção que necessita energia. Não incluem nem o seu próprio trabalho, porque não estão comprando a força de trabalho no mercado. E quando tem alguém que inclua isso em seu cálculo, é porque está comprando força de trabalho no mercado: aí sim, ele coloca isso entre os custos.

Então, o que estão calculando como custos é somente aquilo que custa dinheiro, aquilo que requer dinheiro; não o que tecnologicamente venha incluído na produção.

Também, do ponto de vista das entradas, ou receitas, o que eles incluem é só o que entra como dinheiro. Assim como, do ponto de vista do produto, eles incluem apenas o que foi produzido para ser vendido. Por exemplo, se há auto-consumo, isto não entra na conta. A empresa não tem como atividade própria o consumo (exceto aquele consumo produtivo, como Marx chamava, quer dizer, o consumo de insumos etc.). Isto é, para os trabalhadores de nossos empreendimentos populares, se uma parte do que foi produzido for para auto-consumo, para eles isto tem a ver é com a família, e não com a “economia” da produção de alimentos.

Esta é uma maneira de calcular que tem mais a ver com o equilíbrio financeiro, com o equilíbrio monetário entre o que entra e o que sai. E, se continuamos com esse tipo de análise e aceitamos isso, a sustentabilidade fica reduzida a que o empreendimento possa ter receitas que sejam suficientes para cobrir seus custos. E mais: quando mantemos esse enfoque, o que pretendemos além disso, claro, é que o empreendimento possa dispor de algo a mais, de um *plus*, de algo mais que fique, depois de tudo pago.

E isto que fica, como é visto: como rentabilidade? É difícil chamar assim, porque, normalmente, isso representa uma mínima parte do trabalho que foi posto na produção; representa apenas uma parte da habitação que foi disponibilizada para local de trabalho; representa somente uma parte dos muitos insumos que, por outro lado, foram pagos. Mas, sobretudo, é uma parte apenas de seu próprio trabalho. Então, o que fica como receita líquida (como aquele *plus*), inclusive se pudermos contabilizar os outros custos de produção (local, eletricidade, gás, etc.) vai ficar geralmente muito abaixo do que seria um salário normal, tendo em vista uma economia na qual houvesse um *standard* daquilo que compõe uma cesta básica, compreendendo tudo que é necessário para a vida e que um salário deveria cobrir.

Pagando juros com suas condições de vida

Às vezes, quando se diz, como o sr. Yunus, do Grameen Bank – o maravilhoso Yunus, que diz –, que os pobres podem pagar, e não só que podem pagar, mas que pagam melhor, vamos ficar atentos. Pois, o Banco Mundial e o BID pegam isto e convertem esse micro-crédito, o crédito para os setores populares, num gigantesco negócio financeiro. Porque, quando o BID ou o Banco Mundial abrem uma linha de crédito para que possa existir micro-crédito, todos os que participam disso estão realizando um trabalho para que o capital chegue até os setores aos quais as empresas bancárias nunca poderiam chegar, porque não podem pagar os custos de administrar tantos pequenos créditos e nem teriam como calcular os riscos. Então, nós temos

uma visão muito distinta do que significa a solidariedade das cinco pessoas que estão recebendo um crédito (e que se vigiam entre si, grátis), ou do trabalho de tantas ONGs que são intermediárias de micro-crédito.

E quando se pagam juros, quando se pagam custos operacionais, como é o caso da Argentina, de até 60% – e creio que vocês estão mais ou menos em situação parecida –, estamos é, simplesmente, fazendo com que as pessoas paguem. Foi por conta disso que agências da Europa, como a Misereor, mudaram seus critérios. Antes, o crédito era grátis, subsidiado. Depois, os doadores europeus de Misereor disseram: se continuarmos a dar dinheiro para vocês emprestarem às pessoas que não podem pagar nem sequer os juros, então, essas pessoas não vão se sustentar nunca. E nós, os doadores, vamos ter que continuar emprestando sempre, vamos ter que continuar emprestando ou dando dinheiro, doando para eles. Ora, eles têm que, pelo menos, poder pagar os juros. Pois isto iria querer dizer que eles estão produzindo e que estão sendo eficientes; que, um dia, chegarão a ser “autônomos”...

No entanto, esses juros que o empreendimento popular paga não são o resultado de um excedente econômico: são o resultado de uma redução de suas condições de vida. Para poderem pagar os juros, eles passam a ganhar menos, a comer menos etc., exceto se tiverem um resultado muito bom. Isso é o que, no geral, os nossos estudos mostram: que eles estão pagando os juros com a sua condição de vida: estão consumindo menos, não estão melhorando sua moradia, estão andando a pé em vez de viajar de transporte público, para poderem pagar os juros. Então, é certo que pagam, mas isto não quer dizer que tenham lucro, não quer dizer que tenham algum excedente sobre o valor de seu trabalho.

Portanto, temos que analisar tudo isso quando fazemos a contabilidade de uma empresa para ver se é sustentável ou não.

Como vêem, estou entrando um pouco em problemas técnicos. Poderíamos desenvolver muito isto, mas não é o momento de

fazê-lo. Só diria o seguinte. Se quiséssemos aplicar aos nossos empreendimentos os critérios estritos de sustentabilidade, que implicam em que se possa cobrir todos os custos, inclusive aqueles da força de trabalho, e ainda vá sobrar alguma coisa ou, pelo menos, que eles estão se dando trabalho para si mesmos, estaríamos sendo absolutamente inequitativos: porque este é um critério que não se aplica sequer às empresas de capital.

Pois, se há alguma coisa subsidiada na economia capitalista, são as empresas de capital: elas são subsidiadas pelo Estado. Notem que cada vez que o sistema financeiro quebra, o Estado vem e, com os nossos recursos, o levanta. Quando há empresas que o Estado considera, ou havendo grupos de pressão que as considerem importantes, se fraquejam, o Estado as sustenta. As empresas são direta e indiretamente subsidiadas, por exemplo, porque não pagam os impostos que deveriam pagar. Ou são subsidiadas pela própria classe trabalhadora, que não cobra o que seria o valor dos bens necessários para se ter uma vida digna dentro deste sistema. Portanto, elas são, e muito, subsidiadas.

O desenvolvimento de uma economia social

Assim, é um grande erro pretender aplicar aos nossos empreendimentos o que a teoria diz que as empresas fazem. Os nossos empreendimentos têm que ser, digamos, não apenas subsidiados, eles têm que ser é suportados, apoiados com a transferência de recursos, e de recursos produtivos. Não dá para imaginar que eles vão se levantar a partir apenas de suas receitas. Tem que haver reforma agrária para que se possa recuperar a terra; tem que haver empresas recuperadas, com máquinas e equipamentos novos, além daqueles que o capital desvalorizou. E tem que haver uma produção de bens públicos de alta qualidade, o que faz parte da função redistributiva do Estado: educação, saúde, previdência etc.

Tem que haver uma educação séria, não a que normalmente temos. A educação que temos não forma empreendedores, não for-

ma pessoas capazes de organizar; ao contrário, forma pessoas passivas. Pode até haver exceções quanto a isso, e algumas dessas pessoas venham a se revelar, mas o sistema educacional não está formando este trabalhador autônomo, cooperante, capaz de reciprocidade. Pelo contrário, está formando alguém que diz: “prefiro ter um patrão a ter que empreender por conta própria”. Portanto, o sistema educacional, o sistema de saúde, os sistemas de seguridade social, a infraestrutura, todas estas condições não podem ser produzidas pelo micro-emprego.

Do ponto de vista teórico, teríamos que dizer que o desenvolvimento de uma economia social requer algo parecido com a acumulação original do capital, quando surgiu o capitalismo. Precisamos captar recursos do modo de produção capitalista para desenvolver esta economia. Há que se recuperar a terra, com mais MST; há que se recuperar o conhecimento, que é fundamental, hoje, o conhecimento científico e técnico; há que se recuperar o controle do dinheiro; há que se voltar a desenvolver um sistema financeiro que capte a poupança popular e a direcione para a atividade econômica popular, não deixando que ela vá parar nos grandes monopólios internacionais.

Ora, a recuperação de todos esses recursos não é coisa que se possa fazer sem política; todas essas recuperações só podem ser feitas com poder. Não irão nunca resultar apenas do livre jogo do mercado. Por mais exitosos que sejamos em vender nossas mercadorias, o sistema financeiro não vai mudar, o sistema jurídico não vai mudar, o sistema de propriedade da terra não vai mudar. Isto requer força política e requer um sujeito político ou sujeitos políticos.

III - Compartilhar a utopia para uma estratégia comum

Surge aqui, então, um outro problema, que é: quem impulsiona isso tudo, uma vez que não temos o sujeito histórico, não temos à vista, neste momento, a “verdadeira” classe trabalhadora?

Estamos vivendo um momento de transição, estamos num momento de transição de épocas históricas, num momento de transição da civilização. É um momento muito complexo esse que nos cabe viver, no qual o mínimo que podemos ter seria o chão firme de uma classe social definida como sujeito histórico. Estamos falando de uma articulação de múltiplos movimentos, de múltiplas iniciativas, mas que têm de compartilhar uma estratégia comum, têm que pelo menos ter uma visão de para onde vamos. Para isto, necessitamos de utopia.

E é esta utopia que é muito difícil de se visualizar. Se for uma utopia de trabalhadores livremente associados, mas que com isso apenas resolvem as suas necessidades, sem, além disso, tomando consciência, chegarem a reconhecer que sua vida não faz sentido se os outros todos não têm também o mesmo direito a ‘viver bem’, não é suficiente. Agora, se, ganhando esta consciência, passarem a lutar não apenas por um lugarzinho no qual se vejam bem acomodados neste sistema, mas passem a lutar e a participar de um movimento coletivo que tenha como finalidade que todos possam ‘viver bem’; então, sim, aí é onde se dá a ruptura fundamental, entre uma economia solidária associativa – mas, em última instância, capitalista – e uma economia que, realmente, quer transformar a totalidade social. Se é nesta utopia que estamos pensando, é muito difícil convertê-la hoje em ações imediatas; é muito difícil realizá-la. Além do que, hoje, se supõe que as utopias não se podem realizar.

Então, teremos aqui um trabalho muito importante: sobre como vinculamos os diversos lugares e as dimensões dentro desta visão utópica. Mas, para isto, temos que ter uma visão utópica compartilhada, diante da qual possamos definir o que fazer na Bahia, o que fazer em São Paulo, o que fazer em Buenos Aires, ou em Jujuy; o que fazer com as comunidades étnicas; o que fazer com as fábricas recuperadas; o que fazer com os setores que não tiveram educação nenhuma e com os que não tiveram nenhuma experiência trabalhista; o que fazer com os jovens entre 15 e 25 anos que não tiveram nenhu-

ma experiência de trabalho e com a escola que não os formou para tê-la...

Assim, temos um montão de desafios empíricos e cada um deles pode ser encarado como se fosse isolado da problemática global. Mas este é um erro político grave. O que temos que fazer é estar o tempo todo articulando os distintos desafios, os distintos problemas, à construção de uma outra economia, que é o lema que finalmente foi surgindo do Fórum Social Mundial. Que um outro mundo seja possível implica, entre outras coisas, que uma Outra Economia seja possível.

Em conseqüência, devemos (vocês me perdoem se estou sendo tão afirmativo, mas é o que penso; depois vocês podem debater) pensar não em como resolver o problema de um grupo em um determinado bairro, isoladamente, ou em como conseguimos melhorar sua condição com respeito ao resto dos setores populares... Mas devemos pensar que temos que fazer isto sabendo que estamos, com os outros, construindo um caminho para uma outra economia; não para um rincão, ou um nicho dentro da economia capitalista, onde se vá ser solidário ali dentro apenas.

Vejam só o que aconteceu com o movimento cooperativo: por se ter tornado corporativo, encerrou-se em si mesmo e perdeu seu ideário de transformação social. Em muitos casos, as suas unidades, que seriam de cooperação, se converteram em empresas que são usadas pelas próprias empresas capitalistas para melhor explorarem os trabalhadores. Por quê? Porque, como movimento, ele não manteve a força e o impulso de transformar a sociedade.

A mesma coisa pode vir a acontecer também com os empreendimentos solidários: eles podem formar redes, podem comercializar juntos, e podem ter lucros ainda maiores, mas ficariam por aí – além de não deixarem de apresentar alta vulnerabilidade.

A sustentabilidade requer uma sociedade que apóie estas atividades e que as reconheça; requer um setor público que produza bens públicos e que tenha políticas públicas orientadas nesse senti-

do; requer a auto-percepção e a subjetividade de que estamos fazendo história e, não, que estejamos apenas sobrevivendo. Estas e muitas outras condições são necessárias à sustentabilidade.

Não podemos deixar de ver que uma problemática tão complexa como essa exige ser tratada com enfoques multidisciplinares – já que estamos dentro de uma universidade, entre profissionais de diversas áreas – requer enfoques de antropologia econômica etc... Creio que nós, economistas, servimos muito pouco para entender esta problemática, a não ser se deixamos de ser economistas, ou seja, se nos envolvemos mais com a antropologia, com a filosofia, com a sociologia, com a ciência política. O que podemos aportar é uma visão crítica, porque até agora estivemos dentro deste mundo da chamada economia. Isto é muito importante para evitar que outros caiam no mesmo engodo, de pensar que a economia pode ser tratada em separado da sociedade...

Bom, creio que é melhor parar por aqui. Creio que a idéia central é aquela de que não podemos continuar a manter o contexto, de que Gabriel falava, apenas como se fosse o contexto: temos que internalizá-lo em nossas práticas. Ou seja, temos que atuar sobre o contexto.

Assim, desse ponto de vista, necessitamos da construção de sujeitos polivalentes, de sujeitos que se articulem. Não podemos, na época atual, conforme me parece, pensar em organizações rígidas. Politicamente, temos que pensar em movimentos que se articulem rapidamente, diante das mudanças de conjuntura, e que tenham um efeito de massa importante; que aprendam sempre algo mais a cada vez e que, logo, voltem a se separar.

É como – não gosto muito da figura usada por Bauman (o sociólogo alemão Zygmunt Bauman), de que o sólido volta ao líquido, mas é como – se estivéssemos flutuando no mar. Ora, se estou sozinho, flutuando no mar, lamento dizer que me afogo. Eu não me agüento. Mas se estou segurando na mão de outros, agüentamos. Sozinho, não posso. Às vezes, me agarro a outros; não estamos com as mãos

atadas. Temos possibilidade de armar outras redes, de participar junto com os outros companheiros e, assim, finalmente, chegaremos a outra terra firme.

Muito obrigado.

Questões debatidas

José Luis Coraggio

Bem, obrigado pelas perguntas. Vou tratar de, mais do que responder, elaborar sobre elas.

1. Capacitação e sustentabilidade

Uma primeira questão é sobre um tema que apareceu várias vezes: aquele da formação e de sua relação com a sustentabilidade. Creio que, neste campo de práticas de promoção de empreendimentos e de iniciativas de trabalho auto-gestionado, solidário, há uma forte quota de capacitação. Quase todos os programas têm uma dimensão de capacitação. Creio que não deve ter sobrado mais nenhum programa que se restrinja somente a dar acesso ao crédito, ou que somente ajude na comercialização. Aliás, muitos programas, hoje, são só de capacitação.

Atualmente, a capacitação está em toda parte: será que é boa? É útil? Atinge seus objetivos? Em princípio, a capacitação que se faz hoje é curta, demasiadamente curta. O paradigma que a UNESCO tem para a educação diz que, agora, a educação tem que ser ao longo de toda a vida. E que essa aprendizagem ao longo de toda a vida não é só aquela de aprender fazendo, mas tem que ser também de aprender estudando e incorporando conhecimento científico: para seguir avançando.

Será que em quinze dias ou um mês, ou em três meses, que é a duração que os programas de capacitação costumam ter hoje, vamos poder garantir o acesso ao conhecimento que é necessário, de modo

a que não vá fazer falta ao longo de toda uma vida empreendedora? Absolutamente, não. É impossível. Seria o mesmo que pôr um chip com toda a informação do passado na cabeça de uma pessoa, mas para não conseguir nada, porque essa pessoa vai estar o tempo todo enfrentando situações novas. Porque o mundo está mudando, vertiginosamente: as tecnologias, os gostos, as pessoas, as condições, tudo está mudando.

Ao contrário, esta é uma economia da aprendizagem. O fundamental é poder incorporar a capacidade de aprender com a própria experiência e continuar a estudar e a se formar. Uma capacitação pode servir como uma injeção inicial, de estímulo; ou, então, pode atender à ausência de alguma capacidade que o empreendedor não tenha tido oportunidade de adquirir até então.

Na Argentina, o problema de capacitar alguém que não tenha tido uma boa base de conhecimentos é tão sério que os que dão capacitação acabam tendo muitas vezes que fazer, eles mesmos, o que devia ser feito pelos que estão sendo capacitados: por exemplo, o projeto. Em muitos casos, ao ensinar a fazer o projeto, terminam por fazê-lo aqueles mesmos que estão ensinando, porque, em tão pouco tempo, não se pode ensinar como fazer um instrumento tão complexo, como é um projeto para o futuro.

Assim, creio que temos que fazer a crítica da capacitação existente e ver como podemos melhorá-la. Nisto, eu creio que o que falta são instituições como a CAPINA, que têm uma longa história e que estão aí sempre presentes, acompanhando os empreendimentos, as associações com as quais trabalham, com uma plataforma firme de apoio e de assessoria contínua, e não apenas com uma injeção momentânea. O problema é como fazer isto na escala que seria necessária. Porque uma das razões pelas quais os empreendimentos não se sustentam é que não há outros empreendimentos que tenham o mesmo projeto. Fazemos tudo pequeno e vamos enfrentar o mercado de capitais, vamos enfrentar as necessidades dos mais pobres. Isto não ajuda a sustentabilidade.

Para mim, o sistema educativo formal, o sistema público de educação é fundamental. Precisamos de uma reforma do sistema de educação. Mesmo porque temos todos os dias muito trabalho para juntar umas trinta pessoas para fazer capacitação e que, muitas vezes, nem é bem aquilo o que elas querem. Outro dia, eu estava numa favela, no Rio de Janeiro, onde as pessoas faziam um curso de capacitação. E, o tempo todo, elas perguntavam: “tudo muito bem, mas quando vão me dar o crédito?” Ou seja, queriam mesmo é começar logo a produzir, assim que terminasse a capacitação. E eu me perguntava: mas será que esta capacitação é algo de tão fundamental assim, para que depois eles venham a produzir mesmo?

Bom, alguém havia perguntado algo que aproveite para retomar agora: o que acontece se estivermos propondo alguma coisa que não é aquilo que as pessoas desejam? Será que é legítimo que lhes ofereçamos capacitação se não foram elas que demandaram? Pois eu creio que temos a responsabilidade de fazer a elas essa proposta, transmiti-la e debatê-la, mostrando que essa é uma proposta possível e valiosa. Não se trata, contudo, de impô-la.

Não temos dúvida de que, para o futuro, precisamos de um outro patamar, mas, para isso, precisamos de um outro sistema educacional. Ora, uma reforma educacional leva vinte anos. Uma reforma educacional séria, que forme uma nova geração com outros valores, com outro espírito, com valores mais solidários e com outras capacidades, com capacidade de aprender, leva vinte anos. Portanto, é urgente. Temos que começar ontem.

Desenvolver uma economia solidária, uma economia social, uma economia de transição para uma outra economia, isso vai levar uns vinte anos. Portanto, temos que começar já a reforma educacional. Se nos distraímos apenas com esses cursos de capacitação, não vamos conseguir o impacto de que precisamos, creio.

2. Como fazer a luta contra-hegemônica?

Nosso segundo tema é com respeito a como fazer a luta contra-hegemônica. Ou seja, cada conceito, cada relação, cada avaliação que fazemos, cada proposta técnica pode ser desqualificada, e, como bem se disse aqui, pode ser re-significada pelos intelectuais orgânicos do capital ou pelos tecnocratas. E eles podem também re-significar os nossos valores. Pois, não tiraram eles de nós a bandeira da descentralização, que é uma bandeira progressista? O Banco Mundial se tornou descentralizador, mas fez isso como parte de uma reforma que reduziu o Estado e os recursos de que deveria dispor para uma descentralização efetiva.

O que temos que fazer é tratar de re-significar e reorientar esses recursos, e não continuar fazendo somente a discussão teórica. Esta é uma luta contínua, por recursos, por possibilidades, por sentido.

Que direitos nós temos de propor para os setores populares uma alternativa ao que esses mesmos setores estão querendo hoje? Ao que hoje é o seu desejo? Quatro anos atrás, numa zona de extrema pobreza em Buenos Aires, onde fica minha universidade, na periferia da cidade, as pessoas diziam: “Não quero ser um empreendedor. Quero ter um patrão, quero ter alguém que me dê um salário e que me diga o que tenho que fazer”. Este era o desejo das pessoas. Ora, se eu fosse respeitar este desejo, o que estaria fazendo? Teria me convertido, então, em parte do pensamento neoliberal, porque esse desejo faz parte do senso comum legitimador do sistema capitalista: que os trabalhadores têm que continuar sendo trabalhadores, não podendo pretender organizar a produção, pois não têm capacidade para isso. Devem deixar isso para os capitalistas...

A responsabilidade dos “intelectuais”

Pois estamos falando, justamente, da responsabilidade dos intelectuais (e intelectuais aqui não é apenas no sentido de “acadêmicos”, mas me refiro a todos os dirigentes etc.) em propor uma visão

global, uma visão da história, da macro-história, e ver como se construiu e se naturalizou esta sociedade de classes e em que momento nós estamos. E que é necessário e possível modificar esta situação.

Ora, os desejos não são algo legítimos por si mesmos, porque desejos são uma construção social; ou seja, o desejo dos consumidores é um desejo pessoal sim, mas ele é sobre-conformado pelos meios de comunicação de massas, pela competição por status, pela pressão dos pares, pelos sentimentos negativos para com o outro, incluindo nesse outro as futuras gerações. Se eu tenho que respeitar o desejo dos consumidores, então, não posso ter nenhuma plataforma de defesa ecológica, por exemplo.

Sendo assim, tenho que contradizê-los em seu desejo. Posso contradizê-los mal, com o poder, com o poder do saber, com o poder da política pública que se impõe... Ou posso contradizê-los dialogando, conversando, mostrando resultados alternativos, e recuperando a história. Isto, me parece, é fundamental. Nós temos uma história muito rica de outros modos de organizar as necessidades e os desejos. Essa economia capitalista é uma economia que, em nome da liberdade, multiplica ao infinito os desejos, mas permite que apenas uns 5% da população possa realizá-los. O resto fica de fora, condenado a estar sempre insatisfeito: e isto eu não posso aceitar. Em nome do direito que as pessoas têm de fazer o que querem, eu tenho que contradizê-los.

E tenho que contradizer, fraternal e publicamente, a esses companheiros que lutam sinceramente por uma economia mais solidária. Eles, por sua vez, têm que levantar suas ponderações e fazer as suas colocações.

Por exemplo, se o que estamos defendendo é uma economia centrada no trabalho autônomo, no trabalho criativo, no trabalho livre, e definimos trabalho de uma maneira distinta do trabalho penoso, quase animal, então, incluímos aí as atividades e todo o tipo de uso do nosso tempo, de nossas capacidades e pensamos isso como uma forma de desenvolvimento pleno de todas as nossas capacida-

des. Ao mesmo tempo, vemos que os trabalhadores incluem aí, por um lado, os trabalhadores integrados ao sistema, com direito ou não à previdência, precários ou não e, por outro lado, os excluídos.

Unidade entre Unidade Doméstica e o empreendimento

Ora, se eu tomo como unidade de análise o trabalhador individual que deseja um patrão, e não a Unidade Doméstica – a família, a comunidade, o grupo que busca a reprodução da vida dos seus membros –, vou encontrar que há, não apenas outros desejos, mas também outras formas de realizar o trabalho, muitas delas ocultas e subjugadas por esse homem obreiro, o empreiteiro e provedor de horas de trabalho.

Assim, do meu ponto de vista, é um erro estudar só os empreendimentos. Eu estive outro dia em Porto Alegre e me mostraram um levantamento dos empreendimentos solidários que foi feito no Brasil. Parece-me valiosíssimo e se apresenta numa escala muito significativa. Mas creio que se esqueceram de levar em conta a unidade entre Unidade Doméstica e empreendimento, o que é fundamental para entender a lógica desses empreendimentos de que estamos falando.

Quando estudo a Unidade Doméstica, o que encontro? Que ela tem uma estratégia mista: tem gente fazendo empreendimentos autônomos, tem trabalhadores por conta própria, tem trabalhadores assalariados e tem trabalho doméstico de reprodução direta da vida de seus membros. E mais: tomando o ciclo de vida de uma família, num determinado momento, vejo que, ao longo dos ciclos de sua vida, ele teve muitas formas de inserção. Então, eu tenho que trabalhar com uma unidade que não é aquela de um puro trabalho dependente do capital, com patrão, ou de um puro trabalho autônomo. Aí tem diversas histórias, conjunturas diversas e diversas estratégias.

Um passado que não volta mais

Deste ponto de vista, o que hoje estamos colocando, está situado num momento de crise social e de crise de legitimidade do sistema capitalista, mas não necessariamente de crise da acumulação de capital. As pessoas que acreditam que ainda vão poder voltar a se integrar naquele antigo modelo de acumulação e reprodução de capital, é porque não têm uma visão do que está acontecendo com o sistema de acumulação de capital e com a sociedade em seu conjunto. As visões de longo prazo, de Arrighi, Wallerstein e outros, nos permitem ver que estamos em um momento de transição entre épocas históricas. O sistema não vai voltar a se integrar como antes. Ele nunca foi integrado totalmente, mas não vai voltar sequer à intensidade anterior.

Como Dante, ao entrar no inferno, deixemos fora todas as esperanças. Porque essa esperança, de que o capitalismo vai voltar a integrá-los, é falsa. Tem muito trabalhador popular, hoje, que consegue um trabalho precário e já se sente como integrado e quer se distinguir do desempregado: ele passa a ver o desempregado como estigmatizado. Isso acontece em meu país: em meu país, um taxista num engarrafamento de uma rua que foi fechada pelo movimento dos piqueteiros fala muito mal dos trabalhadores desempregados que estão ocupando as ruas, lutando por emprego. Diz, muitas vezes: “Esses aí não querem trabalhar!” E se considera integrado, porque trabalha 16 horas por dia, sentado num automóvel, tirando apertado apenas o suficiente para viver...

Nós temos que recuperar a unidade do protesto e da proposta da classe trabalhadora. E num sentido que não é mais aquele da classe operária, da classe operária anterior, mas de todos os trabalhadores. A legitimidade se consegue democraticamente. Não se pode construir outra economia democratizando o capital, como propõe Hernando de Soto, do Peru: se todos têm casa regularizada, terão acesso a crédito, quer dizer a capital! Francamente, não acredito nisto.

Estamos falando é de construir uma economia que tem e que

requer uma política democrática; não de uma ditadura, nem do proletariado nem dos cooperativistas. Isso, portanto, requer política democrática, que implica discutir.

O orçamento participativo

Aqui no Brasil, em Porto Alegre, vocês têm uma proposta histórica, que tem corrido o mundo todo e que já se espalhou por muitos lugares: o orçamento participativo. Eu acompanhei essa experiência durante dez anos, fui várias vezes a Porto Alegre, porque me interessava muito. No começo, cada um, cada grupo pedia para si mesmo: quero iluminação da rua, quero pavimento, quero um centro de saúde... Mas, em dez anos, já estavam discutindo a cidade. Estavam discutindo o que nossas cidades necessitam, já estavam levando em conta a totalidade.

Isto foi um processo de aprendizagem. E também os técnicos tiveram que aprender, já que, em geral, eles rejeitam a participação dos cidadãos. As próprias pessoas tiveram que aprender a se comunicar com a linguagem dos técnicos e a pensar que há outros determinantes que não os próprios particulares, mas que, por fim, acabam por afetá-los.

Portanto, isto teve a ver com valores, teve a ver com uma outra maneira de definir interesses, etc.

Necessidades na América Latina

Para terminar, eu creio que há contradições sobre o sistema de necessidades. Se o sentido da economia é atender às necessidades, e se assim vamos defini-lo, quem é que define as necessidades? Como legitimamos os desejos como necessidades? Como fazemos diferença entre desejo (que é infinito) e necessidade? Não vamos esperar que nenhum filósofo vá resolver isso. Poderia até resolver, mas, mesmo que sua contribuição possa ser muito útil, não importa. O importante é que entremos em acordo. A sociedade pode debater quais as

necessidades que todo mundo tem que ter resolvidas e quais, neste momento, não se tem condição de resolver.

Isto é uma contradição, porque, dentro dos setores populares, vai haver particularidades e diferenças muito grandes com respeito a isso, inclusive culturais. Um setor de povos originais do continente, no mundo andino, vai ter uma concepção de necessidades muito distinta daquela de um setor urbano branco. E vamos ter que trabalhar com essas diferenças, buscando uma universalidade, talvez; ou buscando e aceitando as diferenças.

Então, no campo popular, há contradições e, neste ponto de vista, a legitimidade de nossas propostas está sempre sendo posta à prova. É uma hipótese que deve ser legitimada no debate.

Eu creio que nós temos que nos situar na América Latina, temos que nos situar na periferia, e teremos sempre que ter muito presente o que se passa nos demais países. O Brasil, hoje, está se abrindo muito à América Latina. Em geral, nós não o víamos muito aberto; como a Argentina também não. Mas devemos reconhecer a experiência da Venezuela, reconhecer a experiência da Bolívia, dos indígenas equatorianos; mas reconhecê-las também criticamente, com esperança, mas analisando bem o que acontece.

Porque a Venezuela criou quarenta mil cooperativas em um ano: agora, é preciso ver o que são essas cooperativas. Seguramente, muitas delas estão já dissolvidas, muitas delas se formaram apenas para conseguir recursos. Há coisas que não se pode fazer por decreto.

Estamos lidando com questões que são culturais, que levam muito tempo. Mas a intenção está aí e o sentido está aí. O que é preciso fazer é nos ajudar para que possamos fazer melhor. E quero parecer que estamos sim abertos. Quanto à experiência da Bolívia, ela me parece muito valiosa, porque é uma etnia, um povo original deste continente que, agora, finalmente, se encontra representado na forma mais elevada na cultura ocidental, que é aquela da Presidência da República.

Então, me parece que essa é uma prova muito importante de como se pode transformar a sociedade com os nossos valores.

Perdoem-me, se me estendi muito, mas as perguntas eram muito complicadas.

Análises divergentes ou complementares?

Francisco José C. de Oliveira

Bom, gente, mesmo começando tarde, bom dia a todos e a todas. Me pediram para fazer alguns comentários e eu acho que o primeiro que tenho a fazer é o sentimento que eu tive, depois que o Coraggio falou: ferrou pessoal, ferrou! Mas eu queria também dizer que fico muito contente de estar ao lado – é carinhoso, viu, gente – de dinossauros do pensamento econômico e social nesse país, e ainda mais do Coraggio, que já se agregou há muito tempo também nessa discussão. Também quero dizer que acho que o momento é muito feliz. O momento foi feliz em 1999²¹, e o momento hoje também é muito feliz, quando se apresenta a discussão em torno desse tema. Até há dúvida, quando as pessoas falam: economia solidária, ou economia dos setores populares? Até porque acho que algumas das questões que o Coraggio levantou estão presentes. Nem toda economia dos setores populares é solidária, e essa é uma reflexão que a gente deve fazer, exatamente para retomar o caminho certo.

O que significa economia solidária? Ela é o marco de transformação, realmente, para o modelo que a gente quer? E parece que, no primeiro momento, com o sentimento de “ferrou!”, há uma certa contradição entre os discursos... e eu acho que não há... de fato.

O Gabriel chama atenção para uma questão que é absolutamente, ao meu ver, importante. Não deve a nossa análise se prender

21 O autor refere-se ao seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, realizado em 1999, em Salvador, por iniciativa da CAPINA, da UCSAL e da CESE.

só à análise micro, ela não é suficiente, se nós queremos andar na perspectiva da transformação para um outro modelo, mas ela é absolutamente importante para aquele grupo que está produzindo. Eu acho que ela é importante, mas ela não é suficiente, ela não deve se restringir ao marco da análise dos custos, da análise do marco microeconômico. Mas ele também coloca em sua fala toda a questão do território, do local. Ele coloca a questão do Estado em torno das políticas públicas, de intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia. E ele coloca uma das coisas – que é comum entre os dois – que, quando se fala de economia dos setores populares, está se falando de trabalho. Eu acho que está se falando do trabalho, recriar trabalho, recriar formas de trabalho, mesmo que ele não seja o único eixo articulador... ele é o principal eixo articulador. Mas me parece que ele não é o único valor a ser levado em conta em antagonismo ao capital, mas também a noção de cidadão, de cidadania, de direitos sociais. Existe o que está colocado internamente àquela atividade dos setores populares, mas existe o externo, que é exatamente em que espaço econômico, sob que articulação hegemônica esses empreendimentos estão surgindo.

Então, eu acho que ele fala da viabilidade econômica, mas com as peculiaridades de um empreendimento popular. De novo, cuidado para essas palavras *empreendimento* e *popular*. Fala da falta do apoio técnico, do suficiente e adequado apoio técnico, do desconhecimento das relações comerciais, que significa, de uma certa forma, também conhecer sob que marco essas relações comerciais estão se dando. Fala da falta de recursos. Quando se fala em colocar recursos públicos está se chamando atenção exatamente para isso também.

Isso tudo dentro de um contexto de que sustentabilidade é gestão democrática de um empreendimento da economia solidária.

Então me parece que alguns pontos são comuns às falas, mas acho que Coraggio avança sobre questões que dizem respeito ao espaço da produção e da reprodução. Ele avança na discussão sob que

marcos a gente deve constituir a discussão desses chamados empreendimentos populares.

Aliás, é bom ressaltar que, nessa visão do empreendimento social, nós temos “experts” também no Brasil. O SEBRAE é um dos “experts” em tratar a questão do empreendimento social, e várias experiências, chamadas experiências no campo solidário, também estão se organizando sob a visão do empreendedor social competitivo. Então, essa é uma questão que eu acho que é uma disputa que também tem quer ser feita, e uma disputa que leve em conta o apoio, por exemplo, que esses setores têm e o apoio que os setores da chamada economia solidária têm. O SEBRAE, hoje, recebe recursos para fiscais enormes para tratar, inclusive, desse apoio técnico, dessa possibilidade de estar ao lado dos empreendimentos chamados populares. Para mim, também o que está colocado, quando se fala deste subsídio, é exatamente esta disputa. Aí eu vou lá para trás, quando se falou em *quem tem medo do trabalho*²², e do que se trata. Trata-se de disputar o fundo público. Eu acho que essa é uma questão colocada. Quando a gente fala em subsídio, é exatamente isso. E uma das formas de subsidiar, é exatamente alocar fundo público, que não é mais do que recurso vindo da própria produção, do nosso próprio trabalho, em torno de um novo modelo. O FAT²³, que é um fundo público, é um financiador dos recursos do BNDES, o banco que eu aqui não estou representando, mas do qual hoje faço parte. A atuação hoje do BNDES é uma clara explicitação dessa opção: empresta ao capital privado, a juros de TJLP²⁴, a longo prazo, sete, oito, dez anos, e faz um microcrédito, repassando para entidades que cobram três, quatro por cento, dos chamados empreendimentos populares.

22 O autor refere-se ao texto de Francisco de Oliveira – *A crise e as utopias do trabalho* –, apresentado no seminário *Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia*, realizado em novembro de 1999, na UCSAL, que iniciava com a seguinte indagação: “quem tem medo do trabalho?”

23 Fundo de Amparo ao Trabalhador

24 Taxa de Juros de Longo Prazo

Então, este é um exemplo de uma disputa que deve ser travada, e que significa, exatamente, sob que marco a gente deve discutir as políticas públicas neste país. Ou seja, recuperar recursos da economia capitalista. Quais são os recursos que a gente pode recuperar e em que direção eles devem ser utilizados?

Eu acho, também, que têm coisas no marco comum de discussão das alianças que devem ser construídas. Se não se dá conta, na economia capitalista, de mais de um terço dos trabalhadores do tipo assalariado com carteira assinada, eles sim, podem ser aliados na construção de um outro mundo, de uma outra economia. A organização dos sindicatos, oriunda dos trabalhadores assalariados, deve ser uma aliança possível com os setores populares, com a economia solidária. E aí eu acho que os pequenos também, porque os pequenos empreendimentos, os empreendimentos mesmo que estejam numa lógica de organização que não a da economia solidária, também podem ser aliados naquilo que se configura como alianças locais, alianças regionais, alianças hoje, até internacionais.

A gente está vivendo uma situação na América do Sul que acho que é propícia para pensar em alianças internacionais também. Essa situação se coloca, exatamente, porque não existe um sujeito hegemônico e porque o trabalho não é o centro dessa economia capitalista. Embora se fale tanto na questão do trabalho, ele não é o eixo central. A agenda do trabalho não é uma agenda colocada no movimento neoliberal, no liberalismo econômico.

Parece-me que é também importante – está na fala dos dois também – a articulação desses empreendimentos em razão de um projeto estratégico, de um projeto que chamamos de utopia. No movimento da economia solidária, isso está se tratando muito como rede, como redes de economia solidária que podem, inclusive, chegar a discutir conceitos próprios de um sistema de trocas. Como exemplo, é bom recordar a discussão da moeda, como é que a gente pode discutir a questão da moeda. É bom discutir como é que vão estar valoradas as trocas, ou seja, a questão do valor de troca versus valor de uso.

Enfim, esta é a opinião de quem tem acompanhado alguns empreendimentos coletivos, principalmente no Nordeste. Existe no BNDES uma linha chamada Programa de Investimento Coletivo – PROINCO, que é uma tentativa de financiamento desses empreendimentos. É parte do fundo social do banco, que é muito pequenininho, que deve ser alocado nos projetos de economia solidária, e que devem ser disputados... devem ser disputados e devem ser aumentados, e devem, mais do que isso, seguir a lógica que foi colocada aqui. Porque a lógica ainda hoje presente é a capitalista. Coloca recursos a fundo perdido em projetos pequenos, em espaços que não se articulam, e que vão mostrar viabilidade somente naquele espaço, para aquelas pessoas que estão agrupadas ali. De toda forma, já é um instrumento que conseguiu avançar dentro de uma política de um banco que olha muito mais para os grandes investimentos.

Eu acho que outra coisa importante e que se falou muito é da formação, da necessidade da formação, porque como bem disseram Coraggio e Gabriel, trata-se também de questões culturais. Não é só uma mudança de ambiente econômico, mas uma mudança de ambiente cultural, de aquisição de direitos sociais, de fazer o Estado ser redistributivo, de questões que são muito mais amplas do que só a análise dos empreendimentos.

O tamanho dessa discussão no Estado brasileiro deve ser resultante dessa reflexão que nós fazemos aqui. Por isso eu acho que essa discussão veio no momento propício: ou isso permanece definitivamente como moda, ou se transforma realmente em uma nova opção. O tamanho desta discussão nas estruturas do setor público reflete exatamente a visão que se tem sobre essa economia: se é uma economia dos alternativos, ou se é uma economia alternativa.

Essa discussão vem num momento muito propício, no início, inclusive, de um novo governo, e que a gente tem que apostar na disputa do Estado, na disputa do fundo público, na disputa dos direitos sociais. É uma disputa que está presente em todas as falas, além da questão da viabilidade e da sustentabilidade dos empreendimentos econômicos. E cuidado, de novo, com a palavra empreen-

dimento, porque tem muita gente usando empreendimento social pensando que está falando a mesma coisa, ou seja, o capital tem suas formas também de tratar estas novidades, ele é capaz de retrabalhar conceitos, e ele é capaz de recolocar de novo na direção do acúmulo, na direção da exclusão, da concentração, ou de um papel subalterno, como tem hoje a economia dos setores populares.

Esses são alguns pontos importantes que eu consegui captar, embora a discussão seja muito mais rica. Acho que é interessante a gente abrir o espaço para a discussão de todo mundo. Obrigado.

Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação*

Katia Aguiar

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapam ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície e volume reduzidos. É o que você chama de pietãs. É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e de povo. (Gilles Deleuze, *Conversações*)

A intenção desse ensaio é apresentar algumas reflexões extraídas de nossos percursos e implicações, bastante singulares, no campo da educação/formação popular. A possibilidade de rever, avaliar e sistematizar o acumulado das experiências anteriores de cada um de nós, de partilharmos nossas inquietações sobre as propostas de formação, presentes em diferentes frentes do chamado trabalho social, foi aberta pela idealização e realização dos Cursos de Extensão que ministramos desde 2003, principal motivador da realização deste encontro.

Recordando o que apontava Gabriel Kraychete em seu texto de

* Este texto tem por referência as reflexões efetuadas no âmbito da equipe da Capina (Ricardo Costa, Aída Bezerra e Gabriel Kraychete), responsável pelo curso de extensão em *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*, promovido em parceria com a UCSAL, e o diálogo com as contribuições dos integrantes do NUTRAS – Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde.

abertura deste seminário, trabalhamos com o entendimento de que a sustentabilidade dos empreendimentos populares se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação. Intervenções públicas apoiadas nos direitos sociais enquanto princípios reguladores da economia, conquistas tecnológicas, política fiscal e normas jurídicas, se encontram imbricadas com a exigência de conhecimento, por parte dos integrantes dos grupos, das condições necessárias para assumirem a condução de seu empreendimento.

Destaca-se ainda, em acordo com Coraggio (2006), que a sustentabilidade daquelas iniciativas se apóia na ampliação contínua do alcance de suas ações. A partir dessas considerações, afirmamos que as iniciativas de busca pela sustentabilidade dos empreendimentos populares se inscrevem no tensionamento entre as forças de manutenção e conservação das condições que estão postas e as forças de ruptura que procuram a transformação do existente.

Embora seja óbvio o que daí se conclui, não é demais reafirmar que essa forma de abordar a sustentabilidade a torna uma questão eminentemente política. O que exige a retomada dos debates sobre os caminhos da transformação social, nos termos do poder e da liberdade. Coloca-se como desafio e, talvez, como condição à formulação de proposições e de ações, junto aos setores populares, a observação do modo como funciona o poder e as resistências em nosso presente.

Isso nos parece especialmente importante se consideramos que são aqueles setores os mais violentamente atingidos pelas atuais políticas de ajuste. Assolados pelo sucateamento dos equipamentos que deveriam lhes servir e pela precarização das condições mais imediatas de reprodução da vida, são convocados à mobilização para transformar a própria sorte. Numa operação de inversão que os torna co-operadores dessas mesmas políticas.

Apontada essa atitude de prudência em relação às iniciativas de empreendimento popular, queremos partilhar esse trabalho com aqueles que, de alguma forma, se encontram envolvidos, por esco-

lha própria e/ou em decorrência de seus vínculos institucionais, com as *atividades econômicas dos denominados setores populares*. Na maioria das vezes, essas atividades se organizam a partir de convocações mais diretas dirigidas às populações como parte de um programa ou projeto de trabalho comprometido com propostas institucionais ou com os seus financiamentos. Também encontramos iniciativas, que surgem do esforço de organização dos próprios trabalhadores, manifestando as suas formas de sobrevivência e de enfrentamento num sistema que descuida das suas condições de existência²⁵.

De um modo ou de outro, o conjunto dessas atividades e iniciativas hoje constitui um campo de trabalho que exige diferentes saberes e competências, atraindo profissionais de diversas áreas de atuação. Um campo de trabalho que, mesmo marcado em suas condições de emergência por processos de precarização da vida, tem apresentado vitalidade política frente aos reiterados procedimentos de ajuste e de extermínio que caracterizam as formas de controle do sistema do capital, no contemporâneo.

Essa vitalidade política pode ser percebida, de modo mais imediato, na proliferação de fóruns e de conselhos, formas já conhecidas e legitimadas de participação e de reconhecimento no que hoje identificamos como um regime democrático. É certo que a capacidade organizativa para o exercício da pressão, da reivindicação e da participação propositiva frente ao Estado é, ainda, o principal indicativo na avaliação do acumulado de poder de um movimento social. Mas entendemos que as novas formas de controle no contemporâneo, estão a exigir de nós um exercício de pensamento que recoloca, em outros termos, o problema da resistência.

É nesse caminho que propomos incitar a vitalidade política que também se espregueia no cotidiano de trabalho de técnicos/assessores e produtores que, por caminhos diferentes, têm se lançado ao

25 Ver texto de Aida Bezerra, neste livro.

desafio de constituir miríades de associações. Nesses exercícios o que observamos, e que tomaremos como eixo norteador de nossas considerações, é a *importância estratégica do técnico/assessor na abertura e no acolhimento aos processos de singularização, nas experiências, que favoreçam a instituição de outras políticas de formação no campo da economia dos setores populares.*

Diante dos limites de nossa fala, vamos privilegiar dois eixos considerados, por nós, fundamentais:

- a gestão enquanto tema catalisador de forças dispersas e que, a depender de seu uso, pode acessar vetores de mutação social; e
- a formação afirmando seu caráter estratégico na constituição das resistências.

Modos de Gestão: entre os riscos e a invenção

Nos debates sobre os rumos dos empreendimentos e de outras organizações da economia dos setores populares, é notória a centralidade das denominadas *questões de gestão*. Observamos essa centralidade nos mapeamentos disponíveis realizados por entidades de apoio e fomento à economia solidária, bem como nos registros elaborados por pesquisadores que, por diferentes caminhos investigativos, se interessam pela diversidade de estratégias e táticas cotidianas daquelas populações.

A abordagem desse tema/conceito é, para nós, problemática e complexa. Problemática por envolver inúmeros aspectos e conhecimentos oriundos de diversos campos de saber – poder. E complexa, pela opção que fazemos por uma abordagem interessada em detectar e apreender as articulações, as conexões e as ressonâncias entre esses aspectos. Não se tratando, portanto, de uma abordagem apenas a serviço da solução de problemas. Desse modo, sem pretender esgotar o tema, propomos um caminho para abordá-lo. Em lugar de tratar do problema da gestão, arriscamos um *modo de colocar a gestão como problema*.

A ênfase nas preocupações com as *questões de gestão*, se confirma nas sondagens que realizamos, através de fichas de inscrição, entrevistas e mapeamentos das preocupações de técnicos e grupos populares, nos Cursos de Extensão em *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos* com profissionais que desenvolvem atividades de assessoria, apoio e acompanhamento daquelas iniciativas. Nesses registros, as preocupações/desafios identificados como de gestão, se referem a aspectos bastante diversos da vida dos empreendimentos; e essa diversidade é ainda maior se cotejadas as preocupações dos técnicos/assessores com as preocupações dos produtores diretos.

Apenas a título de exemplificação dessa variedade de concepções, poderíamos citar: “a falta de referencial e de capacitação para a gestão; o escoamento da produção ou comercialização; a falta de recursos, como capital de giro e linhas de crédito; a resistência à cultura da cooperação; a limitação de tempo para o trabalho de acompanhamento; a falta de identidade de grupo; as dificuldades com os instrumentos de gestão e com a capacitação das pessoas; o não conhecimento acerca dos processos administrativos – comercial, contábil e de produção; as dificuldades com o marketing; o baixo retorno da produção; as resistências à implementação de normas e procedimentos; as lideranças centralizadoras; a tendência à reprodução do modelo de emprego; as dificuldades na interação entre os objetivos do grupo e os objetivos dos técnicos/assessores”. Todas essas situações aí apontadas se vinculam a uma mesma interrogação: *como chegar à autogestão?*

O entendimento do que é a gestão tem uma variabilidade bastante importante e que deve ser levada em conta, já que é fonte de interferências nas relações entre técnicos e produtores diretos, entre os próprios produtores e, em especial, entre os técnicos e as entidades de apoio e fomento. São freqüentes os impasses gerados, por exemplo, pelos descompassos entre as exigências dos projetos (seus objetivos, metas e necessários impactos) e a temporalidade dos pro-

cessos (seus impasses, suas conquistas, as histórias e experiências que neles se atualizam); como são freqüentes os equívocos entre as necessidades e os desafios concretos que enfrentam os produtores e aquilo que lhes é oferecido como fomento e apoio ao seu trabalho. Também não são raros os estranhamentos gerados entre os próprios produtores quando a questão é a organização do trabalho.

No entanto, as interferências provocadas pela variabilidade no entendimento da gestão não são, em si, algo negativo e nem mesmo, necessariamente, implicam dificuldades ou defeitos nos processos de produção. Trabalhamos com a leitura de que elas podem sinalizar efeitos de *modos de gestão* que co-existem nas organizações. E é nessa perspectiva que queremos trazer alguma contribuição aos debates.

Uma primeira consideração a fazer se refere ao fato de que a centralidade desse tema não é exclusiva do campo sobre o qual tratamos aqui. Ela aparece nos discursos da administração pública, nas propostas das ongs, na capacitação de diretores, agora gestores, de escolas, hospitais, penitenciárias. Mais que um tema central, a gestão parece ter se tornado o remédio para qualquer mal ou condição para o sucesso de qualquer iniciativa. A disseminação de estratégias de gestão tem sido, muitas vezes e não apenas em nosso país, garantida legalmente e incorporada como condição de produtividade e de investimento (Michael Apple, 2005).

Por isso, cabe lembrar que essa disseminação também se inscreve no processo de avanço das políticas neoliberais e seus compromissos com a privatização e a mercantilização expansiva. Procedimento que inclui, no dizer de Leys (2003), “a destruição de esferas não-mercado da vida, das quais sempre dependeram a solidariedade social e a cidadania ativa”.

Os arranjos neoliberais se ancoram numa concepção de gestão que denominamos administrativa-empresarial, manejando técnicas e procedimentos prescritivos, capturando e desqualificando saberes acumulados na atividade prática cotidiana das populações em favor de maior produtividade e lucro. Nas disputas pela instauração de

um pensamento único, a homogeneização ou estandardização dos processos, de trabalho e de conhecimento, se valem de novas formas de vigilância e de fiscalização, de instrumentos de avaliação e de controle sobre os riscos. A defesa da eficiência atribui um tom de neutralidade a tais procedimentos, tornando-os necessários.

Diante disso, parece importante que a gestão seja considerada num campo de disputas políticas, tirando-a de seu abrigo e distanciamento tecnicista e reconduzindo-a a sua condição de emergência, qual seja: as práticas sócio-históricas. Nelas, podemos captar os processos, ainda em curso, de disseminação dessas formas contemporâneas de controle no sistema do capital e, ao mesmo tempo, contribuir para a desmistificação da magia da técnica e para o fortalecimento das estratégias de criação e de resistência dos setores populares.

No caso do estudo de viabilidade proposto, por exemplo, tem sido freqüente a constatação, durante o exercício, por parte de técnicos e de produtores, de que o grande desafio não são os números ou as contas. Existe, então, um deslocamento do problema e a percepção da centralidade da gestão ou “das relações entre as pessoas”. Isso poderia soar de imediato como um alívio, mas a gestão oferece um novo campo de desafios, novos problemas e riscos no modo de colocá-los.

No entanto, podemos passar das contas à gestão, sem mexer na magia da técnica. Nesse caso, alguns efeitos podem ser observados: como momentos de longos silêncios, desânimo entre os integrantes dos grupos, irritação, perda de estímulo, um esvaziamento. Podemos tirar como lição da experiência que, a depender de como utilizamos a técnica, ela pode soterrar os saberes em presença ou favorecer a potência de ação e processos de autonomia.

O que queremos enfatizar é que não se trata de encontrar e aplicar o melhor método, mas de colocar em questão o processo de trabalho e as condições nas quais ele acontece, incluindo sua organização. O maior ilusionismo que a crença no bom método promove

talvez seja o de supor que as pessoas envolvidas nos processos de trabalho e de conhecimento, cheguem vazias e que se limitem a ser meras executoras do que lhes é exigido.

Pode-se argumentar que essas preocupações têm como referência as relações tradicionais de trabalho e que não são pertinentes aos empreendimentos populares. Mas o que encontramos, em muitas situações, é a permanência dessa lógica. Embora não exista a figura do patrão ou do gerente, os projetos, as políticas, os estatutos ou os conselhos dos especialistas, mesmo quando discutidos e aceitos por um coletivo, veiculam prescrições. E tanto nas formas tradicionais de trabalho quanto nas experiências que propõem a autogestão, o que é (pre)escrito não dá conta da realidade de trabalho, ele pode ser um norte, uma referência a ser considerada.

Por isso, reiteramos que não se trata da aplicação de um bom método, já que o próprio processo de trabalho e de conhecimento, não se dá sem deslocamentos e incertezas. O que está em jogo é a forma *como abordamos essas desestabilizações que são acionadas por qualquer dispositivo*, seja ele técnico, artístico ou jurídico.

Podemos dizer que, quando a face da estabilidade da técnica se torna prenhe e domina a cena temos, pelo menos, duas pistas a investigar: ou não estamos tendo a sensibilidade para captar o movimento inerente a qualquer experiência (suas contradições, conflitos, dissidências e resistências) ou o movimento cessou e temos um estado de dominação.

Seguindo esse caminho, fazemos uma segunda consideração sobre o modo de colocar a gestão como problema. É bastante frequente que, em um mesmo grupo, apareçam diferentes concepções ou entendimentos sobre gestão. Essa variabilidade sobre a qual nos referíamos anteriormente é, em geral, identificada como uma dificuldade ou deficiência na formação dos integrantes do grupo. Em lugar disso, propomos explorar a idéia da *co-existência de diferentes modos de gestão nos grupos*.

Ao apontarmos que as prescrições, embora importantes, não

dão conta da realidade de trabalho, estamos agregando àquilo que está instituído, ao que dever ser feito, uma outra dimensão da experiência que se refere àquilo que cada trabalhador mobiliza de si e dos outros para dar conta da vida do trabalho (Brito, Athayde e Neves, 2003). Ou seja, cada um tráz consigo um modo de gestão, uma maneira de fazer.

Sendo assim, a variabilidade – os imprevistos, as surpresas – implica modificações nos modos de ser e antecipações; sendo não só parte do processo de trabalho, mas condição para o exercício da criação. E, sabemos, que no dia a dia, a criação é fundamental para que a atividade se realize; em muitos casos, sem o chamado jeitinho ou os ‘macetes,’ o trabalho não aconteceria.

Quando tratamos de gestão não estamos, portanto, colando o termo a uma escala hierárquica ou à ‘administração’. Com a administração, nos aproximamos de um pólo no qual os princípios de gestão se explicitam à medida que nos afastamos da própria atividade. Há, na perspectiva administrativa-gerencial, dissociação entre atividade e gestão da atividade. Em geral, só há reconhecimento da legitimidade da gestão e de gestores, quando se opera essa dissociação (Schwartz, 2000).

Ora, o que queremos afirmar caminha na contramão dessa tese. Quando falamos em gestão, estamos nos referindo a uma questão humana presente em qualquer experiência, onde é necessário fazer alguma coisa funcionar sem se fixar a formas padronizadas, que rapidamente se tornam obsoletas (Schwartz, 2000). Os modos de gestão, engendrados no campo social e disseminados no cotidiano de trabalho, se referem às formas como os humanos produzem suas atividades e inventam modos de ser.

Dessa forma, falamos de dimensões ou de diferentes forças presentes na organização do trabalho. A dimensão administração/gerência pautada na padronização, se ancora em situações quase ideais e produz, pela repetição e pela submissão, subjetividades amorfas, moldadas segundo os interesses do sistema do capital. Enquanto a

dimensão gestonária, agregando o imprevisto aos modos operatórios prescritos pelas normas, favorece a inventividade e a produção de subjetividades astuciosas.

Daí a importância de interrogarmos a atividade, a forma como se organiza o trabalho, e é essa a proposta quando, no estudo de viabilidade, se faz o convite à elaboração das questões associativas. Com essa atitude de pesquisa, podemos ter acesso às estratégias que obstruem os processos criativos ou identificamos a priorização de procedimentos tutelares e normatizadores que caracterizam o estilo gerência. Podemos, ainda, abordar os erros ou as falhas como constituintes das experimentações que resistem à padronização, que revelam informações sobre um modo de trabalhar, de gerir.

A dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Nessas condições se incluem variados recursos como: as relações do trabalhador com os outros, com as normas produtivas ou as instruções operacionais. E, ainda, as condições incluem as relações do trabalhador consigo mesmo, dos *usos que faz de si* – suas aspirações, desejos, crenças; ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a tendência ou dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.

O oferecimento de uma forma-modelo de organização pode ser um dispositivo, mas não alimentará movimentos de ruptura com a lógica hegemônica de padronização, presente nos processos de trabalho e de conhecimento, se não tomar como ponto de partida os modos de gestão em presença nos grupos. A questão que nos colocamos é a de *como disparar processos para tornar compatíveis gestões heterogêneas?*

Concluindo, afirmamos que, para a pergunta “como chegar à autogestão?”, não temos respostas prontas e acabadas. Mas, o modo que propomos colocar a gestão como problema, indica uma tendência: a de acolher processos de autonomia que são ativados permanentemente. Esses graus de autonomia não pressupõem um estado

de libertação, mas a ampliação dos espaços de liberdade frente aos constrangimentos, coerções e limitações impostos, muitas vezes de forma implacável, pelo sistema do capital. Entendemos, assim, que podem ser criados dispositivos que favoreçam processos de autogestão, mas a autogestão, entendida como tomada de poder, não é passível de ser ensinada ou transmitida. Ela é eminentemente uma atitude de recusa e de insurgência.

Estratégias de Formação

A maneira pela qual problematizamos o tema da gestão nos inscreve no campo da educação popular, entendida enquanto um conjunto de práticas sociais que tendem a dar relevo ao acontecimento educativo, caracterizando-o como espaço/tempo de socialização, valorização e aperfeiçoamento do que a sociedade sente, produz, inventa e descobre (Bezerra, 1999). Essa perspectiva é uma tomada de posição frente à subordinação e à fixação de uma ordem disciplinar que, conjugada a outras formas de poder, ainda vinga em nosso presente.

Recorremos ao termo *estratégias de formação*, para afirmar que o modo pelo qual nos inscrevemos nas relações de forças políticas corresponde ao modo como produzimos conhecimento. Ou seja, os processos que nos constituem como sujeitos de conhecimento estão em conexão direta com os processos que nos constituem como sujeitos que atuam sobre outros sujeitos. O termo estratégias sugere a indissociabilidade entre o problema, o modo de colocá-lo e as ferramentas conceituais que utilizamos nesse processo (Silva, 2005).

A opção pelo termo estratégias de formação quer colocar em questão a crença obstinada nos bons métodos e nas boas técnicas. Uma crença construída nas condições bem específicas de emergência das ciências, no curso da modernidade. Em sua lógica e em seus princípios, a modernidade tem como pressupostos para a compreensão do homem, do mundo e de suas relações, a estabilidade, a ordem

e a regularidade como valor.

Prigogine (1990), evidencia que uma aliança entre mundo humano e mundo natural, vinculada à consolidação de leis universais, serviu de suporte às ciências modernas. As normas de cientificidade permitiram conferir autoridade e veracidade aos saberes que se constituíram por meio da burocracia dos cálculos e das medidas matemáticas. Nessas condições, as práticas educativas são, ao mesmo tempo, reguladas e reguladoras de códigos e modelos naturalizados que classificam e ordenam as populações. Instala-se uma lógica determinista e circular que, mesmo quando incorpora originalidades, o faz em favor da atualização do que está posto no funcionamento da estrutura, não colocando em questão seu estatuto de Verdade, sua construção, sua gênese (Aguiar e Rocha, 1992).

De forma sucinta, esses são alguns elementos constituintes do paradigma racionalista que sustenta a maior parte das práticas sociais e suas instituições, entre elas a *instituição da formação*. Daí a importância de considerar a atuação dos trabalhadores sociais – sejam eles pesquisadores ou profissionais que atuam de forma continuada junto aos setores populares. Percorrendo a história de suas práticas, observa-se, ainda, a predominância, em suas ferramentas de análise e de intervenção, de heranças daquele paradigma e da racionalidade política que lhe corresponde.

Mesmo sem a intenção de abrir esse polêmico tema no momento, não se pode desconsiderar a implicação direta das ciências, em especial das ciências humanas e sociais, na constituição de uma imagem do popular marcada pela carência, pela falta e pela previsibilidade de desvios. Uma imagem que tem justificado, ao longo dos séculos, ações preventivas e prescritivas frente aos perigos e as mazelas das quais, seus filhos, são portadores naturais.

Romper com essas referências e seus efeitos requer, de imediato, um deslocamento do lugar comumente ocupado por técnicos/asessores junto aos setores populares, o que não se dará por uma questão de vontade ou de qualquer identificação – seja pela ideologia,

pela causa ou pela culpa... O deslocamento do qual falamos implica a análise de nossos lugares nos jogos de verdade ou, dito de outro modo, exige a análise de nossas implicações – políticas-econômicas-afetivas – nas relações de forças que permitem que certas coisas sejam tomadas como verdadeiras.

Isso não é fácil, sabemos, já que nessa empreitada precisa-se, antes de tudo, aceitar a variabilidade nas relações que se estabelecem entre necessidade, interesse e desejo, como resistências às normatizações e capturas efetuadas pela forma de controle no contemporâneo. Uma das artimanhas desse controle é a de operar o poder numa modulação contínua, de modo que as coisas nunca terminam, nunca se constituem totalmente. Um controle contínuo e ilimitado que nos leva a achar que estamos sempre em dívida, e que fabrica a necessidade de uma *formação permanente* (Deleuze, 1992).

Diante disso é que afirmamos a importância dos profissionais que atuam junto aos setores populares e de um necessário deslocamento do lugar de assessor/técnico para o de assessor/educador entendendo que:

“Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo de reprodução de modelos que não nos permite criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam por para funcionar”(Guattari, 1986).

É nesse sentido, que pensamos a formação de assessores/educadores, o desempenho de suas práticas e os rebatimentos destas no conjunto de iniciativas que investem na construção de caminhos para uma efetiva transformação social. As estratégias de formação se inscrevem em práticas sociais concretas que são, a um só tempo, modos de atuar e de pensar; de enfrentar o desafio de “saber se é possível constituir uma nova política de verdade” (Foucault, 1981).

O que se espregueia nas experiências postas em marcha nos mo-

vimentos populares, para além das formas consentidas de participação? Que resistências e escapes se colocam frente ao modo de subjetivação presente nas propostas que se veiculam na “educação popular”?

É com esse olhar que nos aproximamos das práticas que compõem uma economia dos setores populares. Nesse minúsculo campo localizamos nossas tentativas, nele arriscamos um exercício que favoreça a abertura da experiência aos processos de singularização/invenção da vida. Uma proposta, ou uma aposta, que implica: a análise permanente das injunções entre estratégias e táticas; a observação apurada do que acontece e, ainda, de como se conjugam as práticas dos grandes enfrentamentos, espaço e domínio das formalizações e das representações, e a temporalidade dos processos, das experimentações, daquilo que ainda não ganhou forma e que não temos ainda como nomear.

Prenhe de movimento, as estratégias observam o estabelecimento de certos domínios – de saber-poder – e suas implicações nos processos de constituição de sujeitos. Dito de outro modo, o que se coloca é uma nova relação teoria-prática que rompe com as idéias de aplicação da teoria sobre a prática e de inspiração da prática para a teoria. Hoje, isso se torna ainda mais relevante, pelo simples fato de assistirmos a um ressurgimento, talvez de forma ainda mais contundente, porque global, de procedimentos de testagem, da valorização de escores, da disseminação e homogeneização de instrumentos de monitoramento. Procedimentos que visam selecionar privilegiados e, sob a capa da meritocracia, justificar investimentos – financeiros, políticos, subjetivos. Assistimos, com as novas formas de gerenciamento, à consolidação de uma “sociedade administrável” (Castel, 1987).

Diante disso, é importante destacar que, quando falamos de “um estudo apropriado à realidade dos grupos e empreendimentos populares” (Kraychete, 2006), estamos nos referindo à construção de instrumentos que favoreçam a potencialização das práticas em sua

dimensão inventiva e nos afastando de um necessário ajustamento tecnicista. Menos a reprodução de modelos do que o uso da técnica como dispositivo, para com ela, a partir dela e apesar dela, verificar seus efeitos, sempre políticos.

O estudo de viabilidade e gestão democrática proposto se faz na conjugação de diferentes dispositivos, não se tratando de um trabalho a mais, um acréscimo ao que já é feito. Trata-se de um questionamento e um deslocamento na natureza do trabalho. A interrogação sobre a atividade mobiliza a atenção para o que se faz, para o que os outros integrantes fazem e, para além, questiona as relações daquele “pequeno grupo” com o entorno – seja ele a comunidade local, a família ou o mercado. Ele convoca à (re) organização dos saberes já existentes e a novas conexões e conseqüente ampliação do conhecimento.

A experiência que temos vivenciado nos Cursos de Extensão em *Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos* se apóia no recurso a dispositivos de ampliação da intervenção dos participantes no próprio Curso. Um exemplo desses dispositivos, é a constituição de equipes de co-gestão do processo – equipe de coordenação, de avaliação, de registro, de infra-estrutura e de animação.

Com essa proposta temos, pelo menos, duas intenções:

- a de criar, efetivamente, um campo de experimentação no qual os modos de gestão, suas contradições e convergências encontrem espaço de expressão, enfrentamento e negociação;

- a de que os temas que nomeiam cada equipe (coordenação, avaliação, registro, etc.), se tornem matéria a ser problematizada por cada grupo e pelo coletivo, favorecendo a (re)criação de modos de sentir, pensar e agir.

Em última análise, isso se traduz no exercício e na aprendiza-

gem do poder e na afirmação da potência da vida.

Referências

APPLE, M. *Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

BARROS, M.E.B. *Modos de Gestão*. In: Revista do Departamento de Psicologia – Universidade Federal Fluminense, v.14 – nº 2, p.59-74, 2002.

BEZERRA, M.A. *Educação alternativa hoje*. 1999. mimeo.

BRITTO, J., ATHAYDE, M. e NEVES, M.Y. (orgs.) *Programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas*. Caderno de Textos. Paraíba: Editora Universitária, 2003.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987.

CORAGGIO, J.L. *Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economia social y solidária*. Disponível no site < <http://www.coraggioeconomia.org> >

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LAEYS, C. *Market-driven politics: neoliberal democracy and the public interest*. New York: Verso, 2003.

PRIGOGINE, I. *O nascimento do tempo*. Lisboa: Edições 70, 1990.

SCHWARTZ, Y. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octanès Editions, 2000.

Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares

Marcos Arruda

A Carlos Rodrigues Brandão,
Educador da Práxis,
companheiro e irmão de caminhada.

O educador

A tradição chinesa nos ensina a relação entre o ser humano e os elementos da natureza. Na formação dos setores populares para fazerem a transição da economia popular para a economia solidária, existe um personagem que é essencial: a educadora e o educador popular. Início esta reflexão relacionando-me enquanto educador com os seis elementos da Natureza na sabedoria chinesa.

Terra – Esta é a minha conexão como educador com o chão, a terra, as possibilidades e os limites do meu corpo, em condições de trabalho feitas por seres humanos, num planeta em que uma ação tem influência sobre tudo que existe. A Terra me sugere, como educador:

* ser humilde, reconhecendo meus limites e não atribuindo os avanços somente a mim;

* estar conectado aos outros à minha volta e às realidades que estamos construindo com base num projeto comum; a reconhecer os

limites de cada situação, não sendo perfeccionista nem me exaurindo inutilmente;

* resistir às tentações egocêntricas de impor aos outros meus próprios caminhos, alienando-os e perdendo a eficácia;

* reconhecer o peso dos oponentes, as classes proprietárias e usar a força delas contra elas e a nosso favor;

* ser responsável por cuidar da Terra, assegurar que nossa geração passe às próximas a mãe Terra tão íntegra quanto nossas forças e inteligência permitam.

Água – Minha fluidez, minha capacidade de trabalhar com a incerteza e de adaptar-me aos desafios à medida que a vida os coloca no meu caminho e na caminhada do movimento da economia solidária. A água me ajuda, como educador:

* a trabalhar com o inesperado, que é a regra na educação libertadora;

* a ficar ligado ao povo em todas as suas adversidades, e na sua diversidade;

* a encontrar o riso e o sentido misterioso do mundo ao redor e nos meus próprios esforços;

* a trabalhar não somente na luz, mas também na sombra das minhas emoções, não apenas na coragem e na honra, mas também no temor e na dúvida;

* a ouvir o Outro, dando-lhe minha atenção mesmo quando não compartilhamos da mesma opinião;

* a trabalhar com paixão, mesmo quando não temos a resposta (“não me importa saber o que você sabe até eu saber o que lhe importa”); e

* a aliviar a secura das lutas diárias e curar as feridas infligidas pela injustiça.

Madeira – É o combustível que mantém aquecido o meu interior, a raiz que me sustenta nos momentos de frustração, impotência e desespero. A madeira me ajuda, como educador:

- * a me renovar e nutrir para que eu dê o melhor de mim, a cuidar de mim para que eu seja um exemplo da educação que eu partilho com outros;

- * a lembrar-me das estações – há um tempo para construir e um tempo para destruir; um tempo para rir, um tempo para chorar;

- * a estimular equilíbrio e integralidade nos outros; sem eles, só ensinamos que o trabalho social é um caminho para uma lenta queimada que me consome; e

- * a ser persistente e perseverante, com a paciência de uma árvore que afunda suas raízes no solo de estações tão diversas.

Fogo – Este é a minha raiva contra a injustiça, a opressão e a alienação, minha paixão pela dignidade e pela paz verdadeira. O fogo me ajuda, como educador:

- * a inspirar outros com a convicção de que cada um deles é único e o que eles fazem tem valor;

- * a agir na minha e nossa defesa contra as provocações e as injustiças de fora e de dentro do movimento da economia solidária;

- * a manter acesa a paixão pelo meu trabalho, em vez de apenas realizar tarefas burocraticamente e tratar os educandos como números;

- * a apoiar toda ação ousada em favor da justiça, mesmo quando não tenho certeza de que vai dar certo;

- * a canalizar minha raiva recusando o ódio, pois a raiva é cheia de energia potencial e de informação, ao passo que o ódio é estéril e só destrói; e

- * a gerar luz do calor do diálogo crítico.

Metal – É coragem. É o reconhecimento de que preciso definir meus princípios como pessoa e como educador da economia solidária, e estar pronto a pagar um preço por vivenciá-los. O metal me ajuda, como educador:

- * a saber onde me situo, de modo a não cair com qualquer tranco;

- * a ser duro, quando necessário, sem perder a ternura jamais;

- * a apoiar o Outro quando, mesmo atemorizado, encontra coragem de fazer alguma coisa; e

- * a lidar com as ofensas, desilusões, traições, feridas pessoais que provêm das lutas no interior da economia solidária.

Ar – É a imaginação e o espírito. É a visão e a criatividade que vitalizam o movimento. O ar me ajuda, como educador:

- * a recordar os que vieram antes de nós na luta pela justiça econômica e social e imaginar caminhos de interpretar o espírito dos ancestrais nas condições atuais;

- * a ter presente e valorizar a dimensão espiritual do meu trabalho;

- * a pensar grande frente ao cinismo que domina;

- * a imaginar a vitória mesmo diante de tamanhos obstáculos dos poderosos e da grande mídia tentando paralisar ou erradicar o movimento.²⁶

I. Da economia popular à economia solidária

26 Inspirado no texto canadense citado na bibliografia (Burke et al., 2002:15-17).

27 Tendo a respeitar a escolha de nome feita por cada um, e dialogar, sim, sobre o conteúdo de que o nome é portador. Por esse motivo, embora respeitando a nomenclatura de *economia popular* aplicada ao que chamamos comumente economia solidária ou economia do trabalho, mantenho esta distinção por me parecer prática e mais próxima da realidade.

Diferentemente de Nuñez (2002), Ana Mercedes Sarria e Lia Tiriba (2003) e outros autores,²⁷ prefiro limitar o termo *economia popular* à economia espontânea daqueles e daquelas que não encontram lugar no mercado de trabalho e tomam iniciativas econômicas voltadas para garantir a sobrevivência física própria e de suas famílias. Emprego o termo *economia solidária* (que usarei neste artigo para fins de simplificação) ou *socioeconomia solidária* (PSES²⁸), ou *economia social solidária* (Ripess)²⁹, ou ainda *economia do trabalho* (Coraggio, 2003: 88) para me referir a um modo de relações sociais de produção centrado no trabalho, saber e criatividade do ser humano, voltado para a satisfação das suas necessidades materiais e imateriais, num intercâmbio sustentável e harmônico com o meio natural, e tendo como modo predominante de relação a cooperação e como valores fundantes a solidariedade consciente para com todos os seres, o respeito à diversidade, a reciprocidade e o amor (entendido como atitude de acolhimento do outro como outro e como parte essencial do meu próprio existir)³⁰. Neste trabalho proponho o uso do termo Economia Social para incluir a Economia Popular e a Economia Solidária.³¹

Colocada nestes termos, a Economia Solidária é:

* uma economia centrada no ser humano situado no seu meio natural e, portanto, subordinada à política da partilha e à ética da

28 Pólo de Socioeconomia Solidária (www.socioeco.org).

29 Rede Intercontinental de Economia Social e Solidária (<http://www.ripess.net>).

30 Vejamos o que diz o biólogo chileno Humberto Maturana a respeito do amor: “A emoção fundamental que torna possível a história da hominização é o amor. Isto pode parecer chocante, mas, insisto, é o amor (...) O amor é constitutivo da vida humana mas não é nada especial. O amor é o fundamento do social, mas nem toda convivência é social (...) O amor é a emoção que funda o social: sem aceitação do outro na convivência não há fenômeno social” (Maturana, 1990: 22).

31 Economia Social quer dizer o setor da economia de um país que não é estatal nem privada. Portanto, o uso que proponho para a expressão fica restrito a este texto, pois não é o melhor, dado que, como explico em seguida, considero que a Economia Popular em geral faz parte, ainda que marginal, da economia do Capital em termos de relações sociais e de valores e expectativas.

sustentabilidade da vida (Arruda, 2006);

* um meio de geração de trabalho e renda para a gente excluída do mercado capitalista;

* um modo de resgatar a economia da posse, em que ser dono dos bens produtivos é uma situação transitória, função do trabalho oferecido, e não do capital que se investe;

* uma economia do suficiente, em que só se toma da natureza o necessário e só se consome bens materiais suficientes para sustentar o desenvolvimento da vida;

* uma economia cujas atividades estão subordinadas a objetivos eco-sociais;

* um caminho de emancipação do trabalho humano das cadeias da mera sobrevivência material e da relação social assalariada ou precarizada;

* um caminho para a democratização dos ganhos da produtividade, que leva à redução do tempo de trabalho necessário à sobrevivência física, liberando-o para o desenvolvimento dos potenciais humanos superiores;

* a visão de um sistema econômico inseparavelmente associado ao social, ao cultural, ao simbólico e ao espiritual.³²

Kraychete tem razão ao dizer que, ao longo do último século e meio, coletivos de trabalhadoras e trabalhadores desenvolveram diversas formas de trabalho que contestam a organização capitalista do trabalho, e que estas formas antecedem os nomes hoje adotados como referências de uma outra economia. Os nomes atuais buscam dar coerência à diversidade de práticas que contrariam a lógica e a ética do capital e tateiam em busca de convergência. Considero que não é por acaso que expressões como *economia solidária* ou *social solidária* e *economia do trabalho* têm se difundido amplamente, ao

32 Ver Dobradura do PACS sobre *Socioeconomia Solidária*, 2006. Ver também o ecotestamento de Philippe Amouroux em www.socioeco.org/documents.

ponto de serem hoje mais ou menos mundializadas. Elas correspondem à busca concreta, sobretudo depois do fracasso do social-estatismo na Europa Central e Oriental, de uma outra práxis econômica coerente com o projeto de emancipação social e humana.

O coração do sistema da propriedade privada e excludente é o lucro e a ilusão do crescimento exponencial da produção e consumo sempre maior de bens materiais. Portanto, um coração material e mecânico. É um coração economicista, que coisifica o ser humano e o reduz ao mero *homo oeconomicus* ou *homo consumens*. Tal visão se funda num conceito equivocado de ser humano: o do *indivíduo individual*, absoluto, superior a tudo e a todos, desconectado de todos e do mundo, com direito a subordinar para seu uso outros indivíduos e a própria natureza. Este economicismo nutre a ilusão de que o crescimento exponencial da produção e do consumo de bens materiais é possível e desejável. A cegueira em relação à destruição humana e ambiental que geram tais práticas, e as ameaças de extinção da própria vida no Planeta que dela derivam, parece ter contaminado a quase totalidade dos dirigentes empresariais e políticos do mundo de hoje. Daí a ausência de vontade política para tomar medidas eficazes de modificação do padrão de consumo, produção e propriedade que está na raiz de desastres cada vez mais iminentes.

A meu ver, a economia espontânea dos setores populares ainda está povoada pelo *homo oeconomicus* e *consumens*. A educação que o sistema do Capital realiza tem por finalidade treinar as pessoas a tomar este paradigma como natural e comportar-se de acordo com ele. Os mais importantes educadores deste sistema são os especialistas em *marketing*, em propaganda. Vejamos o que diz um brilhante economista norueguês-estadunidense do começo do século 20, Thorstein Veblen, a este respeito:

A produção de uma clientela através da publicidade se relaciona, decerto, com uma produção sistemática de ilusões estruturadas em virtude de ‘modelos de ação’ julgados úteis. O termo útil tem a ver aqui com o vendedor em benefício de quem se faz a produção

da clientela. Segue-se que os técnicos realizando este trabalho (...) são por assim dizer peritos e experimentadores em psicologia aplicada e têm uma tendência profissional a uma espécie de psiquiatria criativa. Suas atividades cotidianas visam necessariamente à manipulação criativa de hábitos e de desejos, e eles estimulam efeitos de choque, reações tropismáticas, baixos instintos, comportamentos forçados, idéias fixas, envenenamentos verbais. É um trabalho que tem por alvo todo um leque de fraquezas humanas – leque que floresce na obediência servil e conduz seus frutos às instituições para psicopatas. (Veblen, 1923).

Por sua vez, o coração do sistema socioeconômico da posse compartilhada e do trabalho humanizado como valor central é o próprio ser humano e seus potenciais de ser, saber e fazer.³³ Portanto, o coração é político e tem a ver com quem deve ter o poder de possuir os bens produtivos e de gerir o processo de produção e reprodução ampliada da vida. O ser humano, nesta perspectiva, é entendido como *indivíduo social*, portanto, pessoa indissociável dos seus contextos sociais e históricos, interconectada com todos e com tudo, desafiada a desenvolver com os outros relações de sinergia, cooperação, partilha e reciprocidade, e com a Natureza uma relação de co-participação, de solidariedade e de interdependência material e espiritual profunda.

A evolução da economia e do próprio ser humano não depende mais de um processo automático, mas de um ser consciente, reflexivo, com um sentido de altruísmo recíproco (na linguagem dos biólogos Gribbin) cada vez mais depurado. O coração da economia do trabalho, da solidariedade e da sustentabilidade da vida é o ser-

33 Trabalho entendido como “toda ação e processo transformador, criativo, libertador, orientado para o desenvolvimento da própria pessoa, de outras e da sociedade humana, pessoal e socialmente responsável, num sentido integrador de cada um consigo mesmo, com cada outro, com a sociedade e com a natureza” (Pacs e Casa, 1998:6-8). Ou, no sentido freireano, toda ação intencional e consciente que transforma o mundo da natureza em mundo da cultura, em mundo humano.

relação que nós somos, o ser multidimensional, capaz de atos de liberdade, de generosidade, de partilha e de mutualidade. Estas são as relações que viabilizam a passagem do *homo consumens* ao *homo convergens* (Arruda, 2005: 58); da economia popular para a economia solidária; da economia do lucro e do mercado ‘auto-regulado’ à economia das necessidades e da produção de valores de uso, ao desenvolvimento a serviço do social e do humano, em harmonia com o meio natural; do emprego ou do trabalho precarizado, como única via para garantir a sobrevivência física, ao trabalho autogestionário, solidário, livre, emancipado; da solidariedade como eufemismo, à solidariedade consciente, que inspira a escolha do altruísmo recíproco, da generosidade, da amorosidade. Este desafio se destina não apenas aos trabalhadores da economia popular, mas também a nós, educadores.

II. Economia solidária no Brasil: etapa ainda inicial

A realidade dos empreendimentos do campo da Economia Solidária no Brasil é muito ainda precária. É o que revela o mapeamento desses empreendimentos realizado pela SENAES com a participação do FBES. A realidade é que a ES no Brasil, e talvez na maior parte do hemisfério Sul, ainda se encontra na infância.

Gabriel Kraychete analisa atentamente os resultados do mapeamento e observa duas debilidades a serem enfrentadas: uma, que “os grupos se ressentem [da ausência] de um maior apoio de instituições e agentes que estimulem a elaboração e o entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos, considerando simultaneamente os aspectos econômicos e associativos.” O outro, a urgência de promover, no âmbito de políticas públicas especialmente dirigidas ao fomento da ES, “a preparação de instituições

34 Ver texto de Gabriel Kraychete, neste livro.

públicas e de ensino visando à formação de educadores ou agentes de desenvolvimento desta economia aptos a prestarem uma capacitação apropriada a este tipo de organização social.”³⁴

Dificuldades e contradições neste estágio

O estágio inicial do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil é marcado por dificuldades tanto objetivas quanto subjetivas, tanto externas quanto internas aos empreendimentos e às redes. Enunciamos as mais prementes, com base na análise de Kraychete e na nossa própria práxis:

a) No campo da práxis socioeconômica:

* *Consumo ético e sustentável* ainda muito limitado: há poucas iniciativas e redes de consumidores solidários, que tenham adotado um padrão de consumo frugal, consciente, sustentável; as dificuldades de criar pontes entre produtores do campo e consumidores da cidade incluem comunicação, transporte, custos e pouca capacidade de gestão; a participação das redes de economia solidária em campanhas nacionais e internacionais de movimentos de consumidores ainda é débil ou nula; falta entre os setores que consomem bens e serviços conhecimento e informação sobre a relação entre crescimento econômico, consumo e meio natural; assim, o consumo ainda não tem força suficiente para influir na mudança dos rumos da produção, do comércio e da tecnologia;

* *forma de organização ainda precária*: a maior parte dos empreendimentos são associações (54%), seguidas de grupos informais, sem proteções e garantias legais (33%) e só depois cooperativas (11%), que são a forma mais evoluída e institucionalizada de iniciativa econômica alternativa; apenas 1% corresponde a fábricas recuperadas dos donos capitalistas em estado de falência, que passaram para o campo da autogestão;

* *a motivação predominante ainda é a fuga da precariedade*:

busca de alternativa de trabalho face ao desemprego (45%), busca de fonte complementar de renda (44%), possibilidade de obter maiores ganhos (39%), e busca de atividade em que todos são donos (31%);

* *pouca diversidade de atividades e de produtos*: as atividades de produção e comercialização de produtos da agropecuária, extrativismo e pesca predominam (40%), seguidas pela produção e serviços de alimentos e bebidas e produção de artesanato;

* *debilidade ou ausência do mercado solidário*: apenas 9% dos empreendimentos realizam trocas e vendas com outros empreendimentos ou redes solidárias, revelando que a grande maioria depende dos mercados do capital para a comercialização dos seus produtos;

* *carência de empreendimentos de finanças solidárias*: uma vez resolvida a questão da produção, os dois maiores problemas são o acesso ao crédito e a comercialização: nossa experiência é que há uma diversidade de formas solidárias de geração de recursos financeiros para viabilizar a produção e a comercialização, desde a criação de iniciativas de poupança e crédito solidário até as trocas solidárias diretas ou utilizando moedas complementares para estimulá-las. Mas tais iniciativas ainda são poucas e incipientes no caso do Brasil; a mais bem sucedida, o Banco Palmas em Fortaleza, Ceará, tem servido de referência para a multiplicação de bancos comunitários em outros estados;

* *deficiências na ação de redes e fóruns, e carência de cadeias produtivas solidárias*: todas indispensáveis para o êxito dos empreendimentos para além do mercado capitalista, e para o desenvolvimento de um sistema socioeconômico solidário;

* *falta de acesso a recursos públicos*: a maior parte dos recursos públicos que percolam para a sociedade são dirigidos a empresas privadas grandes e médias; os empreendimentos populares estão geralmente reduzidos aos seus próprios recursos ou são beneficiados por ações pontuais e localizadas;

* *falta de acesso à comunicação*: a informação reflete a estru-

tura cada vez mais oligopólica da economia como um todo, oferecendo uma leitura enviesada da realidade, naturalizando e banalizando a competição, a violência, o estado de guerra, a suspeita e a desconfiança, o medo e o egoísmo extremado. As entidades populares e de assessoria são desafiadas a construir seus próprios meios e redes de comunicação, a atuar elas próprias como centros irradiadores de uma visão complexa, dinâmica e evolutiva da vida, do ser humano e das relações sociais, e a facilitar o empoderamento das camadas populares para o exercício ativo e crítico da cidadania e do autodesenvolvimento;

** falta de legislação democrática para a economia solidária e o cooperativismo:* o trabalho para criar marcos legais que protejam, estimulem e promovam a economia social começa a dar resultados em alguns municípios e estados, mas está longe de ver correspondidos todos os seus esforços.

b) No campo da formação

É evidente que, por trás de quase todas as dificuldades e obstáculos mencionados existe a carência de formação adequada para que trabalhadoras e trabalhadores das economias popular e solidária tenham êxito sustentável nas suas iniciativas, na formação de redes de colaboração solidária e na construção da Economia Solidária centrada no Trabalho e na Criatividade humanos como sistema:

** gestão democrática e viabilidade socioeconômica e ambiental:* a maioria dos empreendimentos carece de noções essenciais de gestão democrática e viabilidade socioeconômica para garantir a sustentabilidade. O desconhecimento do ponto de equilíbrio, a ausência de reservas para manutenção e depreciação, as dificuldades ligadas à gestão do orçamento e à solução de conflitos internos relacionados com a autogestão, a visão localista e imediatista, o desconhecimento dos problemas sócio-ambientais que ameaçam a humanidade, e cuja solução tem a ver com o comportamento de cada pessoa, família e comunidade, são algumas evidências dessa debi-

lidade;

* *compreensão da importância da tecnologia*: a apropriação de conhecimentos científicos e técnicos pelo mundo do trabalho permitirá a geração de tecnologias adequadas às suas necessidades, que geram valor agregado, aumentam a produtividade do trabalho e, em contexto democrático, participativo e solidário, constituem caminhos de emancipação do trabalho e de sustentação da vida;

* *conhecimento dos direitos individuais e sociais* garantidos pela Constituição e por outras peças de legislação;

* *superação da prática dos valores da sociedade dominante*: a maioria dos processos de formação ainda ignoram o fato de que os valores que permeiam a cultura do Capital – egocentrismo, competição como forma principal de relação interpessoal e social, apetite para acumular ou desejar bens materiais como se este fosse o caminho da felicidade etc. – estão presentes também no campo das economias popular e solidária e se manifestam no cotidiano da vida dos trabalhadores e dos empreendimentos. Uma *mudança de esquema mental se faz necessária!* Não temer a contradição, o conflito, a crise, o sofrimento e a luta, pois elas são condição de renascimento. Assumir o desafio de considerar-se como uma arena de luta permanente entre o velho e o novo homem, a velha e a nova mulher. Desenvolver a atitude de trabalho interior para ir sempre mais além da consciência atual, no sentido de cada vez maior coerência entre o discurso e a prática, entre a intenção e a ação. Ser humilde na relação com os outros e com a Natureza. Todas estas são condições indispensáveis da práxis emancipadora, mas estão geralmente ausentes dos programas de formação.

III. Economia e educação solidárias como vias de autodesenvolvimento

Formação e Educação solidária

O termo *formação*, que significa dar forma, pode também ser entendido como colocar na fôrma. Prefiro falar em *educação cooperativa*, ou *educação solidária*, para referir-me a uma educação que visa contribuir para o empoderamento e a emancipação dos participantes. Trata-se da educação que parte dos saberes e da prática dos educandos, e tem três objetivos complementares:

* apropriação do saber acumulado e já sistematizado através da transmissão da informação e das habilidades (habilitação);

* desenvolvimento das capacidades necessárias para fazer a crítica daqueles conhecimentos (capacitação); e

* apropriação dos instrumentos, conhecimentos e atitudes que propiciam a criação de novos conhecimentos para um novo fazer do mundo e de si próprio (poiese e autopoiese).

A educação solidária, nesta perspectiva, consiste na construção de *sujeitos individuais e coletivos do seu próprio desenvolvimento e educação*. Mesmo usando o termo *formação* para nos referirmos a esta educação, é importante explicitar que ele significa um processo educativo que visa à emancipação, e não à domesticação dos participantes.

Educação e desenvolvimento

Na minha opinião, a economia e mesmo a educação, embora possuam fins em si, em termos estratégicos não passam de meios para um fim maior e mais sublime, que é o desenvolvimento dos potenciais, capacidades, talentos, recursos, atributos e sentidos de que são portadores os participantes e, mais adiante, do povo e da Nação. Portanto, o desenvolvimento *integral* – pessoal, comunitário, social – é o objetivo maior e mais abrangente da educação emancipadora. Ligada ao processo de desenvolvimento, esta educação não pode

35 O conceito de *indivíduo social*, usado por Karl Marx ao longo de suas obras, expressa bem a realidade do ser-relação que somos, um ser ao mesmo tempo individual e social.

ser concebida como um espaço separado do da práxis social e produtiva dos participantes.

Desenvolvimento é, pois, um processo *endógeno*, que precisa de condições ambientais propícias, mas cuja força motriz está no próprio sujeito – *o indivíduo social*³⁵ – e não no seu exterior. Tendo o ser humano o potencial de desenvolver-se sempre mais além de onde já chegou, para Paulo Freire o desenvolvimento é uma *vocação ontológica e histórica* do ser humano. A educação provê os meios gnosiológicos para que a pessoa e as comunidades humanas possam gerir o seu próprio desenvolvimento.

Desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano e social

Não vamos discutir aqui a ilusão intencional promovida pelo sistema do Capital de identificar crescimento econômico com desenvolvimento. Digamos somente que, para a Economia Solidária, o desenvolvimento econômico e tecnológico,³⁶ tão importantes para elevar sempre mais a qualidade da vida humana e reduzir o dispêndio de energia na manutenção e reprodução da vida, não são tomados como fins, mas somente como meios para tornar sempre mais pujante e pleno o desenvolvimento humano e social. O desenvolvimento humano tem a ver com os potenciais de cada pessoa; o social, com as capacidades, recursos, potenciais dos coletivos humanos. O desenvolvimento social parte, portanto, de duas realidades interligadas: a de que a diversidade de capacidades, recursos e potenciais dos seres que constituem aquele coletivo social é imensa e deve ser respeitada e cultivada; e a de que, em consequência dessa diversidade

36 Desenvolvimento é um processo distinto do mero crescimento econômico. Crescimento tem a ver com quantidade de riquezas e bens materiais produzidos e consumidos. Está relacionado com as necessidades básicas do corpo humano. Desenvolvimento tem a ver com a qualidade, com o desdobrar dos potenciais físicos, mentais, psíquicos e espirituais de cada pessoa e coletividade. Tem a ver com liberdade. São duas noções e processos distintos, dialeticamente interligados. O primeiro é marcado pelos limites que lhe impõe a Natureza. O segundo é ilimitado.

de, o coletivo pode considerar-se possuidor de uma imensa riqueza humana, dado que a riqueza de cada um é complementar à riqueza de cada outro membro daquela sociedade.

O mundo está cada vez mais perto do entendimento de que uma condição indispensável para que o desenvolvimento humano e social se realizem de modo sustentável, ao longo do tempo e das gerações, *é que a economia não cresça indefinidamente*, como se estivesse com câncer, mas apenas até o ponto da maturidade – aquele em que ela produz e distribui equitativa e sustentavelmente a quantidade suficiente de bens materiais para suprir as necessidades de todas as pessoas que compõem a sociedade. Na situação de profunda desigualdade em que o mundo se encontra hoje, não há outro caminho senão *que o Norte rico pare de crescer e as classes ricas do Sul parem de acumular riquezas materiais*; que ambos invistam em manter e aumentar o bem-viver próprio e do conjunto da sociedade, e contribuam para a partilha adequada dos recursos e saberes capazes de garantir a manutenção e a reprodução ampliada e harmônica da vida em todo o planeta.³⁷ A chave para que ninguém sofra de carências e necessidades não supridas é que todos cuidem de todos. E este cuidado vem da atitude de cada um – pessoa, comunidade, povo – de *dar* atenção às necessidades do outro, renunciar ao que possui em excesso para suprir o que é carência do outro. O retorno é certo, e geralmente ultrapassa o valor material do que é dado!

É aqui que emerge, com toda a clareza, o papel crucial da educação, da formação para o desenvolvimento de uma economia responsável, plural, solidária e sustentável. Trata-se de ajudar o ser humano a tornar-se sujeito pleno do seu próprio desenvolvimento,

37 “A Educação da Práxis, afirmando a natureza simultaneamente individual e social do *Homo*, promove um ambiente cognitivo e social em que prevalece o altruísmo, não apenas como valor e como ética, mas também como o modo natural, racional e mais inteligente de preocupar-se consigo mesmo: ver-se como parte de uma totalidade mais ampla (...) entende que, sendo cooperativo e solidário, cada um *dá* atenção e se preocupa com o bem estar dos outros e, ao mesmo tempo, *se beneficia* da atenção e da preocupação de todos os outros com o seu próprio bem estar. Este é o chamado ‘jogo ganha-ganha’ da teoria dos jogos.” (Arruda, *no prelo*).

enquanto pessoa e coletividade, sujeito da atividade econômica, porque possui os meios e os recursos para responder às necessidades próprias e alheias, e para garantir a reprodução ampliada e sustentável da vida; e porque tem a liberdade para aplicar nesses meios o seu trabalho, saber e criatividade.

Desenvolvimento e luta pela sobrevivência

Na vida dos trabalhadores dos setores populares, desenvolvimento é um desafio aparentemente transcendental. A situação atual do mundo do trabalho é dramática e, para muitos, crítica. Quem está empregado com carteira assinada trabalha geralmente sob pressão e com medo da demissão, dedicando horas-extras nem sempre remuneradas, a fim de garantir o emprego; 57% da população ocupada está na informalidade (IBGE) e grande parte dos trabalhadores da economia popular e da economia solidária estão presos à mera sobrevivência. Levando em conta a situação ainda incipiente e precária da maioria dos empreendimentos, a formação teria que concentrar-se, inicialmente, na construção das condições básicas para a geração de rendimento e, simultaneamente, para a garantia da sustentabilidade dos empreendimentos.

O horizonte dessa formação, porém, é grandioso. Trata-se de motivar e estimular os educandos para a luta por duas grandes metas: uma, a superação do sistema de propriedade excludente dos bens produtivos; a outra, a democratização dos ganhos da produtividade. No sistema da propriedade excludente, quem se apropria destes ganhos são os donos do capital, à medida que substituem trabalho humano por máquinas cada vez mais inteligentes. No sistema da posse compartilhada dos bens produtivos, a substituição do trabalho humano por máquinas (que resulta na mesma ou maior produção com menos tempo de trabalho necessário) permite, por um lado, que se compartilhem os ganhos monetários ampliados, seja com todos que contribuíram para gerá-los no interior da empresa, seja com a sociedade através de contribuições fiscais ou investimentos sociais diver-

sos; e, por outro, que os trabalhadores compartilhem entre si a quantidade de tempo liberado do trabalho produtivo; isto quer dizer redução do tempo de trabalho necessário sem perda de remuneração ou, noutros termos, crescente emancipação do trabalho, do saber e da criatividade dos trabalhadores.

Desenvolvimento solidário e sustentável

A compulsão do crescimento da produção, do consumo, dos rejeitos e do desperdício são marcas da economia do Capital. Aquecimento global, quebra do equilíbrio delicado e complexo dos ecossistemas, resultando na sempre mais acelerada destruição da biodiversidade, tendência ao esgotamento dos combustíveis fósseis mais acelerada do que o desenvolvimento de fontes alternativas e renováveis de energia, desmatamento e outras formas de destruição de mananciais aquíferos, resultando em escassez crescente de água potável para uma população mundial em ascensão exponencial, desertificação, poluição industrial dos solos, águas, ar e oceanos, tudo isto forma um quadro ameaçador para a sustentabilidade da vida. De novo, uma *mudança de esquema mental* é necessária e urgente, no sentido de tornar possível o que parece impossível:

a) a definição de metas de decrescimento econômico no triplo sentido da ecologia profunda:

i. economizar bens naturais consumindo menos ou apenas o suficiente;

ii. reutilizar, e não descartar, tudo aquilo que ainda esteja em condições de uso;

iii. reciclar tudo aquilo que já não está em condições de uso.

38 Desafio interessantes para nós, economistas: o desenvolvimento de outra teoria de preços, tendo como pressupostos a solidariedade entre parceiros do intercâmbio e a harmonia com o meio natural.

b) livrar-nos do apego aos bens de consumo;

c) adotar novos padrões de consumo e produção, concentrando na geração de energia a partir de fontes renováveis;

d) desenvolver sistemas de preços que levem em consideração os custos totais (financeiros, laborais, fiscais, sociais e ambientais);³⁸

e) vivenciar a ética da co-responsabilidade, que postula ser bom tudo que ajuda a vida a se manter e a evoluir, e é matriz de um novo comportamento para as pessoas, as empresas, os governos, e as instituições financeiras;

f) recuperar o sentido de comunidade: compreendermos que somos *um* com os outros e o meio natural nos leva a cuidar do outro e do ambiente não apenas pelo altruísmo recíproco, mas também porque sabemos que o outro e o ambiente vão cuidar de nós;

g) desenvolver a ecoespiritualidade, ou a espiritualidade do lar e dos habitantes do lar, aquela que promove a harmonia comigo próprio, com os outros e com a Natureza, aquela que emana de um interior pacificado e que serve de base para uma ecologia exterior fecunda (Egger, 2005: 25).

Educação da Práxis: do senso comum ao bom senso³⁹

Como bem explica Kraychete, a lógica dos empreendimentos populares é diferente da lógica do capital e do mercado. Na perspectiva que mencionei, da formação como elemento-chave na transição da economia popular para a Economia Solidária, os empreendimen-

39 “A Educação da Práxis oferece visão e metodologia para o educando e o educador que desejam construir-se sempre mais além. É uma educação voltada para a integralidade do *Homo* e do seu ecossistema. Está referida não apenas à sua realidade atual, mas aos seus potenciais e atributos subjetivos e objetivos a desenvolver, enquanto indivíduo e coletividade. A diversidade de aspectos e dimensões do seu ser pessoa e sociedade abre possibilidades infinitas ao ser *ser mais*, porém é também fonte de conflito e contradição.” (Arruda, *no prelo*)

tos populares ainda manifestam uma visão apenas tática da sua inserção econômica. O senso comum que lhes é peculiar inspira iniciativas que geram trabalho e renda para melhorar no imediato suas condições de existência. Um salto de consciência no sentido de um autoconhecimento que vá além do mero corpo físico e das suas necessidades materiais, e além do espaço-tempo de sua existência pessoal, geralmente resulta da práxis do trabalho e da luta social. Práxis no sentido de prática refletida criticamente, situada nos diversos contextos espaço-temporais que a envolvem. Na linguagem de Gramsci, o bom senso, ou sentido crítico e criativo, e a visão estratégica do desenvolvimento humano e social emergem desta *educação da práxis*, (Arruda, 2005: 169⁴⁰. E são eles condições indispensáveis para a subjetivação dos educandos – o tornar-se sujeitos conscientes, críticos e criativos do seu próprio desenvolvimento. Este é, em última instância, o grande objetivo da educação emancipadora, que aqui estamos chamando de formação.

IV. Estratégias de formação em economia solidária e desenvolvimento

Na discussão acima, propus que o desenvolvimento da pessoa, da coletividade e da Nação é o sentido maior tanto da ação econômica e do trabalho formativo. Para falar de estratégias de formação, temos, portanto, que ter claro que toda atividade formativa, na perspectiva emancipadora, deve focalizar o autodesenvolvimento inte-

40 “Trata-se da apropriação da educação como relação de mútuo ensino e aprendizagem e como caminho de construção de sujeitos históricos. A Educação da Práxis supera os conceitos meramente funcionais ou estruturais da educação (...) propõe uma práxis educativa de caráter permanente, *omnilateral* (...) e *monidimensional*”. (168) Sobre o educador da práxis: “seu objetivo é que os educandos desenvolvam sua própria capacidade de *conhecer e agir criativamente* no seu respectivo campo de saber, trabalho e vida até o ponto em que possam igualar ou mesmo superar o próprio educador. Este seria, talvez, o critério mais apropriado para avaliar o êxito ou fracasso de uma ação, processo e agente educativos”. (169)

gral e sempre mais pleno da pessoa da trabalhadora e do trabalhador, dos seus coletivos familiar e de trabalho e, mais adiante, das coletividades humanas mais abrangentes, até a Nação e o planeta. O objetivo abrangente é, portanto, triplo:

1. a construção de empreendimentos formados por pessoas imbuídas do espírito cooperativo e solidário e das capacidades e conhecimentos para levar à prática uma economia da partilha, da justiça e da solidariedade;

2. o desenvolvimento de cadeias produtivas e redes de colaboração solidária, que sirvam de contexto relacional cada vez mais determinante das atividades dos empreendimentos;

3. a construção de um sistema orgânico de economia social que ganhe espaço na realidade e no imaginário da sociedade até tornar-se a forma mais desejável de relações sociais de consumo, de produção e de reprodução ampliada da vida.

A formação enquanto Educação da Práxis, conforme explicamos há pouco, é fator essencial desta passagem do senso comum ao bom senso, da solidariedade espontânea à solidariedade consciente, da alienação relacionada com o mundo das necessidades materiais ao reino da liberdade. Esta educação forma uma tríade indissociável com o trabalho na esfera cotidiana, e a luta social, na esfera utópica⁴¹. Há uma questão inescapável: a transição predominará de forma gradual, ou preparará um momento de ruptura e morte, como condição do renascimento?

Estratégias múltiplas de formação

As estratégias de formação variam conforme o tipo de participantes dos cursos e seus contextos espaço-temporais ou sócio-histó-

⁴¹ Para mim a Utopia como projeto transformador é a guia da autêntica Política, que defino como *a arte de tornar real o possível e tornar possível o sonho impossível* (Arruda, *no prelo*, *Introdução*).

ricos. Não pode haver uma só estratégia que sirva para todos. Trabalhadores da economia popular têm um nível de escolaridade frequentemente muito baixo, alguns chegam a ser analfabetos em termos linguísticos. Além disso, estão em geral tão absorvidos com a luta pela sobrevivência que não encontram tempo e disposição para participar de cursos de formação. A motivação pode vir de familiares ou amigos. Os cursos têm que estar vinculados à sua situação de trabalhadores informais e às suas necessidades mais prementes. O método tem que consistir numa íntima interação entre a educação, o trabalho e a vida que levam. Trabalhadores da Economia Solidária, por sua vez, ainda que tendo escolhido o caminho da cooperação e da partilha, também precisam de formação, de capacitação e de reciclagem de conhecimentos e aptidões. Jovens e adultos anseiam por avançar para graus sempre mais elevados de formação de competências. O desafio da formação em Economia Solidária e desenvolvimento é, na verdade, permanente.

O conhecimento geral relativo à situação atual do Brasil e do mundo, bem como dos fatores objetivos e subjetivos responsáveis pelas desigualdades sociais, pelas injustiças e pela precariedade da vida da maioria da população são todos essenciais. Mas a tentativa de iniciar com eles a formação de trabalhadores da economia dos setores populares levou ao esvaziamento de algumas experiências formativas. A pressão da luta pela sobrevivência pesou mais do que a sede de saber mais. São inúmeras as ocasiões em que participantes deixam de vir a sessões de formação por falta de dinheiro para o transporte. Para outros, porém, este tem sido o melhor ponto de partida, em particular quando é tratado de forma participativa, tomando como referência a prática dos participantes.

Incentivo material e ligação com o cotidiano facilitam a formação

Entidades de assessoria têm conseguido realizar atividades de formação oferecendo aos participantes um pequeno subsídio na forma de transporte e alimentação. Isto viabiliza a continuidade dos

cursos e o avanço na consciência, no conhecimento e na motivação para a ação cresce na mesma proporção. Quando há subsídio e a formação não pesa no minguado orçamento doméstico, a participação é entusiasta em temas como a economia das mulheres, e como as políticas econômicas do governo e a ação do grande capital incidem na vida delas. Este é o caso de mulheres que ainda não estão organizadas em empreendimentos produtivos.⁴² A incidência da realidade macro sobre o cotidiano delas permite que trabalhem as várias dimensões da realidade, transcendendo, sem maior dificuldade, a visão apenas local e imediata. O curso serve de motivação para que cheguem a apropriar-se do desafio de tornar-se protagonistas do seu desenvolvimento pessoal e comunitário, da sua própria economia familiar e da economia do país. O resultado tem sido múltiplo: no plano pessoal e familiar, elas ganham um protagonismo que nunca tiveram e começam a liderar ações de desenvolvimento que antes não chegavam a cogitar; no plano econômico, unem-se a outras para iniciar atividades que contribuem para a manutenção própria e da família; no plano organizativo, ingressam em movimentos populares mais abrangentes, como a Marcha Mundial das Mulheres e a Assembleia Popular.

A situação como ponto de partida

O Brasil de hoje faz parte de um mundo em convulsão. De todos os lados se levantam as crises, ou tendências a crises: social, financeira, da violência armada, do meio ambiente⁴³, da educação, da saúde, da ética, do sentido da vida, da própria civilização. No

42 Esta prática, desenvolvida pelo PACS, está sistematizada em diversos registros e fichas, disponíveis a pedido, pela internet: mulheres@pacs.org.br ou pelo telefone, 21 2210 2124 – falar com Duda Quiroga ou Sandra Quintela.

43 Esta é uma das tendências de crise global mais prementes, envolvendo uma aceleração exponencial do aquecimento global, a poluição e a destruição de mananciais e aquíferos, a contaminação dos solos, o desflorestamento acelerado, e a ameaça de crise energética com a aproximação do fim dos combustíveis fósseis em três ou quatro décadas. Ver Arruda, 2006: 13; 18-24.

momento mesmo em que a direita mais perniciosa ao Brasil e ao povo é derrotada nas urnas, surgem os sinais de que o segundo mandato de Lula pode ser ainda pior para o Brasil do que o primeiro: a promessa de crescimento econômico vem amarrada à sinalização de uma política de industrialização acelerada e a qualquer custo via grandes projetos, a acusações contra os indígenas, contra os que exigem políticas de defesa do meio natural, contra os que lutam pela auditoria das contas públicas com o exterior, contra os que defendem o território e a economia nacionais contra a presença predadora de capitais estrangeiros, contra os que desejam um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento para o Brasil. Este é o ponto de partida: recusar e resistir à ideologia do crescer a qualquer custo, mesmo que aprofundando a dependência de capitais externos, mesmo destruindo o patrimônio público e natural do país.

A economia dos setores populares tem sido, em muitas situações, uma economia do desespero. Trata-se de sobreviver a qualquer custo, com ou contra o outro, adaptando-se às regras que dominam a economia atual: regras que favorecem quem é proprietário de capital, a fim de que aumente sempre mais suas propriedades, privando e excluindo do direito de possuí-las. Competir, olhar o outro como adversário ou inimigo, esmagá-lo ou ele me esmaga, esta é a regra que domina as relações na sociedade brasileira, em especial nas grandes cidades. Sobreviver com violência à violência que me cerca. As crianças e jovens aprendem diariamente estas lições no rádio e na televisão, vêem-se forçadas a saber como são feitos os crimes mais bárbaros, a praticar corrupção quando detiverem cargos públicos e ou ocuparem uma gerência de uma grande empresa ou de um banco, a aprender nos jogos eletrônicos a atirar e matar, a tomar toda violência como natural e, diante de qualquer desentendimento, a pegar uma arma e apontá-la contra o Outro... Este é o contexto em que um trabalhador ou uma viúva iniciam uma atividade econômica fora do mercado de trabalho dominado pela sede de lucro, a fim de garantirem sua sobrevivência com suas famílias.

O governo Lula não parece ter-se dado conta de que redistribuir renda e riqueza não é um desafio apenas conjuntural, que se resolve com programas benevolentes. Erradicar a fome, a miséria, o analfabetismo, a pobreza, exige a coragem e a ombridade de quem está disposto a correr risco para realizar um ideal superior: é preciso adotar três políticas complementares, capazes de compor uma constelação transformadora e libertadora – primeira, uma *reforma fiscal e tributária* progressiva, que dê prioridade às dívidas social e ambiental e que obrigue a cidadania a pagar impostos em proporção direta do seu patrimônio e da renda que auferir; segunda, a *democratização da propriedade dos bens produtivos* (terra, fábricas, usinas, empresas, lojas para quem nelas trabalha!) e *do acesso aos recursos naturais* para a garantia da vida; e terceira, a *autogestão e cogestão do desenvolvimento pelos próprios portadores dos potenciais, sentidos e recursos a desenvolver*.

Estas são propostas que fazem parte da agenda do movimento pela economia solidária. A primeira é dirigida aos três poderes da República e depende deles para concretizar-se; a segunda é um compromisso estruturante da própria Economia Solidária, ainda que necessite do apoio do governo para institucionalizar-se em pleno direito; a terceira depende da própria sociedade tomando em mãos seu desenvolvimento. A primeira realiza a função redistributiva do Estado sem tocar nas bases do sistema de propriedade privada que caracteriza o capitalismo. A segunda e a terceira, porém, substituem justamente duas das suas vigas-mestras, a propriedade e a gestão excludentes, institucionalizadas e naturalizadas pelo sistema do Capital, que dão direito de acumulação ilimitada de propriedade a uns em prejuízo e à exclusão de muitos outros. Situa-se aí o fundamento sistêmico das desigualdades sociais. E o que tem sido chamado Economia Solidária, ou Economia do Trabalho, tem a virtude de introduzir uma nova racionalidade nas relações sociais de produção, praticando formas partilhadas de posse e gestão da produção, distribuição, finanças e consumo. Por isso, sabemos que só será tolerada pelo sistema domi-

nante enquanto não ameaçar sua existência enquanto sistema. E precisamos de estratégias claras e consensuadas para avançar nessa luta.

O estudo da situação do Brasil e do mundo, das instituições e das relações sociais e ambientais, que são o contexto sócio-histórico no qual se situam os educandos, suas famílias e comunidades é, pois, um bom ponto de partida de qualquer processo formativo. Associado a ele, a pesquisa da situação concreta dos educandos nas esferas familiar e comunitária é, como veremos adiante, um passo metodológico importante. Aprendem a observar e interpretar sua realidade imediata e, mais tarde, a situá-la nos contextos mais abrangentes que influem sobre ela.

Desconstruindo e reconstruindo conceitos

Nossa prática de educação popular, inclusive com trabalhadores do campo, tem comprovado que o trabalho de desconstruir e reconstruir conceitos é essencial para a formação de agentes da Economia Solidária. A condição é buscar, através do diálogo com os participantes, o conteúdo que eles dão a cada conceito, a partir da sua vida e trabalho. Cabe ao educador guiá-los nesta reflexão, contextualizando-os histórica e sociologicamente e, assim, abrindo horizontes para outros sentidos possíveis a serem estabelecidos pelo diálogo coletivo. O principal objetivo é ajudá-los a romper com a dimensão simbólica do paradigma dominante, desvelando que o mundo dos conceitos que marca a cultura do Capital *naturaliza* relações que são culturalmente produzidas, como:

- * a Economia, reduzida à atividade de acumular lucros e riquezas materiais, e promovida ilusoriamente a finalidade e sentido da vida humana;

- * o Trabalho Humano, reduzido à mercadoria e a mero fator de produção;

- * a Propriedade, tornada dogma intocável e direito de alguns contra a privação dele para a maioria;

* o Desenvolvimento como a corrida sem fim pela máxima industrialização e pelo máximo lucro realizado no Mercado total que é o mundo;

* o Ser Humano, como indivíduo absoluto, que nasce rico ou pobre pela vontade de Deus e tem que competir com todas as armas por um lugar de destaque, ou será um perdedor;

* o Capital e o Mercado, apresentados como personalidades e seres pensantes;

* a Democracia, reduzida ao ato de escolher representantes em tempos de eleições.

Apesar de ser, muitas vezes, um exercício emocionalmente difícil e mesmo doloroso, porque revela o grau de fechamento da consciência para o mais profundo e concreto do Real, tem um potencial criativo e empoderador. A formação tem que pautar estes e outros conceitos, examinando-os a partir da vida dos participantes e do educador, a fim de romper com seu sentido comum e estimular os participantes a redefini-los.

Gestão e viabilidade econômica

No caso de participantes de empreendimentos econômicos populares que iniciam a formação, o primeiro passo tende a ser necessariamente a gestão e a viabilidade dos empreendimentos de economia popular e solidária. Esta estratégia integra dois campos simultâneos do programa formativo: a capacitação técnica para levar adiante a iniciativa de forma sustentável, e as questões associativas, isto é, aquelas relacionadas com a propriedade familiar ou coletiva do empreendimento, a autogestão, a solução de conflitos e contradições, os valores do trabalho em cooperação, da partilha, e da solidariedade, e os conceitos de direitos econômicos, de democracia econômi-

44 O texto de Kraychete apresenta com riqueza de detalhes a metodologia da formação em gestão democrática e viabilidade econômica desenvolvida pela CAPINA ao longo de muitos anos.

ca, de economia solidária.⁴⁴ Além do aspecto prático, de partilhar, num tempo relativamente curto, conhecimentos essenciais para o êxito dos empreendimentos e a melhora da vida e do trabalho dos participantes, este conteúdo formativo abre portas para uma diversidade de outros campos, sem se descolar da prática de trabalho dos educandos.

Metodologia da Práxis na formação solidária

Na formação – formal e, sobretudo, não formal – de jovens e adultos que participam de empreendimentos de Economia Solidária, tenho utilizado a estratégia que associa a formação em Economia Solidária com a formação para o desenvolvimento comunitário e para a autoformação. O objetivo das três é a crescente autonomia, auto-gestão e solidariedade dos sujeitos e entre eles. Metodologia significa estabelecer um conjunto de objetivos em comum e os meios para realizá-los na prática. Sua construção envolve um acordo ou contrato social, no qual cada um e todos os membros assumem responsabilidades por tarefas e contribuições específicas, e co-responsabilidade no cuidado de cada outro e do conjunto. Chamo Metodologia da Práxis aquela que se baseia numa combinação dinâmica e criativa de ação e reflexão, prática e teoria, cotidiano e história, pessoa e sociedade. Ela propõe caminhos para articulá-las de forma progressiva e inovadora. Em todo o processo, a interação dialógica entre educador e educando é permanente, pois ambos buscam aprender do processo educativo compartilhado. Esta formação tem por finalidade prática, para além da aprendizagem teórica e vivencial, a ação transformadora.

A aprendizagem se dá em dois ciclos. Um, que articula na esfera do pensamento: visão, objetivos, pesquisa, planejamento, ação, avaliação, sistematização. O outro, que se inicia com a situação da comunidade ou da empresa no momento em que ela se reúne para pensar e planejar junto e, através de ações cotidianas coerentes com estratégias guiadas pelo objetivo geral, constrói na prá-

tica aquilo que a comunidade visualiza como seu projeto abstrato. Ambos os ciclos podem ser representados por espirais que se movem para a frente e para cima, num movimento não linear, que envolve fluxos e saltos para a frente, mas também às vezes para trás. Sua resultante, porém, ou o resultado desejado, é o desenvolvimento sempre mais pleno dos potenciais e atributos e do bem viver de cada participante e da comunidade como um todo, em harmonia com seus contextos maiores, a Nação, o meio natural, o planeta.

Campos de atividade econômica responsável, plural e solidária

Enunciemos os campos interconectados a incluir em um processo de educação solidária:

1. consumo ético e responsável;
2. produção autogestionária;
3. distribuição e comercialização eqüitativa;
4. finanças solidárias e moedas complementares;
5. pesquisa e desenvolvimento de tecnologias apropriadas, democratizadas e ecologicamente sustentáveis;
6. educação solidária;
7. informação e comunicação em diálogo;
8. legislação, marco jurídico e regulações nacionais e internacionais de fomento e proteção à economia social;
9. políticas públicas e relação Estado-Sociedade em contexto de democracia direta: direitos e deveres das Sociedades Política, Civil e Militar;
10. ética, cultura e transformação pessoal e interpessoal.

Passos do processo de economia-educação-desenvolvimento

A aprendizagem da solidariedade na educação, na atividade econômica e no desenvolvimento pessoal e comunitário se dá, como

vimos acima, em dois ciclos interligados: um, do pensamento, que articula visão, objetivos, pesquisa, planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização, desdobrando-se na esfera do projeto abstrato; o outro, da ação, que articula o pensar, planejar e executar ações coerentes com a estratégia e os objetivos definidos no primeiro ciclo, para transformar em concreto o projeto abstrato. Eis os passos desta formação para a ação transformadora, seja a atividade econômica do empreendimento, sejam as ações de desenvolvimento comunitário:

1. *Compartilhar uma visão*: a visão do projeto de longo prazo – de atividade econômica, de desenvolvimento comunitário ou de educação solidária – que une os participantes do empreendimento e o educador, a comunidade e os trabalhadores sociais que a apóiam. Ela servirá de holofote que lança luz sobre o caminho a seguir para alcançá-lo. Construir coletivamente esta visão, através da pesquisa, da intuição e do diálogo provoca um encontro de intencionalidades, e a construção de um consenso negociado é o passo inicial indispensável.

2. *Estabelecer os objetivos gerais*: é a definição consensuada dos pontos de chegada mais abrangentes, que aproximarão no espaço-tempo a realização da visão; a prática empreendedora, do trabalho do desenvolvimento ou da formação, combinando ação e reflexão, estudo e trabalho, teoria e prática, serão os meios para a realização das transformações que se pretende.⁴⁵

3. *Pesquisa da situação*: deve ser participativa, buscando envolver cada participante, ou cada membro ativo da comunidade, a começar pelos líderes naturais; deve ser planejada em função dos objetivos do desenvolvimento do empreendimento ou da comunidade.

45 Para Emmanuel N'Dione a verdadeira mudança “provém do interior das sociedades e é marcada por um avanço no sentido de uma maior integração de todas as dimensões da vida: é a criadora de sinergia e de sentido includente (N'Dione 2001:48). E o sociólogo africano acrescenta um elemento essencial : a mudança não é um fenômeno unilateral: “é porque nós mudamos que os outros também mudam”.

de; deve envolver aspectos objetivos e subjetivos, e empregar indicadores quantitativos e qualitativos; deve identificar atores, cenários e espaços de ação dos mesmos; no caso do empreendimento, implica a apropriação do conhecimento mais profundo da própria iniciativa econômica através do estudo de gestão democrática e viabilidade socioeconômica e ambiental; a pesquisa de campo deve ser articulada com a pesquisa histórica, bibliográfica, teórica e de outras experiências em contextos semelhantes; a interpretação dos dados recolhidos deve ser feita à luz da visão e dos objetivos gerais, através de análise e síntese e vai ser a base empírica para o plano da ação.⁴⁶

4. *Estabelecer objetivos específicos e as estratégias para a ação:* depois desses três pré-requisitos, este é o primeiro estágio do planejamento da ação. É o momento da discussão dos resultados da pesquisa com todos os participantes, a fim de definirem juntos os objetivos específicos da ação, distinguindo os prioritários dos secundários e estabelecendo um desenho estratégico das ações a empreender, os indicadores que serão usados para o monitoramento e a avaliação, e um cronograma para sua realização. É o momento, portanto, da tomada de decisões estratégicas.

5. *Missão/compromisso:* depois de consensuadas a visão e os objetivos, é o momento de focalizar, no contrato social que unirá os empreendedores na ação econômica, a comunidade em torno das ações de autodesenvolvimento e os educandos em torno do programa de estudo. Estas ações estão relacionadas com procedimentos concretos, mas também com tomadas de decisão autogestionárias e coletivas. É o momento de definir quem fica responsável por que, e como serão tomadas as decisões operativas. Os termos do compromisso ou do acordo devem especificar o alcance e os limites do papel do assessor, do trabalhador social ou do educador, assim como o

46 Merece referência a obra coordenada por Carlos R. Brandão, 1999, *Repensando a Pesquisa Participante*, Editora Brasiliense, São Paulo, de vários autores, em particular os capítulos de Carlos Brandão e Vera Gianotten com Ton de Wit.

método de sua intervenção.

6. *Concluir o plano de ação*: este é o momento de elaborar o plano de ação econômica, de desenvolvimento comunitário, ou da própria formação. Na perspectiva da práxis, todos os aspectos e dimensões do educando como pessoa e coletividade devem ser contemplados. Desdobra-se em duas dimensões: uma, estratégica e de médio prazo; a outra, tática, envolvendo as ações e os procedimentos imediatos que os participantes irão realizar. Sua referência são sempre os objetivos e a visão, e seu fundamento ético é o acordo feito entre os participantes do projeto. O plano deve abranger todos os aspectos da realidade do empreendimento, da comunidade ou da turma em formação. No caso do empreendimento, todas as questões definidas pelo estudo de gestão e viabilidade, assim como as dificuldades, obstáculos e desafios analisados e sintetizados no Passo 3.⁴⁷

7. *Ação*: este é o momento de levar à prática as ações e os procedimentos previstas no plano. É a dimensão prática da ação socioeconômica, do processo de desenvolvimento ou de formação, em oposição aos momentos anteriores, mais relacionados ao pensamento, à reflexão, à teorização. A ênfase aqui é no processo, no movimento do agir solidariamente.⁴⁸ É o espaço real de mudança, nas condições objetivas da situação, que tem o poder, inerente a ela, de realizar também transformações subjetivas: momento de poiese e autopoiese ao mesmo tempo.

8. *Avaliação e nova pesquisa*: feito a meio percurso, e de novo no final de cada etapa, e do projeto inteiro, este é o momento de questionar a ação, as realizações, o método, o envolvimento dos seus

47 As dificuldades e os desafios enunciados no início deste texto também devem ser contemplados pelo plano de ação.

48 “As atividades enquanto finalidades importam menos do que aquilo que elas podem ensinar aos atores. (...) É o domínio do processo que vai da questão à resposta, isto é, o descobrimento de uma solução, desde sua identificação e das escolhas que se impõem até sua experimentação que é determinante e libertador. O caminhar importa tanto quanto o resultado.” (NDione 2001:48)

protagonistas à luz dos objetivos e visão acordados. Avaliar criticamente a nova situação objetiva e subjetiva gerada pela ação realizada abre o espaço para um novo ciclo de ação, desenvolvimento ou formação. Ajuda a tornar os protagonistas mais conscientes dos seus próprios potenciais e capacidades, a avaliarem o grau de empoderamento alcançado e seus limites. Tem como sentido maior mostrar que o desenvolvimento é um processo sempre em marcha, nunca completo: o caminho não tem fim, posto que nossos potenciais são ilimitados, não há ponto de chegada!

Resumindo, a Educação da Práxis é um caminho de empoderamento de pessoas e comunidades com o apoio de educadores da práxis.⁴⁹ A Metodologia da Práxis é um roteiro teórico de abordagem educativa emancipadora. Ela se aplica tanto à formação quanto à atividade econômica solidária, quanto ao desenvolvimento comunitário.

Formação cooperativa

Os movimentos cooperativos, a meu ver, fazem parte, pelo menos virtualmente, da economia solidária. Digo isto porque considero que, embora limitados em relação aos da Economia Solidária, os princípios do cooperativismo⁵⁰ são consistentes com os da economia solidária. Quando a prática de uma cooperativa nega aqueles princípios, ela própria está se excluindo do autêntico cooperativismo. Existe uma multiplicidade de estratégias de formação no cooperativismo, que merecem ser conhecidas e aproveitadas na formação para a economia dos setores populares. Menciono duas pela sua relevância para a nossa discussão.

49 Uma rica reflexão feita por Carlos R. Brandão a respeito do papel do educador da libertação no pensamento de Paulo Freire se encontra no capítulo *Memórias de Paulo: o Professor Reflexivo na Escola Cidadã*, em Brandão, Carlos R., 2002, "A Educação Popular na Escola Cidadã", Vozes, Petrópolis.

50 Livre acesso, adesão voluntária e consciente; base democrática de organização; juro limitado ao capital; distribuição proporcional das sobras; educação constante; e intercooperação (Sicredi/Unisinos, 1995: 25-26). Merecem ser comparados com os Princípios da RBSES enunciados na Carta de Guarapari, 2004. www.redesolidaria.com.br.

* *Educação cooperativa: a união faz a vida* – O próprio nome já é significativo, pois expressa a vida como diversidade em busca de união, e propõe a cooperação, o diálogo e a participação plena como os caminhos para unanimizar a diversidade humana. Considero a incursão da educação cooperativa na instituição da escola e da universidade de importância estratégica para a superação do paradigma da propriedade, do lucro, do egoísmo e da competição. O objetivo do programa Sicredi/Unisinos (1995) é praticar a educação cooperativa, participativa e solidária, nas escolas de 1º grau. O diálogo e a convivência com as contradições são vistos como caminhos para a construção de uma sociedade democrática e cooperativa.

* *Colacot – programa de reflexão e ação com trabalhadores* – A Confederação Latino-Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores, Colacot, articula cooperativas e mutuais de trabalhadores em 21 países da América Latina e Caribe. Tem estratégias de formação de jovens e adultos em educação básica secundária, educação média e graduação universitária. As unidades escolares estão baseadas em Bogotá, Colômbia.

Nos dois casos, os programas expressam a visão abrangente que marca estas estratégias de formação, e a relação omnipresente das diferentes disciplinas e campos de conhecimento com os valores da cooperação, da mutualidade e da solidariedade.

V - Concluindo

A situação do mundo moderno se compara com a “de um homem engolido por um monstro...

Ou errando num labirinto que é, em si mesmo. O símbolo dos Infernos...

E, todavia, aos olhos do primitivo, essa experiência terrível é indispensável para o nascimento de um novo homem.

Nenhuma iniciação é possível sem o ritual de uma agonia, uma morte e uma ressurreição...

A angústia do mundo moderno é o sinal de uma morte iminente, mas de uma morte que é necessária e redentora, pois ela será seguida por uma ressurreição e pela possibilidade de alcançar um novo modo de ser, o da maturidade e da responsabilidade.”

Mircea Eliade (1975: 237)

Desafios estratégicos – políticos, econômicos e éticos – desta etapa

Para além das dificuldades, existem contradições mais abrangentes, que levantam desafios para o movimento:

* *o desafio de mudar de escala*: tanto empreendimentos como redes solidárias ainda operam em espaços muito limitados do território geoeconômico, no caso brasileiro; um desenvolvimento em muitos planos é necessário para que a economia solidária mude de escala, seja setorialmente (serviços, agricultura, indústria, tecnologia, finanças), seja em relação aos biomas ou aos ecossistemas que compõem o território (que não se limitam às fronteiras políticas estabelecidas!), seja à economia como um todo, seja também na relação com empreendimentos e redes solidárias da América Latina e Caribe, e noutros continentes;

* *o duplo desafio da comercialização*: por um lado, os empreendimentos têm que comprar e vender quase sempre no mercado do Capital; como competir neste mercado sem ser cooptado e afinal trair os princípios da cooperação? Por outro lado, a Economia Solidária só cresce se as redes de empreendimentos desenvolverem mercados solidários, métodos cooperativos de formação de preços e trocas solidárias; como conseguir isto sob a pressão de vender a produção o mais rápido possível e, muitas vezes, a qualquer custo?

* *converter os sindicatos de oponentes em aliados*: a luta pela defesa do emprego e de níveis mais justos de salário é complementar à luta por uma economia hegemônica pelo mundo do trabalho. Mas os sindicatos, principalmente as lideranças, não vêm assim e ainda opõem resistência ao cooperativismo e à economia solidária.

Não percebem que o sindicalismo, na era da globalização neoliberal, só tem futuro na Economia Solidária! Como transformar oponentes em aliados e criar as sinergias necessárias para se expandir?

* *desafio de construir e implementar um plano estratégico de superação do sistema privatista e competitivo do capital*: um sistema de propriedade socializada, cooperativo e fundado em associações voluntárias de trabalhadores é possível? Que condições objetivas e subjetivas são necessárias para a sua realização?

- socialistas revolucionários dizem que só com estado centralizado ou movimento revolucionário;
- socialistas evolucionários respondem que o socialismo será fruto da evolução do capitalismo até o seu limite;
- qual a nossa visão ou intuição, enquanto educadores da solidariedade?
- com a experiência histórica acumulada dos social-estatismos, qual seriam as formas e o conteúdo autêntico do Socialismo?

* *contradições no seio da Economia Solidária*: esta evidencia a emergência de um novo modo de produção dentro do velho sistema do Capital. Mas, como enfrentar a tendência a reproduzir os defeitos do atual sistema:

- competição entre sócios por prestígio e poder;
- competição entre empreendimentos pelos mesmos mercados;
- competição entre empreendimentos por contratos com governos;
- conflito entre a visão egocêntrica de ser humano e as formas sociais de organização solidária da produção e do consumo;
- a lógica do lucro se opõe à lógica do *valor de uso* e da satisfação das necessidades;
- em contexto de relações competitivas, como adotar comportamento consciente e coerente com os desafios da harmonia com o ambiente?

- como combinar presença no Estado com protagonismo da sociedade civil organizada?

** como combinar a luta por transformações:*

- objetivas – sistema da propriedade e da indústria, instituições, relações sociais de produção e com o meio ambiente;

- *subjetivas* – revolução intelectual, moral, cultural, ética, espiritual; relações pessoais e interpessoais, com a espécie, com a natureza?

** atual governo brasileiro preso no antagonismo:* o Estado é dirigido por um governo que enuncia um projeto social, mas insiste que o protagonismo seja do capital e do mercado; mantém uma área de governo dedicada à Economia Solidária (a SENAES), mas opta por uma política econômica neoliberal e uma política social apenas assistencial e compensatória; como pressioná-lo em favor da radicalidade democrática e da subordinação do econômico ao social e ao político?

** economia e Estado democratizado:* que fazer com a economia quando tomado o poder do Estado?

Em síntese

Há que diferenciar entre a formação homogeneizadora, que o sistema do Capital promove, da educação emancipadora que é parte integrante e essencial da Economia Solidária. Assim como os sistemas são antinômicos, as respectivas educações também o são. Um coloca na fôrma e treina para a competição, a predação e a cobiça; o outro educa para a liberdade, para a autogestão, para a criatividade e para a solidariedade consciente. Um treina para o pensamento único. O outro libera a mente e o espírito para apreender, pesquisar, observar participativamente, criticar, recriar, num movimento de crescente autopoiese, em que o outro é meu indispensável complemento, a quem respeito e acolho como outro, e não como projeção de

mim. A este sistema eu chamo Educação da Práxis, ou caminho emancipador de formação para os setores populares.

A Educação da Práxis promove o auto-empoderamento para ‘ser mais’. O empoderamento para o auto-desenvolvimento e o co-desenvolvimento é um desafio no âmbito do amor. Maturana e Varela dizem “o amor, ou se não queremos usar uma palavra tão forte, *a aceitação do outro junto a si* na convivência, é o fundamento biológico do fenômeno social: sem amor, sem aceitação do outro junto a si não há socialização, e sem socialização não há humanidade” (Maturana e Varela, 1984: 163). Com base nesta noção, proponho que *amor é sinônimo de empoderamento de si próprio e, igualmente, respeito, apoio e reconhecimento do direito do Outro ao seu próprio empoderamento*. Educar, portanto, na perspectiva da práxis libertadora, é apoiar o educando no seu processo de desalienação e de empoderamento para o pleno auto e co-desenvolvimento. Ao fazer isso, o educador também se educa e se desaliena um pouco mais.

Na sua humilde impecabilidade, o educador da emancipação deseja que o educando o alcance, e mesmo o supere, nas três artes de ser, saber e fazer. Um tal educador pratica a educação amorosa. E quando esta educação está a serviço de uma economia solidária, ela informa as relações que tecem a economia com um conteúdo social, solidário, amoroso. E do amor brota, naturalmente, o fim maior da nossa existência na Terra: a vida sempre mais plena, a felicidade.

Referências

ARRUDA, Marcos, 2006, *Ética, Espiritualidade e Sustentabilidade*, monografia, CNBB e PACS, Rio de Janeiro. Disponível em <www.pacs.org.br>.

ARRUDA, Marcos, 2005, *Humanizar lo Infra-Humano – La formación del ser humano integral: homo evolutivo, praxis y economía solidaria*. Icaria Editorial, Barcelona

ARRUDA, Marcos, *no prelo, Tornar Possível o Sonho Impossível – a formação do ser humano integral: Educação da Práxis e Economia Solidária*. Edi-

tora Vozes, Petrópolis.

BURKE, Bev et al, 2002, *Education for Changing Unions*, Between the Lines, Toronto.

CORAGGIO, José Luis, 2003, *Economia do Trabalho*, in “A Outra Economia”, Veraz Editores, Porto Alegre.

EGGER, Michel-Maxime, 2005, *Vers une ‘ecospiritualité’*, in “Choisir”, Lausanne.

ELIADE, Mircea, 1975, *Myths, Dreams and Mysteries*, Harper&Row, Nova York.

MATURANA, Humberto, 1990, *Emociones y Lenguaje en la Educación y Política*, Hachette/CED, Santiago de Chile.

MATURANA, Humberto e Varela, Francisco, 1984, *El Árbol del Conocimiento: Las Bases Biológicas del Entendimiento Humano*, Editorial Universitaria, Santiago de Chile.

NUÑEZ, Orlando, 2002, *La Economía Popular Asociativa y autogestionaria*, Editorial Cipres, Managua.

PACS E CASA, 1998, *Construindo a socioeconomia solidária do espaço local ao global*, Série Semeando Socioeconomia, Pacs, Rio de Janeiro.

SARRIA, Ana Mercedes e TIRIBA, Lia, 2003, *Economia Popular*, in “A Outra Economia”, Veraz Editores, Porto Alegre.

SICREDI/UNISINOS, 1995, *A União Faz a Vida*, coordenação de Miriam Zelzer Fialkow, Porto Alegre.

VEBLEN, T., 1923, *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times*, New York, Reprints of Economic Classics, 1964, p. 306-7.

Formação: um outro mundo é possível e está em construção

Débora Nunes

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de debater com dois nomes importantes da discussão sobre formação em economia solidária no Brasil: Marcos Arruda e Kátia Aguiar. Marcos é alguém que esteve na base da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – que nasceu do movimento de economia solidária –, do qual participou desde seu surgimento. Ele tem larga produção sobre o tema e é um nome querido, inspirador. Kátia Aguiar traz aqui essa experiência pioneira no Brasil, extremamente respeitada, que são os cursos de *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*, da CAPINA. Já aconteceram seis turmas com cerca de 150 alunos, oriundos de mais de dezesseis estados do país, e a reflexão de Kátia se baseia nesse processo de formação, no qual ela está envolvida desde 2003.

A fala de Marcos Arruda foi uma fala de educador, extremamente clara, muito organizada, que nos ajuda a acompanhá-lo no seu raciocínio sobre quais são os desafios atuais da formação face a

tudo o que já foi construído no Brasil, em termos de economia solidária. O que Marcos elencou como sendo o que nos falta desenvolver, o que a gente precisa focar, nos mostra também o quanto avançamos. Se por um lado é preciso avançar na autonomia dos empreendimentos, na sua formalização, na diversificação dos setores de produção e de serviços, na construção de um mercado consumidor vinculado à economia solidária, nas finanças solidárias, nos fundos públicos, no desenvolvimento das redes, como disse Marcos, tudo isto nos mostra, também, ao mesmo tempo, que a etapa atual é de aperfeiçoamento, que ela é, nitidamente uma etapa superior.

É importante identificar que nós temos uma base da economia solidária no Brasil, que nós já construímos resultados, para que a gente possa se orgulhar deles e se animar e perseverar para dar passos adiante nas nossas conquistas. Ao mesmo tempo, é preciso estar claro que, face ao outro mundo que queremos construir, e que é possível, estas conquistas são pequenas. A fala de Marcos nos mostra que os empreendimentos de economia solidária estão engatinhando no Brasil, mas precisamos lembrar que, em termos de aceleração, quando você passa do zero ao cem, é uma dificuldade enorme, e muito maior do que passar dos cem aos duzentos. Por isso eu acho que a gente precisa olhar essa fala de Marcos como um desafio para todos nós e confiar, como ele mesmo confia, que a gente vai mesmo cumprir estes desafios que estão diante de nós, pois já mostramos competência em tempos recentes.

Eu gostaria, muito mais do que comentar a fala de Marcos, de provocá-lo e ao público, a todos nós aqui, para a discussão sobre algo que é da tradição do pensamento do Marcos Arruda – mas que ele não teve tempo hoje de abordar – que é a questão ambiental. Como poderemos, enquanto formadores da economia solidária, nos abrir à sociedade, ajudar o movimento da economia solidária a se abrir a outros movimentos, pois ele é ainda um movimento muito minoritário. Embora a simpatia e o interesse pelo tema da economia solidária estejam crescendo, ainda é algo que se limita a determina-

dos setores. E eu imagino que há possibilidades de nós *linkarmos* a discussão da economia solidária, ou seja, de uma produção, distribuição e consumo mais justos e incluídos, com a questão ambiental que aflige hoje o planeta e, com isto, nos associarmos a outros movimentos sociais, particularmente o ambientalista.

Cada vez fica mais evidente que a vida no planeta – a vida como nós a conhecemos hoje – está em risco. O problema do aquecimento global é atual, embora suas consequências mais catastróficas estejam apontadas para daqui a trinta, cinquenta anos. E esses últimos dois anos demonstram que os efeitos dessa mudança climática global já são claros: o furacão Katrina, nos EUA, e a aparição de um furacão aqui mesmo, no sul do Brasil, pela primeira vez na história, demonstram que a questão é não só atual, como urgente.

Diante deste quadro, é muito importante para nós, que estamos envolvidos na luta por um mundo mais justo, refletirmos que a gente talvez não tenha tempo de construir o mundo que a gente gostaria de ver, se o problema ambiental não for enfrentado. O que proponho é que juntemos a discussão de uma nova forma de produção, uma nova forma de relação social, de uma nova economia, de uma nova forma de ser no mundo, com a questão do consumo consciente e da responsabilidade que cada indivíduo no planeta tem com esse problema global, que é causado pelo modo de produção capitalista.

O que nós propomos com a economia solidária é um modo de organização da produção e da sociedade, onde os humanos tenham possibilidades de uma vida plena, convivendo repetidamente com o meio ambiente. A economia solidária, essa nova economia do trabalho, a socioeconomia, é a possibilidade real de nós frearmos a catástrofe que se mostra cada vez mais iminente. Na medida em que o consumo volte a ser uma atividade de apoio à existência humana – e não a simbologia total do ser humano, que o consumismo tenta impor – à medida em que se freia esta mercantilização de tudo, que o consumo volte a ter aquele sentido de favorecer a existência e não de simbolizar *status*, nós estaremos mais próximos da sustentabilidade

e mais próximos da economia solidária.

É vital que percebamos que o efeito dos nossos atos cotidianos, como o de comprar objetos com vida útil curta, de não separar o lixo para a reciclagem, de seguir modas e descartar roupas em bom estado, de consumir muitas embalagens, copos descartáveis, etc. estão contribuindo para que o planeta esteja nessa situação. São centenas e centenas de pequenas ações do cotidiano que se somam nefastamente. O consumismo e o desperdício que exaurem o planeta são problemas certamente criados pelo sistema capitalista, mas nós fazemos parte dele, nós consumimos, de certa forma cada um de nós sustenta o sistema capitalista. Dar-nos conta de que nós fazemos parte do problema, já é um pequeno grande passo para que o planeta consiga resistir a essa grave ameaça, ainda mais porque somos formadores. Como formadores não podemos apenas estar envolvidos em um projeto de mundo diferente, precisamos construir este mundo a cada dia, dar exemplo. Como diria Gandhi, “Nós precisamos ser a mudança que queremos ver”.

É essencial, do meu ponto de vista, que a abordagem de Marcos Arruda – com este jeito de falar que lhe é peculiar, essa discussão da economia da posse compartilhada, essa economia das necessidades, o ser humano como o centro da economia – seja vinculada à discussão de que cada pessoa é portadora dessas transformações. Não apenas os empreendimentos de economia solidária, também nós, como consumidores, somos portadores dessa transformação nos pequenos gestos cotidianos. Precisamos ajudar a que nossa utopia comece a se realizar, através da idéia de consumo consciente, de consumo ético, para que milhares de pessoas, e não apenas aquelas às quais nós estamos dedicando mais particularmente nosso trabalho de formação, possam participar desta construção.

O que eu estou querendo dizer aqui é que é importante pensar a formação também para a sociedade como um todo, pensar cada vez mais como é que a gente consegue levar essa conceituação, que a gente usa tanto, que a gente discute tanto na formação dos empreen-

dimentos populares, para todos os aspectos e em todos os momentos da nossa vida. Nós aqui somos todos formadores, nós também atuamos como formadores em outras áreas e podemos levar este projeto de sociedade e vinculá-lo como uma saída aos problemas do aquecimento global, como algo que tem a ver com a vida e com a existência diária de todas as pessoas.

Queria finalizar este comentário à fala de Marcos Arruda – e eu sei que ele adora esta abordagem e só não tocou no tema porque o foco que ele pretendeu para sua fala foi outro – perguntando como é que a gente pode inserir nas estratégias de formação um outro público, um público muito mais ampliado do que simplesmente este do ambiente da economia solidária: empreendimentos, formadores, gestores públicos... Como poderemos atingir, neste nosso trabalho de formação, a sociedade como um todo.

A fala de Kátia Aguiar está vinculada à sua experiência como formadora nos cursos e trabalhos diversos da CAPINA, do PACS, etc. A forma como ela aborda essa experiência vivida nos traz uma imensidão de conceitos, de novas abordagens e a coragem do formador de entender o seguinte: se nós estamos pensando em construir um novo mundo, nós não temos os instrumentos amarrados e formados para essa construção e para a formação para a construção, exatamente porque este é um mundo em construção. Nós também estamos nos formando. É preciso o tempo todo entender que não há modelos. Nós não podemos, para construir um mundo novo, nos basear nos modelos com os quais nós fomos formados. E isso num sentido de muita radicalidade, porque nós falamos, muito constantemente, na transformação da formação, na transformação do próprio formador, no sentido de construir um novo tipo de formação, mas nem sempre a gente se permite sair dos modelos.

É fato que, como os empreendimentos de economia solidária necessitam de uma certa formação tradicional – porque eles têm pela frente um mercado tradicional, lógicas tradicionais, legislação, marco legal atual, que eles precisam conhecer – nós, formadores, somos

pressionados a ajudá-los a conhecer este modo de organização da sociedade que queremos superar. Então, esse tensionamento entre conservação e ruptura de que nos fala Kátia nos atinge em cheio. Nós estamos neste tensionamento e, às vezes, a gente acaba por ficar, comodamente, nos modelos, apenas questionando, mas sem revolucionar a própria metodologia de formação. Experiências como a da CAPINA mostram que há pessoas tentando se superar, tentando outros caminhos.

Quando Kátia fala de superar os modelos e respeitar a inventividade, os macetes, a criatividade, o jeitinho, ela vai completamente na contramão do que se costuma dizer nos processos formativos menos revolucionários. De um modo geral, na sociedade dominante, na sociedade incluída, todas essas coisas, o jeitinho, os macetes, essas coisas inventadas na hora, são desprezadas. Aqui, na Bahia, a gente tem uma palavra muito engraçada para falar disso, “a gambiarra”, mas ela tem em geral um sentido negativo, de coisa mal feita. Estas coisas estão fora dos modelos, elas não servem à produtividade e à produção do lucro, portanto, segundo a lógica dominante, elas devem ser superadas pelos modelos organizados, pelas lógicas muito claras, pelos conceitos formatados. E a proposta que Kátia traz para a gente é a de inventar com as pessoas, é construir um mundo novo com os empreendimentos, é construir uma gestão de uma forma completamente diferente.

A gestão que a gente fala no ambiente da economia solidária é aquela gestão que faz com que não se separe mais o trabalho intelectual do trabalho manual. O próprio empreendedor, seja de que área for, é ao mesmo tempo intelectual e trabalhador braçal. Ele participa da atividade de produção e também participa da gestão, pois ele é intelectual no sentido de Gramsci – ou seja, tem capacidade de globalização e síntese – e por isto é capaz de gerir o empreendimento do qual participa. Portanto, a gente supera algo que é extremamente forte na nossa sociedade, inclusive uma das bases da desigualdade social, que é a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Como é que a gente vai ajudar os empreendimentos a gerirem uma nova forma de fazer economia com instrumentos do passado, e sem que eles sejam atores, sem que eles inventem e sem observar como é que eles inventam? Sem observar e sem respeitar como é que eles estão conseguindo sobreviver! A dúvida, a curiosidade, que qualquer pessoa que se preocupe com as questões da pobreza tem é: “como é que eles sobrevivem com tão pouco dinheiro, com tão poucos serviços públicos, como é que essas pessoas conseguem organizar suas vidas para sobreviver e para ser feliz?” Esta pergunta precisa ser aberta ao encantamento.

Essas pessoas têm a ensinar, enormemente, elas conseguem gerar, gerir, auferir renda com seus empreendimentos, sem ter os instrumentos que são passados nas escolas, nas academias. Portanto elas estão fazendo gestão, só que um outro tipo de gestão. Isso também não quer dizer – e eu tenho certeza de que Kátia e a equipe também não estão querendo dizer isto – que a gestão de empreendimentos solidários prescinde de elementos, instrumentos e ferramentas que são do conhecimento dos acadêmicos, dos técnicos e assessores. O que ela pretende dizer, na minha interpretação, é que a gente precisa não levar modelos, mas estar construindo, conjuntamente, modelos que, inclusive, combinem lógicas que vêm de universos diferentes.

Esta atitude do formador estar aberto a ser formado, que é a máxima e o clássico do nosso grande Paulo Freire, essa educação baseada no diálogo, ela é algo que é difícil de fato, de ser exercida e que é preciso um aprofundamento... No Congresso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, em Pernambuco, de onde eu acabei de chegar, eu vi dois exemplos que me parecem maravilhosos, desse tipo de prática de formação: um deles é a explicação sobre o funcionamento da cadeia produtiva chamada Justa Trama, que talvez muitos de vocês já conheçam: são agricultores familiares do Ceará que produzem algodão orgânico, que descem esse algodão para ser fiado em São Paulo, numa empresa recuperada au-

togestionária, que depois vai ser tecido no Rio de Janeiro, também por trabalhadores da Economia Solidária, e que, por fim, vai ser costurado por uma cooperativa no Rio Grande do Sul. O slogan da Justa Trama, que produz roupas, é “Vestindo a Consciência”. Quando a gente fala deste exemplo de cadeia produtiva da economia solidária, as pessoas perguntam logo: “Como? Como é que eles conseguem ter preço, se eles têm essa cadeia de gente produzindo em tudo quanto é canto do Brasil, um país imenso, continental?”. Eles encontraram uma solução que é interessantíssima: eles têm uma coisa que se chama Câmara de Preço, onde cada um diz “olha, o meu preço justo para pagar as atividades e ter uma remuneração decente para as pessoas envolvidas na produção do algodão é tanto”. Aí outro diz que é tanto, e o outro diz que é tanto. Depois eles se dizem “é, mas para o nosso consumidor... se ficar nesse preço, a gente vai fazer produção para os ricos, então a gente tem que baixar o preço”. E eles criaram uma negociação com aquele objetivo de que todo mundo fique satisfeito e inventaram um novo modo de produzir e comercializar, respeitando o consumidor e respeitando o produtor. São coisas que estão sendo inventadas no Brasil agora, do ano passado para cá!

Uma outra coisa que me encantou é uma incubadora lá do Sul, que trabalha com histórias de vida. Como eles trazem alunos de Contabilidade, Administração, Economia etc., com essa formação extremamente tradicional, cheia de modelos, eles querem introduzir esses estudantes na vida dessas pessoas. E eles criaram um método, através da história oral, onde as pessoas contam sua vida aos estudantes, que a registram. E eles aprendem, antes mesmo de ir à campo, quem são aquelas pessoas e qual é a trajetória de vida delas e isso faz com que a impossibilidade de usar os modelos aprendidos na escola fique muito evidente, porque aquelas pessoas não são as pessoas ideais dos modelos ideais que eles aprenderam, do funcionamento que eles acham que acontece no mercado. Desta forma, eles conseguem aprender de um outro modo. Portanto, a gente está inventando muita coisa no Brasil. A gente está, a partir da demanda

que a economia solidária coloca, inventando o tempo todo uma série de coisas, e esse respeito à inventividade me parece que é essência do que Kátia diz.

Para finalizar, eu queria colocar para Kátia Aguiar uma preocupação sobre como é que a gente pode enfrentar, não com um modelo, mas com uma vontade de fazer diferente, com algumas balizas, a perspectiva de se construir no Brasil uma política nacional de formação em economia solidária. No momento em que se organiza um Encontro Nacional de Formação em Economia Solidária, seguindo uma Oficina que se realizou em 2005, como é que a gente não perde essa coisa que é muito típica de quem trabalha em pequenos grupos, como é que a gente consegue manter esse respeito à inventividade e à criatividade, em maior escala? Para vocês que têm um trabalho muito respeitável do ponto de vista do número de pessoas e de seis edições de um mesmo curso, como é que se consegue transformar esse novo tipo de formação, essa interação diferente entre formador e formando e essa capacidade de criar juntos, numa escala nacional? No momento de se construir uma política pública de formação em

economia solidária – provavelmente com milhares de cursos sendo feitos, simultaneamente, em todo o Brasil –, como sair da pequena escala, da liberdade completa de invenção que a gente ainda está tendo nas incubadoras, nos cursos da CAPINA, etc., para se transformar numa política pública? Sei que aí fica um desafio mais complicado, e eu gostaria de propor para o público e para a própria Kátia, esta discussão, e vou encerrando aqui, para que tenhamos tempo para o debate. Muito obrigada.

Destacando algumas questões

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Sistematizando as discussões deste Seminário pode-se dizer que elas conduzem a poucas certezas, em meio a muitas interrogações. Há um novo interesse em torno da economia solidária, que se manifesta pelo número de órgãos públicos, organizações não governamentais e universidades envolvidos com a mesma (realizando pesquisas, implantando incubadoras, acompanhando projetos), pela implementação de políticas públicas orientadas para o seu desenvolvimento e pela própria criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil.

Como se sabe, o caráter desigual e excludente do desenvolvimento brasileiro não lhe permitiu assegurar melhores condições de ocupação e subsistência para o conjunto da população. Contudo, até a década de 1970, o extraordinário desenvolvimento do país, com taxas de crescimento de PIB sempre superiores ao crescimento da PEA, ampliou as oportunidades de integração e mobilidade social. A elevação do nível de escolaridade da população e a diversificação da estrutura ocupacional propiciaram um aumento das oportunidades

de trabalho e de emprego formal (com a proteção e benefícios a ele associados), amortecendo os conflitos e a tensão social e viabilizando a reprodução de uma sociedade bastante desigual.

Discutindo a concentração de renda constatada pelo Censo de 1970, o então professor Edmar Bacha escreveu uma fábula em que a situação do Brasil era associada à de um país que ele denominou como Belíndia: um país com uma população e condições similares às da Bélgica, em meio a uma grande Índia. Na época, havia a expectativa de que o crescimento continuado da Bélgica terminaria por incorporar a Índia, mas a tendência a uma maior integração através do mercado de trabalho se reverteu na década de 1980 (a chamada “década perdida”), com o esgotamento do modelo de financiamento e do padrão de desenvolvimento até então implementado. Com a acentuação da crise econômica, a crise fiscal do Estado e uma intensa aceleração do processo inflacionário, os caminhos do país terminaram por ser reorientados, com a implementação de um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multilaterais. Denominadas como “ajuste estrutural”, “reformas estruturais” ou “reformas orientadas para o mercado”, elas agravaram o quadro social do Brasil da década de noventa até o presente, período que vem sendo marcado por a) baixos níveis de crescimento econômico; b) deterioração das condições de trabalho e renda da população; c) persistência ou agravamento das desigualdades sociais e espaciais e d) uma reorientação regressiva das políticas sociais.

Rompeu-se o que alguns estudiosos têm qualificado como a “promessa integradora do mercado formal de trabalho”, segundo a qual a economia em crescimento constante incluiria, com o tempo, todos os trabalhadores em relações de emprego reguladas pelo poder público, garantindo tanto direitos trabalhistas como a representação de interesses em negociações coletivas. E, com o ajuste e a reestruturação produtiva, ocorreu uma expressiva destruição de postos de trabalho, ampliando o excedente de mão-de-obra, intensificando a seletividade patronal, a competição e as dificuldades de acesso ao re-

duzido número de vagas disponíveis. Com a precarização das relações de trabalho, o crescimento do desemprego e a queda dos rendimentos dos que permaneceram ocupadas, agravou-se a vulnerabilidade e a crise social.

Nessas circunstâncias, conforme assinalado ao longo deste Seminário, iniciativas econômicas dos setores populares, que antes eram desprezadas como meras estratégias de sobrevivência, associadas ao atraso econômico e à pobreza urbana, passaram a ser valorizadas como alternativas frente ao desemprego, à carência de renda e à crise social. Não é por acaso que instituições como o Banco Mundial começaram a ressaltar a importância dos “ativos” (casas, ferramentas, famílias, redes sociais...) e do empreendedorismo dos pobres para enfrentar os efeitos perversos do ajuste e seus impactos políticos e disruptivos.

Isto nos remete à heterogeneidade e à própria variedade de denominações das referidas iniciativas (economia solidária, economia do trabalho, economia popular), que nem sempre têm um caráter efetivamente solidário e progressista. Como bem foi assinalado, nem todo o conjunto de atividades econômicas (de produção, distribuição, poupança ou crédito) que constituem o que pode ser denominado como uma economia dos setores populares está fundamentado em princípios e políticas de solidariedade, cooperação e justiça social, nem organizadas sob a forma de auto-gestão. É significativo que, durante os debates deste próprio Seminário, o trabalho de Gabriel tenha analisado a economia solidária de uma maneira mais individualizada, a partir das características e formas de organização dos empreendimentos, enquanto o texto de Coraggio se propõe a considerá-la de uma perspectiva mais ampla, como um setor da economia, um conjunto de micro-empredimentos inseridos em um projeto de transformação, vinculados entre si por laços de solidariedade e cooperação. Nessas circunstâncias, pode-se considerar que tanto o conceito como a própria economia solidária encontram-se ainda em construção.

Ao longo do Seminário, foi igualmente ressaltado, por exemplo, que, mesmo sob a hegemonia do capitalismo, é necessário ir construindo critérios diferenciados e antecipadores do novo, que até agora não existe plenamente; que as concepções relativas à economia solidária podem refletir mais uma posição utópica que a realidade, ou que seu caráter transformador ainda não se faz presente. Entre outros fatores, pelas próprias condições e fragilidades dessas atividades e dos que se dedicam às mesmas.

A economia solidária subsiste nos interstícios da economia capitalista, estando submetida a todas as formas de intercâmbio desigual que existem no mercado e à hegemonia da produção dominante e enfrentando sérios obstáculos, tanto em termos econômicos quanto em termos de valores e relações sociais. Como foi visto, os trabalhadores envolvidos nessas atividades geralmente possuem um baixo nível de escolaridade e um reduzido capital cultural, pouca experiência prévia nas atividades que se propuseram a desenvolver, e menos ainda, nas práticas de associativismo. Na medida em que não existem tecnologias mais apropriadas para essa realidade, nem sempre as assessorias têm como apoiar esses trabalhadores no enfrentamento de complexos desafios... esta é uma questão da mais importantes, pois não se pode esquecer, por exemplo, como o desenvolvimento do agro-negócio no Brasil foi ancorado em pesquisas e tecnologias desenvolvidas por alguns órgãos públicos, que viabilizaram, entre outros aspectos, a exploração agrícola dos cerrados.

Uma vez que não existe um “mercado solidário” ou uma rede articulada desses produtores, também são notórias suas dificuldades de comercialização e financiamento. Como disputar mercados muito competitivos e conformados por uma distribuição de renda e padrões de consumo que lhes são desfavoráveis? Como ultrapassar os pequenos mercados locais que estão ao seu alcance? Como superar as limitações de financiamento e de geração de excedente? E como assegurar a construção de novos valores, a cooperação e a solidariedade, em uma sociedade que estimula crescentemente o individualismo?

lismo e a competição?

É preciso considerar que a economia popular não é formada por anjos. São pessoas comuns, premidas pelo desemprego, pela pobreza e por toda a sorte de carências. Seus empreendimentos, na melhor das hipóteses, mal lhes permitem escapar de uma condição de pobreza. Nessas circunstâncias, como reconstruir subjetividades e valores, conformar uma nova ética e contribuir para a transformação social?

Este, certamente, constitui o grande nó, o maior dos desafios para aqueles envolvidos com os princípios, os ideais e os empreendimentos da economia solidária. Levando em conta os níveis atuais de exclusão e pobreza que prevalecem nos nossos países (que o jogo das forças do mercado não tende a reverter), não se pode minimizar a importância de iniciativas orientadas para reduzir, pelo menos, a sua perversão. Mas, conforme ressaltado ao longo do Seminário, isto não é suficiente. É preciso ir além. Então, como articular micro pro-

jetos que possam ter uma sustentabilidade e efetividade a mais curto prazo com projetos mais amplos, de longo prazo? Como responder às carências e urgências dos setores populares, conjugando essas iniciativas com um trabalho educativo e transformador? Como articular o presente, o emergencial e o cotidiano com a utopia?

São respostas que têm que ser buscadas e encontradas ao longo do próprio caminho; que as reflexões efetuadas ao longo desses dias possam encurtar e suavizar esse caminho é o que todos esperamos.

Sobre os autores

Aída Bezerra

Socióloga, educadora e pesquisadora do SAPÉ – Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação.

Débora Nunes

Professora titular da UNIFACS e da UNEB. Coordenadora de Extensão Comunitária da UNIFACS e pesquisadora do EPADE – Escritório Público de Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional.

Francisco José C. de Oliveira

Economista, chefe do Departamento Regional Nordeste do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Gabriel Kraychete

Professor titular da Universidade Católica do Salvador. Coor-

denador do Programa Economia dos Setores Populares e pesquisador do Núcleo de Estudos do Trabalho – UCSAL. Colaborador da CAPINA.

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

José Luis Coraggio

Professor titular no Instituto del Conurbano e Diretor Acadêmico do Mestrado em Economia Social da Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina.

Katia Aguiar

Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Integrante do NUTRAS – Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde/UFF

Marcos Arruda

Economista e educador do PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, facilitador da UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz e sócio do Instituto Transnacional (Amsterdam)

Ricardo Costa

Secretário executivo da CAPINA

Apesar de relativamente novo, o tema da economia popular solidária vem adquirindo uma repercussão expressiva, despertando interesses e iniciativas de organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, universidades e de órgãos governamentais.

Quais as principais características dos empreendimentos da economia dos setores populares, tal como eles existem hoje? A análise destas características permite quais conclusões? O que se entende por sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária e quais os seus fatores condicionantes? Como construir estratégias de formação direcionadas para a sustentabilidade destes empreendimentos? Numa realidade como a brasileira, quais as perspectivas dos empreendimentos da economia solidária no âmbito de uma prática social transformadora? Estas foram algumas das questões debatidas num seminário nacional realizado em Salvador, no final de 2006, reunindo pesquisadores e diversas pessoas que atuam nos movimentos sociais.

Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação é resultado deste seminário. A sua leitura abre um caminho vivo e palpitante através do qual as respostas e as indagações fluem e se refazem, compondo valiosos subsídios e formulações inovadoras voltadas para a construção de estratégias de formação e de práticas educativas transformadoras no âmbito da economia dos setores populares.

Apoio:



ISBN 978-85-89732-72-7



9 788589 732727